



**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA
CAMPUS PORTO VELHO CALAMA DEPARTAMENTO DE PESQUISA E
PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E
TECNOLÓGICA EM REDE NACIONAL – PROFEPT**

LUCIANO FERREIRA DE FRANÇA

**A GEOGRAFIA DA AMAZÔNIA RONDONIENSE EM UMA PERSPECTIVA
DECOLONIAL NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA (EPT).**

Porto Velho/RO

2025

LUCIANO FERREIRA DE FRANÇA

**A GEOGRAFIA DA AMAZÔNIA RONDONIENSE EM UMA PERSPECTIVA
DECOLONIAL NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA (EPT).**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), ofertado pelo Campus Porto Velho Calama do Instituto Federal de Rondônia, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Educação Profissional e Tecnológica.

Linha de pesquisa: Organização e Memórias de Espaços Pedagógicos na Educação Profissional e Tecnológica (EPT).

Macro projeto 06: Organização de espaços pedagógicos da EPT.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Lediane Fani Felzke

PORTO VELHO/RO

2025

Ficha catalográfica

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema Gerador de Ficha Catalográfica do IFRO.

França, Luciano Ferreira de.

A geografia da Amazônia Rondoniense em uma perspectiva decolonial na Educação Profissional e Tecnológica (EPT) / Luciano Ferreira de França. - Porto Velho, 2025.

172 f. : il.

Orientador(a): Prof^ª Dra. Lediane Fani Felzke.

Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica - ProfEPT) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia - IFRO, Porto Velho, 2025.

1. Decolonialidade. 2. Geografia da Amazônia. 3. Educação profissional. 4. Omnilateralidade. I. Felzke, Lediane Fani (orient.). II. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia - IFRO. III. Título.

Bibliotecário(a) Responsável: Cleuza Diogo Antunes, CRB-11/864



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA
Porto Velho Calama - Código INEP: 11109807
Avenida Calama nº 4985, CEP 76820-441, Porto Velho (RO)
CNPJ: 10.817.343/0006-01 - Telefone: 69 2182-8902

ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO

Na data 14/10/2025 realizou-se a sessão pública de defesa da Dissertação intitulada **A Geografia da Amazônia rondoniense em uma perspectiva decolonial na Educação Profissional e Tecnológica (EPT)**, apresentada pelo aluno **Luciano Ferreira de França (2023106120019)** do Curso **Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica em Rede Nacional - ProfEPT (Porto Velho Calama)**. Os trabalhos foram iniciados às **20:30** pelo Professor **Lediane Fani Felzke** presidente da banca examinadora, constituída pelos seguintes membros:

- **Lediane Fani Felzke** (Orientadora)
- **Joselia Fontenele Batista** (Examinadora Interna)
- **Maria Lúcia Cereda Gomide** (Examinadora Externa)

A banca examinadora, tendo terminado a apresentação do conteúdo da Dissertação, passou à arguição do candidato. Em seguida, os examinadores reuniram-se para avaliação e deram o parecer final sobre o trabalho apresentado pelo aluno, tendo sido atribuído o seguinte resultado:

APROVADO

Nota: 100

Proclamados os resultados pelo presidente da banca examinadora, foram encerrados os trabalhos e, para constar, eu **Lediane Fani Felzke** lavrei a presente ata que assino juntamente com os demais membros da banca examinadora.

PORTO VELHO / RO, 14/10/2025

Documento assinado eletronicamente por **Luciano Ferreira de França**, Discente, em 27/10/2025, às 18:50, conforme horário oficial de Rondônia, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

Documento assinado eletronicamente por **Lediane Fani Felzke**, Orientador, em 22/10/2025, às 10:40, conforme horário oficial de Rondônia, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

Documento assinado eletronicamente por **Joselia Fontenele Batista**, Examinador Interno, em 14/10/2025, às 18:30, conforme horário oficial de Rondônia, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

Documento assinado eletronicamente por **Maria Lúcia Cereda Gomide**, Examinador Externo, em 30/10/2025, às 16:58, conforme horário oficial de Rondônia, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

Dedico este trabalho à memória de meu irmão, Célio Ferreira de França, cuja partida deixou profundas saudades. Seu apoio e sua presença permanecem vivos em mim e se renovam em cada conquista desta caminhada.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Mãe Natureza, pela vida, pela força e pela oportunidade de concluir mais esta etapa da minha jornada.

À minha família, em especial a minha mãe, pelo amor incondicional, pelos valores ensinados e pelo apoio em todos os momentos. Ao meu irmão mais velho, Célio Ferreira de França (*in memoriam*), por ter acreditado em mim e me incentivado tantas vezes a seguir adiante. E a minha irmã, Patrícia Ferreira de França por todo o apoio e carinho.

Ao meu companheiro de vida, Maicon André Frozza, pelo amor, paciência, compreensão e apoio nos momentos de ausência durante o processo de escrita e pesquisa.

À minha orientadora, Lediane Fani Felzke pela dedicação, paciência e principalmente generosidade.

Aos meus amigos de longa data, Douglas Linz, Jackeline Miranda, Naielli Fabris, Douglas Leonardo, Vanessa Bermond, Francisco Roberto, Rafael Ronconi e Anderson Barboza, obrigado pelo apoio.

Aos meus colegas e amigos do Mestrado ProfEPT, pela partilha de saberes, pelas conversas e pelo apoio mútuo ao longo desta caminhada, em especial a Elane Camilo e Thiago Rocha.

À minha amiga Simone Carvalhais, que durante minhas ausências no trabalho não mediu esforços para me apoiar.

Aos professores e professoras do IFRO especialmente do ProfEPT, que são inspiração para a luta diária por uma Educação Profissional e Tecnológica pública, gratuita e de qualidade.

Aos estudantes participantes da pesquisa, que se abriram ao diálogo e contribuíram com suas reflexões, tornando possível este produto educacional.

Aos convidados que compartilharam seus saberes e suas experiências de vida durante as rodas de conversa.

Por fim, agradeço a todos os professores de Geografia de Rondônia, que diariamente enfrentam desafios imensos, mas que também semeiam esperança e conhecimento em cada sala de aula. Este trabalho é, sobretudo, uma homenagem à sua prática pedagógica e à resistência que simbolizam.

“Há centenas de narrativas de povos que estão vivos, contam histórias, cantam, viajam, conversam e nos ensinam mais do que aprendemos nessa humanidade. Nós não somos as únicas pessoas interessantes no mundo, somos parte do todo.”

Ailton Krenak (2020)

RESUMO

O presente estudo, vinculado ao ProfEPT, tem como objetivo inserir a Geografia da Amazônia rondoniense nos currículos da EPT em uma perspectiva decolonial, propondo práticas pedagógicas que superem a lógica fragmentada e instrumental voltada unicamente ao mercado de trabalho. Desenvolvida no IFRO – Campus Ji-Paraná, a pesquisa qualitativa de natureza participante envolveu 12 estudantes do curso técnico integrado em Informática, ao longo de cinco encontros (quatro presenciais e um *on-line*). O método empregado para geração de dados foi por meio de pesquisa participante com rodas de conversa. Além disso, utilizou-se a ferramenta KWHL e oficina de produção colaborativa de materiais digitais. O produto educacional resultante, intitulado Proposta para uma Abordagem do Ensino de Geografia da Amazônia Rondoniense em uma Perspectiva Decolonial no Instituto Federal de Rondônia (IFRO), configurou-se como um repositório digital de caráter didático e crítico, reunindo produções audiovisuais e produções bibliográficas existentes sobre a temática da Geografia da Amazônia rondoniense. Os resultados evidenciaram a valorização dos saberes locais, o fortalecimento do protagonismo dos sujeitos e o reconhecimento da Amazônia não apenas como recurso econômico, mas como território vivo de memórias, resistências e múltiplas racionalidades. Constatou-se que a metodologia aplicada contribuiu para o engajamento dos estudantes, estimulando uma leitura crítica do espaço geográfico e a integração de diferentes linguagens no processo formativo. Conclui-se que o trabalho apresenta originalidade ao inserir a perspectiva decolonial no Ensino de Geografia da Amazônia rondoniense no contexto da EPT, ao mesmo tempo em que fornece subsídios replicáveis. O valor da proposta reside na possibilidade de articular a produção acadêmica com práticas educativas concretas, reforçando o papel do produto educacional como instrumento de transformação pedagógica e social no âmbito da Educação Profissional e Tecnológica.

Palavras-Chave: Decolonialidade. Geografia da Amazônia. Educação Profissional. Omnilateralidade.

ABSTRACT

This study, linked to the ProfEPT program, aims to incorporate the Geography of the Amazon in Rondônia into the curricula of Professional and Technological Education - PTE from a decolonial perspective, proposing pedagogical practices that transcend the fragmented and instrumental logic focused solely on the labor market. Conducted at IFRO – Ji-Paraná *Campus*, the qualitative research of a participatory nature involved 12 students from the Integrated Technical Course in Informatics, over five meetings (four in-person and one online). The method employed for data generation was participatory research through conversation circles. In addition, the KWHL tool and collaborative workshops for the production of digital materials were used. The resulting educational product, entitled Proposal for an Approach to the Teaching of Geography of the Amazon in Rondônia from a Decolonial Perspective at the Federal Institute of Rondônia - IFRO, was structured as a digital repository with a didactic and critical character, gathering audiovisual productions and existing bibliographic materials on the theme of the Geography of the Amazon in Rondônia. The results highlighted the appreciation of local knowledge, the strengthening of participants' protagonism, and the recognition of the Amazon not merely as an economic resource, but as a living territory of memories, resistances, and multiple rationalities. The applied methodology contributed to student engagement, fostering a critical reading of geographic space and the integration of different languages in the educational process. It is concluded that this work presents originality by introducing the decolonial perspective into the teaching of the Geography of the Amazon in Rondônia within the context of PTE, while also providing replicable contributions. The value of the proposal lies in its ability to articulate academic production with concrete educational practices, reinforcing the role of the educational product as an instrument of pedagogical and social transformation in the field of Professional and Technological Education.

Keywords: Decoloniality. Amazonian Geography. Professional Education. Omnilaterality.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Estrutura da colonialidade do poder proposta por Mignolo.....	34
Figura 2 - Mapa Político Administrativo do Estado de Rondônia.....	44
Figura 3 – Mapa histórico da Amazônia.....	45
Figura 4 – Antropização do território rondoniense entre 1984 e 2020.....	57
Figura 5 – Ficha de um dos participantes evidenciando o que aprendeu sobre os rios rondonienses.....	59
Figura 6 – Cachoeira 2 de Novembro, município de Machadinho do Oeste/RO.....	61
Figura 7 – Vista parcial do Beira Rio Cultural em Ji-Paraná/RO.....	62
Figura 8 – Vista parcial do Beira Rio Cultural em Ji-Paraná/RO na década de 1990....	63
Figura 9 – Implantação do gradil na orla do Rio Machado em Ji-Paraná/RO.....	64
Figura 10. Exemplo do uso da ferramenta KWHL em rodas de conversa.....	65
Figura 11 - O que os participantes afirmaram que sabiam no início do primeiro encontro.....	66
Figura 12 - O que os participantes afirmaram querer saber no primeiro encontro...	67
Figura 13 - Perspectiva de como vão aprender sobre a temática no primeiro encontro	69
Figura 14 - Nuvem de palavras com os principais termos escritos pelos participantes no primeiro encontro.....	72
Figura 15 - Mapa das Terras indígenas do Estado de Rondônia.....	73
Figura 16 - Momento da roda de conversa sobre a temática indígena.....	78
Figura 17 - Folha da ferramenta KWHL preenchida por um dos participantes no segundo encontro.....	79
Figura 18 - Verso da Folha preenchida por um dos participantes no segundo encontro.....	80
Figura 19 - O que os participantes afirmaram que sabiam no início do segundo encontro.....	81
Figura 20 - O que os participantes afirmaram querer saber no segundo encontro...	82
Figura 21 - Perspectiva de como vão aprender sobre a temática no segundo encontro.....	83
Figura 22 - Nuvem de palavras com os principais termos escritos pelos participantes no segundo encontro.....	86
Figura 23 - Vista aérea da Nova Vila de Teotônio em Porto Velho/RO, ao fundo Rio Madeira.....	93
Figura 24 - Roda de conversa com o Artesão Marcelo Gonçalves.....	94
Figura 25 - Folha da ferramenta KWHL preenchida por um dos participantes no terceiro encontro.....	95
Figura 26 - O que os participantes afirmaram que sabiam no início do terceiro encontro.....	96
Figura 27 - O que os participantes afirmaram querer saber no terceiro encontro....	97
Figura 28 - Perspectiva de como vão aprender sobre a temática no terceiro encontro.	

Figura 29 - Nuvem de palavras com os principais termos escritos pelos participantes no terceiro encontro.....	101
Figura 30 - Roda de conversa com o acadêmico em Engenharia Florestal, Carlos Henrique.....	109
Figura 31 - Folha da ferramenta KWHL preenchida por um dos participantes no quarto encontro.....	111
Figura 32 - O que os participantes afirmaram que sabiam no início do quarto encontro.....	112
Figura 33 - O que os participantes afirmaram querer saber no quarto encontro.....	113
Figura 34 - Perspectiva de como vão aprender sobre a temática no quarto encontro..	115
Figura 35 - Nuvem de palavras com os principais termos escritos pelos participantes no quarto encontro.....	117
Figura 36 - Capa do vídeo sobre os territórios indígenas em Rondônia produzido pelos participantes.....	119
Figura 37 - Capa do vídeo sobre a cultura e as festividades do estado de Rondônia produzido pelos participantes.....	120

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Documentos Analisados na Pesquisa.....	50
Quadro 2. Exemplo do uso da metodologia KWHL na pesquisa.....	53
Quadro 3. Temáticas abordadas nos encontros.....	54
Quadro 4. Fontes que citam os topônimos Ji-Paraná e Machado.....	58
Quadro 5 - O que os participantes afirmaram que aprenderam no primeiro encontro..	72
Quadro 6 - O que os participantes afirmaram que aprenderam no segundo encontro.....	86
Quadro 7 - O que os participantes afirmaram que aprenderam no terceiro encontro...	101
Quadro 8 - O que os participantes afirmaram que aprenderam no quarto encontro.....	118
Quadro 9. Avaliação do Produto Educacional pelos Participantes da Pesquisa.....	124
Quadro 10. Avaliação do Produto Educacional pelos Docentes do IFRO.....	126

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABAG – Associação Brasileira de Agronegócio

CAERD – Companhia de Águas e Esgoto de Rondônia

CEFETs – Centros Federais de Educação Tecnológica

EaD – Educação a Distância

EM – Ensino Médio

EP – Ensino Profissional

EPT – Educação Profissional e Tecnológica

FUNAI – Fundação Nacional dos Povos Indígenas

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

ICMBIO - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

IFRO – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia

KWHL – K - know (saber); W - want to know (querer saber); H - how (como); e L - learned (aprenderam)

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional

PE - Produto Educacional

PPC – Projeto Pedagógico de Curso

PROFEPT – Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica

SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial

SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

TCLE – Termo de Consentimento Livre Esclarecido

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	16
1 INTRODUÇÃO.....	18
2 REFERENCIAL TEÓRICO.....	20
2.1 O Pensamento Decolonial.....	20
2.2 Educação Integral e Omnilateral.....	24
2.3 Educação Profissional Tecnológica no Brasil.....	26
2.4 Pedagogias Decoloniais.....	28
2.5 Ensino Médio Integrado em Rondônia.....	31
2.6 Geografia da Amazônia Rondoniense na EPT.....	32
3 METODOLOGIA.....	36
3.1 Abordagem dos sujeitos da pesquisa.....	37
3.2 Geração de dados.....	38
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	41
4.1 Caracterização do perfil dos participantes da pesquisa.....	41
4.2 Onde as Águas se Encontram: Memórias, Territórios e Saberes de Encruzilhada....	42
4.2.1 Ferramenta KWHL no primeiro encontro.....	52
4.3 Direitos, saberes e territorialidades indígenas na Amazônia.....	60
4.3.1 Ferramenta KWHL no segundo encontro.....	66
4.4 Troncos, Águas e Memórias: A Geografia do Rio Madeira contada por um Ribeirinho. 74	
4.4.1 Ferramenta KWHL no terceiro encontro.....	82
4.5 Memórias do IFRO e os caminhos da Engenharia Florestal na Amazônia rondoniense.....	90
4.5.1 Ferramenta KWHL no quarto encontro.....	99
Encontro 5 (virtual) — Narrativas visuais sobre a Amazônia Rondoniense.....	106
5 PRODUTO EDUCACIONAL.....	109
5.1 Avaliação do Produto Educacional.....	110
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	115
REFERÊNCIAS.....	117
ANEXO A – PARECER DE APROVAÇÃO DA PESQUISA JUNTO AO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA (CEP).....	125

APRESENTAÇÃO

Esta pesquisa nasce das fronteiras limitadas pela minha história de vida, minha atuação como professor de Geografia no estado de Rondônia e meu compromisso com a educação pública na Amazônia brasileira. Nas ciências humanas e sociais e sobretudo como orienta a perspectiva qualitativa e os estudos que valorizam memórias, narrativas e experiências situadas, reconheço que apresentar-me é parte do próprio método. É um ato político necessário revelar de onde falo, por que caminho percorri e por que escolhi olhar para a Amazônia rondoniense por lentes decoloniais.

Sou Luciano Ferreira de França, mato-grossense, radicado em Rondônia, formado em licenciatura em Geografia e bacharelado em Engenharia sanitária e ambiental. Atualmente sou docente no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre, mas atuei por oito anos na educação básica no estado de Rondônia. Minha trajetória como educador tem início no ano de 2016 quando ingressei como professor substituto no Instituto Federal de Rondônia e no ano seguinte fui nomeado docente efetivo do quadro estadual para atuar na educação básica. Minha atuação docente concentrou-se majoritariamente em Ji-Paraná/RO, e foi nesse território que compreendi, com mais profundidade, as histórias de luta e trabalho, assim como a invisibilidade historicamente imposta às populações amazônicas. Fui formado pela escola pública, minha graduação em Geografia conquistei por meio do PROUNI (Programa Universidade Para Todos) e mais tarde pela Universidade Federal de Rondônia (UNIR), me formei em Engenharia Sanitária e Ambiental. Cada etapa desse percurso ampliou o meu olhar para o espaço amazônico como lugar vivo, marcado por colonialidades persistentes, desigualdades profundas, mas também por memórias, resistências e saberes ancestrais.

Meu encontro com o Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT) abriu a oportunidade de me aprofundar na Geografia da Amazônia rondoniense sob uma nova perspectiva, a da decolonialidade. A linha de pesquisa *Organização e Memórias de Espaços Pedagógicos* ofereceu as ferramentas para transformar inquietações em investigação. Ao desenvolver esta dissertação, reencontrei os rios da minha infância, as memórias da minha cidade e as histórias apagadas que permeiam Rondônia. Reencontrei também as vozes dos estudantes

do IFRO – campus Ji-Paraná, que participaram das rodas de conversa e da construção do Produto Educacional. Nas falas deles, percebi o quanto a Amazônia é desconhecida dentro da própria Amazônia. Percebi como o currículo, quando não dialoga com o território, reforça a colonialidade do saber.

A pesquisa realizada, fundamentada em narrativas, rodas de conversa e na ferramenta KWHL, evidenciou que o ensino, sobretudo de Geografia, precisa reconhecer como sujeitos de conhecimento as populações indígenas, ribeirinhas, quilombolas, camponesas e periféricas que compõem a Amazônia Rondoniense. As experiências vividas nesses encontros, documentadas nesta dissertação e aprofundadas no Produto Educacional, mostraram caminhos para uma prática pedagógica que valorize saberes locais, memórias coletivas e epistemologias não ocidentais.

Assim, este trabalho é mais do que uma exigência acadêmica, é parte da minha própria trajetória, uma reafirmação do compromisso com uma educação pública crítica, omnilateral e anticolonial. Escrever sobre a Amazônia rondoniense é também escrever sobre mim, sobre os lugares que me formaram, os rios que moldaram minha sensibilidade geográfica, e as pessoas que me ensinaram que a educação só tem sentido quando transforma os sujeitos.

Espero que esta pesquisa contribua para fortalecer no IFRO e na Rede Federal um projeto educativo que reconheça a importância de ensinar a Amazônia a partir da Amazônia, que compreenda o trabalho como princípio educativo e que permita que as vozes dos estudantes, das comunidades e dos povos da floresta sejam centrais na construção dos currículos, das políticas e dos futuros possíveis.

Espero que este trabalho abra caminhos para que a Geografia da Amazônia Rondoniense ocupe, com legitimidade, o lugar que lhe é de direito na Educação Profissional e Tecnológica, não como conteúdo acessório, mas como fundamento ético, político e pedagógico de uma educação que se compromete com a vida, com o território e com a emancipação dos sujeitos.

1 INTRODUÇÃO

O presente estudo insere-se no campo da Educação Profissional e Tecnológica - EPT, tendo como foco a inserção da Geografia da Amazônia rondoniense nos currículos do Instituto Federal de Rondônia - IFRO. O estudo emerge da constatação de que, historicamente, os conhecimentos regionais, sobretudo aqueles relacionados aos povos indígenas, comunidades ribeirinhas e às dinâmicas territoriais da Amazônia rondoniense, sistematicamente são invisibilizados por currículos formais. Essa ausência reforça uma lógica colonial de negação dos saberes locais e da pluralidade cultural, o que pode comprometer a formação omnilateral no contexto da EPT.

A motivação para a escolha do tema está diretamente relacionada à vivência do pesquisador como professor de Geografia no estado de Rondônia. Além disso, após o ingresso no programa de mestrado do ProfEPT, o pesquisador identificou lacunas na abordagem da realidade amazônica no espaço da formação dos cursos técnicos da EPT no IFRO. Essas inquietações se articularam com o compromisso ético-político de contribuir para uma formação crítica e libertadora, capaz de valorizar a territorialidade, as diversidades e os saberes ancestrais em diálogo com os conhecimentos científicos. É nesse contexto que surge a necessidade da inserção da abordagem decolonial para alcançar os princípios da omnilateralidade.

A pesquisa está vinculada à linha Organização e Memórias de Espaços Pedagógicos na Educação Profissional e Tecnológica, inserida no macro projeto 06: Organização de espaços pedagógicos da EPT, do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica ProfEPT. O trabalho buscou compreender como metodologias participativas podem favorecer a aprendizagem da Geografia em diálogo com a realidade amazônica em Rondônia, numa perspectiva decolonial.

A pesquisa ancora-se em uma proposta de articulação do ensino de Geografia da Amazônia rondoniense em uma perspectiva decolonial na EPT para estudantes dos segundos anos do ensino médio técnico em Informática do IFRO campus Ji-Paraná/RO. Além disso, busca proporcionar um ambiente de discussões de temáticas amazônicas, a partir do ponto de vista dos sujeitos invisibilizados pelas literaturas oficiais. Por fim, o estudo consolidou-se com a elaboração e publicação de produto educacional voltado aos docentes e gestores do IFRO para a inserção da Geografia da Amazônia rondoniense em uma perspectiva decolonial na EPT.

A justificativa deste estudo repousa na necessidade de consolidar práticas pedagógicas que resistam às imposições de currículos uniformizadores e reforcem o compromisso da EPT com a transformação social. Nesse sentido, assume a perspectiva decolonial como parte fundamental, ao reconhecer que a Amazônia rondoniense não deve ser reduzida a recurso natural ou espaço de exploração, mas entendida em sua complexidade socioambiental e histórica. Assim, valorizando o território rondoniense como lugar de memórias, resistências e de conhecimentos legítimos.

No campo metodológico, optou-se por uma abordagem de pesquisa qualitativa, de caráter participante, articulando momentos de rodas de conversa, aplicação da ferramenta KWHL e construção de produtos midiáticos (mini documentários). Essa combinação metodológica buscou favorecer a escuta permanente, o diálogo horizontal e o uso de tecnologias digitais como instrumentos de ação e reflexão.

Por envolver seres humanos, o projeto foi submetido à apreciação do Comitê de Ética em Pesquisa - CEP e aprovado sob o parecer consubstanciado nº 7.182.265, garantindo o cumprimento das exigências éticas em pesquisa com seres humanos.

Portanto, esta dissertação se propõe a implementar e refletir sobre a inserção da Geografia da Amazônia rondoniense nos currículos da EPT, articulando saberes acadêmicos e locais, em uma perspectiva decolonial que reivindica a formação omnilateral como horizonte emancipador.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 O Pensamento Decolonial

Afinal de contas, o que é decolonialidade? Para responder esse questionamento, buscamos os primeiros autores a discutir a temática. Podemos definir decolonialidade como uma corrente de pensamento revolucionário que se propõe a desmantelar as heranças coloniais presentes nas estruturas sociais contemporâneas. A decolonialidade surge e ecoa a partir da América Latina e Caribe e reivindica o reconhecimento de outros modos de existir, saber e poder (Mignolo, 2010; Quijano, 2005).

É possível também compreender que, “a decolonialidade surge como energia de descontentamento e atitude em resposta às práticas opressoras do paradigma moderno-colonial” (Aood; Abreu; Dias, 2021, p. 167), opondo-se às estruturas hegemônicas sem, contudo, perder de vista o rigor das ciências humanas e sociais na contemporaneidade.

Vários autores como Santiago Castro-Gómez, Ramón Grosfoguel, Walter D. Mignolo, Aníbal Quijano, Enrique Dussel, entre outros, dedicaram-se a estudar e compreender as relações postas no atual cenário de expansão da sociedade capitalista. A abordagem adotada por esses autores é considerada por muitos como revolucionária e contra-hegemônica. Essa abordagem surgiu como resposta desses pensadores latino-americanos e caribenhos para contrapor o colonialismo.

Destaca-se também os trabalhos de Malcom Ferdinand (2022) ao relacionar a colonialidade e pós colonialismo à questão ecológica, afirmando que a colonialidade também está presente na discussão do meio ambiente. Ferdinand, afirma que há uma união inseparável entre crise ambiental e legado colonial racista, defendendo que uma abordagem ecológica deve sobretudo confrontar os mecanismos do colonialismo e da escravidão.

Ferreira (2014) afirma que o colonialismo é anterior ao capitalismo enquanto sistema global e vem acompanhando-o como “política” em suas distintas fases de ampliação e desenvolvimento. Maldonado-Torres (2007) reflete que o colonialismo é uma relação política e econômica, na qual a soberania de um povo está alicerçada na ideia do poder sobre outro povo ou nação, o que constitui a esse povo dominador, um império colonial.

Para Henriques (2015) a percepção sobre o colonialismo vai além, ao dizer

que

Entre os diversos marcadores que caracterizam o colonialismo - a desigualdade relacional e a descontinuidade territorial entre o país colonizador e o país colonizado, a disjunção cultural e social entre colonizados e colonizadores, a eliminação da autonomia do colonizado e a hegemonia sempre reforçada do colonizador -, deve registrar-se, por um lado, o exercício constante de desmemoriação das populações dominadas em relação à sua própria história, introduzindo a história do colonizador e incentivando uma nova memória que reorganiza a hierarquização dos homens de acordo com a norma do colonizador, e por outro, a manipulação ideológica dos grupos que integram o espaço do colonizador, confrontados com categorias legitimadoras - a nação, a civilização, a história - da violências impostas pelo fenômeno colonial (Henriques, 2015, p.4).

Com base nessa análise, compreende-se que o colonialismo não operou apenas como um sistema de dominação territorial e econômica, mas como um projeto que redesenhou subjetividades, apagou histórias e impôs uma única narrativa de civilização. Nesse sentido, Ferdinand (2022) traz a metáfora do navio negreiro, revelando como o “habitar colonial da Terra” criou uma ontologia de exclusão e exploração, projetando os povos originários, negros, mulheres e outras formas de vida à margem da dignidade e da coexistência em um sistema excludente e violento. A desmemória dos povos colonizados promovida pela substituição de suas referências culturais e históricas pelas do colonizador, continua sendo um dos efeitos mais duradouros do fenômeno colonial.

Explorando as nomenclaturas em uma nova perspectiva acerca do processo de colonização e exploração, chegamos ao termo colonialidade. Nessa visão, Santos (2002) afirma que a colonialidade é um sistema mundial moderno de poder, baseado na exploração econômica, na dominação política e na imposição cultural através do capital. Impondo, ainda, um sistema de hierarquia racial, de gênero, de classe e de conhecimentos que, muitas vezes, foram impostos pelos europeus. Para Santos (2002) essa relação é perpetuada pela reprodução do poder e pelas estruturas de opressão postas atualmente.

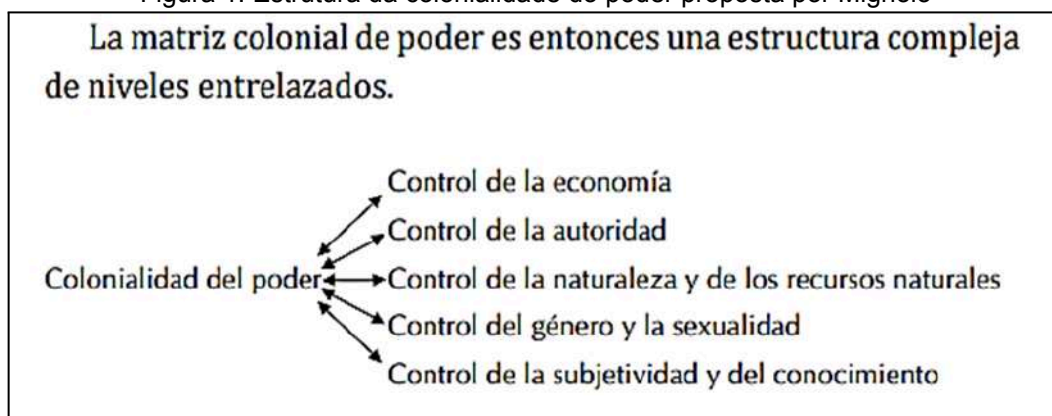
Nesse sentido, Tonial *et.al.* (2017, p.19) dizem que “a colonialidade é entendida como uma dimensão simbólica do colonialismo que mantém as relações de poder que se desprenderam da prática e dos discursos sustentados pelos colonizadores para manter a exploração dos povos colonizados”. Portanto, trata-se de uma forma de poder que mantém as relações já postas anteriormente, desde as estruturas econômicas, de gênero, racial, étnica e cultural.

A colonialidade é explicada por Santos (2001, p.20) como “a perversidade sistêmica que está na raiz dessa evolução negativa da humanidade, tem relação com a adesão desenfreada aos comportamentos competitivos que atualmente caracterizam as ações hegemônicas”. Santos (2001) efetua uma crítica ao processo de globalização, denunciando a “fábula da evolução humana” e a suposta homogeneidade desse processo como fenômeno que alcança todos os povos. Nessa perspectiva, o pensamento de Santos diz que essa “evolução” não alcança todos equitativamente, e os abismos entre o mundo desenvolvido e subdesenvolvido só aumentaram ao longo da história recente.

No mesmo sentido, Quijano (2005) cunha o termo colonialidade do poder para explicar como tais desigualdades não são meros resquícios do passado colonial, mas sim, parte de uma lógica estrutural que persiste na contemporaneidade. A colonialidade do poder opera como uma matriz que articula a dominação econômica, a imposição epistêmica e a hierarquização social, com base em critérios raciais e culturais, naturalizando a inferiorização dos povos colonizados, mesmo após o fim formal das colônias.

Mignolo (2010) assinala que a colonialidade do poder está ancorada em atividades e controles específicos como a colonialidade do saber, do ser, do ver, do fazer, do pensar e do ouvir. Para o autor a matriz colonial do poder é uma estrutura complexa com níveis entrelaçados que perduram desde a colonização europeia. Para ilustrar a ideia, veremos abaixo a figura que apresenta, segundo o autor, essa complexa estrutura colonial de poder.

Figura 1. Estrutura da colonialidade do poder proposta por Mignolo



Fonte: Mignolo (2010)

A estrutura proposta demonstra que essa colonialidade do poder está

diretamente relacionada aos processos de expansão da sociedade capitalista na busca por riquezas e exploração da força de trabalho nos territórios subjulgados e marginalizados pelos europeus. Indo ao encontro dessas afirmações, Fanon (2022) evidencia que a colonização opera não apenas pelo controle dos territórios e recursos, mas sobretudo pelo domínio dos corpos, pela imposição de hierarquias raciais e pela desumanização sistemática dos sujeitos colonizados.

Assim, percebe-se que a lógica de expropriação, subjugação e desterritorialização, pavimentaram os caminhos para inserir o controle em diversos campos das sociedades. Inspirando-se nas reflexões de Fanon (2022) sobre o controle colonial dos corpos e das subjetividades, é possível compreender que a dominação europeia sobre os povos originários da América, da Ásia e da África também se materializou na imposição de padrões de gênero e sexualidade baseados na moral cristã, resultando na subjugação de mulheres, indígenas, homossexuais e outros grupos marginalizados. Tal perspectiva dialoga com a noção de colonialidade de gênero discutida por Lugones (2008).

Partindo do campo de subjugação de gênero, Quijano (2000) afirma que em todo o mundo colonial as normas e padrões de comportamento adotados (a idealização sexual dos gêneros e, em consequência, os padrões de ordem familiar dos “europeus”) foram diretamente fundados na classificação de gênero com liberdade sexual para os homens e, em contrapartida, obediência e fidelidade para as mulheres. Assim, os varões “brancos” conseguiam acesso às mulheres, “negras” e “índias” na América, negras na África e de todas as cores no resto do mundo.

A “proposta decolonial vai, então, desde a denúncia à colonialidade até a proposta de construção de um movimento insurgente que rompa com a base epistêmica moderna” (Santos, 2018, p.4). Nesse sentido, Grosfoguel (2005) afirma que a decolonialidade é um processo de ressignificação em longo prazo, que não se pode reduzir a um acontecimento jurídico ou político. Para o autor é preciso romper com a lógica colonialista imposta através do capital e das relações postas pela divisão internacional do trabalho que aprofundam ainda mais a divisão do mundo.

Dito isso, percebe-se que há importantes aproximações entre o pensamento decolonial e os princípios que fundamentam a Educação Profissional e Tecnológica, sobretudo, no que diz respeito à educação integral e à omnilateralidade (Manacorda, 1990). Nessa mesma perspectiva, Frigotto (2007) argumenta que a EPT precisa ir além da mera qualificação para o mercado, incorporando princípios de educação

integral que considerem o contexto histórico, social e cultural dos sujeitos. Essa perspectiva de Frigotto converge com o giro decolonial ao rejeitar a lógica produtivista, muito comum no pensamento eurocêntrico.

Na premissa da decolonialidade como meio para atingir a omnilateralidade, Moura (2008) destaca que a EPT deve integrar conhecimentos científicos, tecnológicos, culturais e históricos, de modo a contribuir para a formação plena da classe trabalhadora. Diante disso, o pensamento decolonial por vezes se aproxima e contribui para uma formação que dialogue com o avanço científico, mas sem perder de vista o contexto e a realidade da classe trabalhadora.

2.2 Educação Integral e Omnilateral

A noção de formação omnilateral recoloca o horizonte da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) para além do adiestramento ocupacional. Em vez de reduzir a escola a uma função de “empregabilidade”, propõe-se uma formação humana integral que articule dimensões técnicas, científicas, históricas, estéticas, ético-políticas e territoriais do viver-trabalhar (Frigotto, 2001; Ramos, 2008). Nesse sentido, a EPT deixa de ser mero apêndice do mercado de trabalho e passa a operar como mediação formativa para compreender e transformar a realidade concreta dos filhos da classe trabalhadora (Moura, 2015; Kuenzer, 1998).

Do ponto de vista teórico, a omnilateralidade dialoga com uma tradição crítica que inclui a pedagogia histórico-crítica (Saviani, 2008) e a crítica ao produtivismo escolar (Ciavatta, 2005; Machado, 2020). Admite-se que o conhecimento tecnológico é parte de uma totalidade social mais ampla e que, por isso, currículo, trabalho e cultura devem ser tratados de modo indissociável (Frigotto, 2001; Ramos, 2008). Para a Rede Federal, essa perspectiva implica políticas institucionais que favoreçam integração curricular, pesquisa com vínculo territorial e extensão que valorize saberes locais (Pacheco, 2010). Assim, buscam-se práticas pedagógicas que evitem a fragmentação entre “geral” e “profissional”.

Ao aproximarmos a omnilateralidade das pedagogias decoloniais, questiona-se a colonialidade do saber que historicamente hierarquizou epistemologias e territórios (Quijano, 2005). Em perspectiva decolonial, a EPT precisa pensar o currículo para uma *ecologia de saberes* e para a desobediência epistêmica (Mignolo, 2010; Walsh, 2019), reconhecendo que conhecimentos ribeirinhos, indígenas, quilombolas e camponeses não são ilustrações folclóricas,

mas manifestações técnicas e produtivas de um território e de seus habitantes. A formação omnilateral, assim, encontra nas pedagogias decoloniais um método para horizontalizar relações de conhecimento e incorporar memórias do espaço como ato político de re-existência.

A Geografia oferece categorias fundamentais para operar essa integração. Milton Santos relembra que o espaço é totalidade concreta e técnica, tecido por objetos e ações, o que exige uma formação que leia criticamente círculos de cooperação e uso do território (Santos, 2006). Ruy Moreira reforça o pensamento de Santos ao dizer que o espaço é produção social e que a Geografia precisa evitar reduzir-se a uma cartografia descritiva, sob pena de reiterar hegemonias (Moreira, 2020).

Em termos de política e gestão curricular, a omnilateralidade demanda integração orgânica entre formação geral e técnica, com itinerários que articulem ciência escolar, fundamentos do trabalho, linguagem, artes e modos de vida que superem a dualidade no ensino (Saviani, 2008; Ramos, 2008). No chão de uma EPT na Amazônia, essa proposta inclui leitura crítica de mapas e imagens de satélite, diálogo com comunidades, e análise de controvérsias (hidrelétricas, mineração, agronegócio, demarcação de terras) como problemas públicos de aprendizagem.

A crítica central é ao utilitarismo curricular que naturaliza a escola como mediadora da lógica de mercado. A formação omnilateral desloca o foco para o mundo do trabalho, compreendido como dimensão histórico-social e não como mero posto laboral (Frigotto, 2001; Ciavatta, 2005).

Para o docente de Geografia na EPT em Rondônia, omnilateralidade e decolonialidade convergem em três frentes:

- 1 - currículo local, que parte dos territórios (rios Machado, Urupá e Madeira; terras indígenas; áreas de expansão agropecuária) e conecta conteúdos a realidade vivida pelos sujeitos;
- 2 - metodologias participativas, como rodas de conversa, cartografias afetivas e sociais, etnografias rápidas e produção audiovisual;
- 3 - política institucional que sustente acesso, permanência e êxito com ações afirmativas, extensão em territórios e governança colegiada para decisões curriculares (Pacheco, 2010; Moura, 2015).

O resultado é uma formação profissional que atende aos sujeitos, capacitando-os para ler e compreender o seu espaço e intervir com

responsabilidade afetiva, profissional e socioambiental no espaço em que atua.

2.3 Educação Profissional Tecnológica no Brasil

A história da Educação Profissional e Tecnológica no Brasil remonta ao século XIX, quando surgiram as primeiras instituições de ensino voltadas para a formação de profissionais técnicos (Brasil, 2009). No entanto, as transformações significativas viriam no início do século XX com a criação da Escola de Aprendizes Artífices fundada em Vitória, no Espírito Santo pelo Decreto nº 7.566/1909 (Brasil, 2009). Naquela época, a economia do Estado ainda era baseada no café, mas já se vislumbrava um futuro impulsionado pelas indústrias que começavam a surgir.

Na sequência de acontecimentos, em 1909 o presidente Nilo Peçanha implantou 19 escolas com diversos objetivos, dentre eles, formar jovens da classe trabalhadora para se adaptarem ao novo momento econômico do país. Portanto, é sabido que essas instituições eram destinadas aos filhos dos trabalhadores da época, conforme afirmam Sueth et al. (2009).

Durante muitos anos, poucas mudanças ocorreram no âmbito da Educação Profissional no país. “O Congresso Nacional sancionou em 1927 o Projeto de Fidélis Reis que previa o oferecimento obrigatório do ensino profissional no país” (Brasil, 2009, p.04). Posteriormente, no governo de Getúlio Vargas com a promulgação da constituição de 1937, a Educação Profissional foi fortalecida e ganhou mais atenção do Estado. No entanto, evidenciava-se o caráter dual da oferta, pois era destinada principalmente para os filhos dos mais pobres. Essa afirmação é corroborada por Romanelli (2005), “[...] a partir de 1942, por iniciativa do ministro Gustavo Capanema, o governo decretou uma série de mudanças na educação que ficaram conhecidas como Leis Orgânicas, que reformaram alguns ramos do ensino.” (Cândido et al., 2019 p.08). Dentre as criações da reforma de Capanema, destaca-se o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) em 1942 e o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) em 1946. Todos possuíam o propósito de ofertar cursos profissionalizantes e técnicos para jovens e adultos (Romanelli, 2005).

A partir da década de 1970, o governo federal implementou a nova política educacional focada na preparação da mão de obra. Foram criados diversos programas com esse propósito, dentre os quais se destaca-se a Lei 5692/1971 que foi estabelecida, tornando a profissionalização obrigatória no ensino secundário

(Rocha, 2009).

Com o passar do tempo, as escolas técnicas foram adquirindo reconhecimento, especialmente entre a classe empresarial. Nos anos de 1960 e 1970, os profissionais técnicos formados por essas instituições foram contratados tanto por empresas estatais quanto privadas (Brasil, 2009). Esse cenário impulsionou um rápido crescimento no número de matrículas nessas instituições, o que resultou na inserção de um grande contingente de técnicos no mercado de trabalho (Rocha, 2009). Após o regime militar que se estabeleceu entre 1964 a 1985, o Brasil entrou na década de 1990 com forte influência neoliberal. Neste sentido Varga (2015) descreve que críticas direcionadas à rede de educação profissional intensificaram-se até 1994, essas críticas eram tanto por sua eficiência, quanto pelo público alvo.

Na tentativa de responder a parcela do mercado que exigia mudanças, o governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) transformou gradativamente as antigas Escolas Técnicas Federais e as Escolas Agrotécnicas Federais em CEFETs (Centros Federais de Educação Tecnológica) com base em uma abordagem alinhada ao pensamento neoliberal (Campello, 2011). Assim, foi aprovada a Lei n. 8.948/94, que instituiu o Sistema Nacional de Educação Tecnológica e a rede de CEFETs, posteriormente regulamentada pelo Decreto n. 2.406/97.

A década de 1990 é marcada por muitas mudanças na Educação Profissional e Tecnológica no Brasil. Foi promulgada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional LDB (Lei nº 9394/1996). A LDB estabeleceu a EPT como integrante do sistema educacional brasileiro, tanto na modalidade de formação inicial quanto de educação continuada. Sob o ponto de vista conceitual, a formação integrada transcende a mera conexão entre o ensino médio e a educação profissional (Manacorda, 2007). Essa modalidade de educação busca resgatar, dentro do atual contexto histórico e em uma determinada correlação de forças entre as diferentes classes sociais, a concepção de educação politécnica, omnilateral e unitária. Esses conceitos estiveram em disputa durante a elaboração de uma nova Lei de Diretrizes e Bases (LDB) na década de 1980, mas foram suplantados na aprovação da Lei nº 9.394/96 (Ciavatta, 2014).

No ano de 1997 foram realizadas mudanças significativas na EPT com o decreto 2.208/1997. Esse decreto recebeu muitas críticas por estabelecer separação

entre educação e trabalho. Já em 2004 o decreto 2.208/97 é revogado com a promulgação do novo decreto n. 5.154/04 este novo decreto ainda não resolve toda a questão de universalização ou garantia a educação profissional e integral aos jovens brasileiros. Nesse ínterim, Moura destaca que “de qualquer maneira, a possibilidade de integração entre o EM e a EP, prevista no Decreto n. 5.154/2004, representa alguma expectativa de avanço na caminhada em direção ao EM igualitário para todos” (Moura, 2014, p.46).

Diversos autores afirmam que a Educação Profissional e Tecnológica no Brasil tem se configurado como uma alternativa às demandas do mercado de trabalho e não ao mundo do trabalho. Nessa perspectiva, Frigotto (2011) denuncia o caráter tecnicista e alienante dessa formação, enquanto Santos (2000) oferece uma crítica mais ampla à lógica utilitarista que segmenta saberes à mercantilização da educação.

Os Institutos Federais, as Escolas Técnicas e outras instituições de ensino têm desempenhado a formação de profissionais seguindo critérios estabelecidos na legislação brasileira. As mudanças mais significativas nas legislações e na educação técnica profissional no Brasil são recentes. Moura (2014) destaca esse cenário ao afirmar que “Nesse sentido, o EMI vem sendo implantado, ainda que timidamente, a partir de 2005, na rede federal de EP e em algumas redes estaduais, em meio a muitas disputas e contradições em torno das relações entre trabalho e educação [...]” (Moura, 2014, p.46). Essa constatação revela os desafios persistentes na construção de uma proposta de educação que articule a formação técnica e formação humana integral, especialmente em contextos de desigualdade estrutural como o caso brasileiro.

2.4 Pedagogias Decoloniais

Na Geografia, há momentos em que até mesmo a sala de aula é como um trecho do território, ou seja, lugar de memórias, afetos e disputas políticas. Nessa perspectiva, a pedagogia decolonial não é mero adorno teórico, na verdade é prática que exige deslocar o saber e o ouvir a partir das epistemologias que ainda resistem. Walter D. Mignolo lembra-nos que a desobediência epistêmica é um gesto político necessário para descentralizar o conhecimento eurocêntrico e abrir espaço a “outras” formas de saber (Mignolo, 2011).

No contexto amazônico isso significa que mapas, escalas e categorias

tradicionais devem dialogar com cosmologias indígenas, saberes ribeirinhos e memórias quilombolas, não para serem exotizados, mas para redescrever problemas reais do território em questão (Mignolo, 2011). No mesmo estudo, ao citar Monica Chuji, uma ativista indígena kichwa do Equador, Mignolo atribui a oralidade dos sujeitos como importante ferramenta de lutas sociais na Amazônia (Mignolo, 2011).

Muitos estudiosos decoloniais deixaram valiosas contribuições no campo pedagógico. Claudio Andres Barría Mancilla desenvolve uma abordagem que articula memória, geopoética e pedagogia do Sul como práticas decoloniais de construção de sentidos. Em sua tese *Pela poética de uma pedagogia do Sul* (2014), Barría Mancilla propõe a geopoética dos sentidos, trata-se de uma forma de escuta sensível do território que dialoga com os saberes locais, as afetividades e as lembranças vividas. É uma pedagogia construída a partir de mergulhos performáticos e artísticos no espaço vivido, que regeneram memória e ativam o pertencimento aos territórios (Barría Mancilla, 2014). No artigo “Geopoética dos sentidos, a/r/tografia e o patrimoniável em chave descolonial: por uma poética do Sul”, o autor ultrapassa discursos clássicos de patrimônio e identidade para propor uma poética do Sul que resiste aos cânones hegemônicos. Aqui, "patrimoniável" é aquilo que emerge do fazer poético, sensível e crítico, ou seja, é memória ativada, não musealizada (Barría Mancilla, 2018). Portanto, é possível afirmar que a Pedagogia do Sul proposta por Barría Mancilla fundamenta-se nas lutas e resistências dos povos em suas múltiplas expressões, abrangendo desde comunidades originárias até movimentos sociais, o que a aproxima dos princípios e do ponto de partida da educação popular (Dias & Abreu, 2022).

Aníbal Quijano, não é propriamente uma referência em pedagogias decoloniais, entretanto, oferece a chave para compreender por que é urgente a mudança de postura na abordagem pedagógica. Para o autor a colonialidade do poder continua a estruturar as epistemologias dominantes, naturalizando a exploração e a invisibilização de sujeitos subalternos (Quijano, 2000). Nesse sentido, o ensino de Geografia em espaços amazônicos quando não condizente com a realidade dos sujeitos pode ajudar a reproduzir uma visão instrumental do território e do povo que nele vive. Um exemplo dessa instrumentalização na Geografia é o reducionismo do rio, da mata, da água, do povo e do solo como meros “recursos humanos ou naturais”. Contrariando essa visão utilitarista, Santos (2023) defende as

práticas tradicionais e a oralidade como formas legítimas de produção de conhecimento e resistência frente à lógica do capital e a exploração de homens, mulheres e natureza.

Uma pensadora que amplifica o pensamento decolonial como prática pedagógica é Catherine Walsh ao ligar interculturalidade e decolonialidade. Para a autora, a escola deve praticar o diálogo horizontal entre saberes, não um mero multiculturalismo superficial que empilha “conteúdos étnicos” sem transformar relações de poder (Walsh, 2007). Nesse sentido, Neri e Oliveira (2021) afirmam que a pedagogia concebida por Walsh rompe com os significados tradicionais consolidados pela lógica ocidental. Trata-se de um processo construído nas lutas e insurgências, marcado pela superação de dicotomias e pela denúncia das violações aos direitos humanos e ao que chamam de cânones ambientais.

Na perspectiva de Boaventura de Sousa Santos, as epistemologias do Sul constituem um convite à desobediência epistêmica e à valorização de múltiplos outros pensamentos, rompendo com o monopólio e monocultura do saber ocidental. Ao propor a *ecologia de saberes*, o autor defende o diálogo entre o conhecimento científico, os saberes tradicionais, as práticas culturais e as pedagogias populares, reconhecendo a legitimidade de cada forma de saber. Nesse sentido, a abordagem decolonial em educação se fortalece ao integrar, no mesmo espaço formativo, a ciência e as vivências, construindo um currículo capaz de refletir a pluralidade de mundos que coexistem nos espaços (Santos, 2010).

Apesar de não ser um autor que tenha dedicado seu trabalho a pedagogias decoloniais, Ailton Krenak, com sua postura filosófica e política, traz o sentido ético de uma educação ligada à vida no planeta. Para o autor, é importante que a escola recupere vínculos afetivos com a terra e reconheça modos de vida não subordinados ao capital (Krenak, 2019). Entretanto é necessário dizer que a simples inserção do tema decolonial na educação não pode ser em hipótese alguma interpretada ou analisada como uma pedagogia decolonial (Oliveira, 2021). Neste sentido o autor afirma que:

Uma perspectiva de educação decolonial requer pensar e intervir na realidade a partir dos sujeitos subalternizados pela colonialidade, como índios, negros, mulheres, homossexuais e outr@s marcadores das diferenças contrapostas às lógicas educativas hegemônicas (Oliveira, 2021, p. 30).

Em síntese, compreender e abordar as ideias e pensamentos como de

Mignolo, Barría Mancilla, Quijano, Walsh, Santos, Krenak e tantos outros podem permitir o afloramento de uma pedagogia decolonial que articule, diálogo intercultural, pluralidade de saberes e compromisso ético com a vida. Isso significa transformar práticas docentes em processos coletivos, replicáveis e ligados aos territórios, uma educação construída com a comunidade, pela comunidade e para a reprodução digna da vida.

2.5 Ensino Médio Integrado em Rondônia

A história da Educação Profissional e Tecnológica no Brasil remonta ao século XIX, quando surgiram as primeiras instituições de ensino voltadas para a formação de profissionais técnicos. No entanto, a expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica começou a ser impulsionada no primeiro governo petista entre os anos de 2003 a 2006. Nessa situação, ocorreu a instituição, em dezembro de 2008, dos Institutos Federais como parte da ampliação da rede federal de educação, conforme estabelecido pela Lei nº 11.892/2008 (Conde, 2018), dentre os quais o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO).

De acordo com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) do IFRO, a instituição detém autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar. O IFRO é, atualmente, uma instituição especializada na oferta de ensino profissional e tecnológico, englobando tanto a educação básica, como o ensino superior, além de se dedicar à pesquisa e atuação com a sociedade rondoniense. Sua história regional é resultado da união entre a Escola Técnica Federal de Rondônia, em fase de implantação na época, e a Escola Agrotécnica Federal de Colorado do Oeste. Essa fusão resultou na criação de uma Reitoria e cinco *campi* entre os anos de 2008 e 2009 (IFRO, 2023).

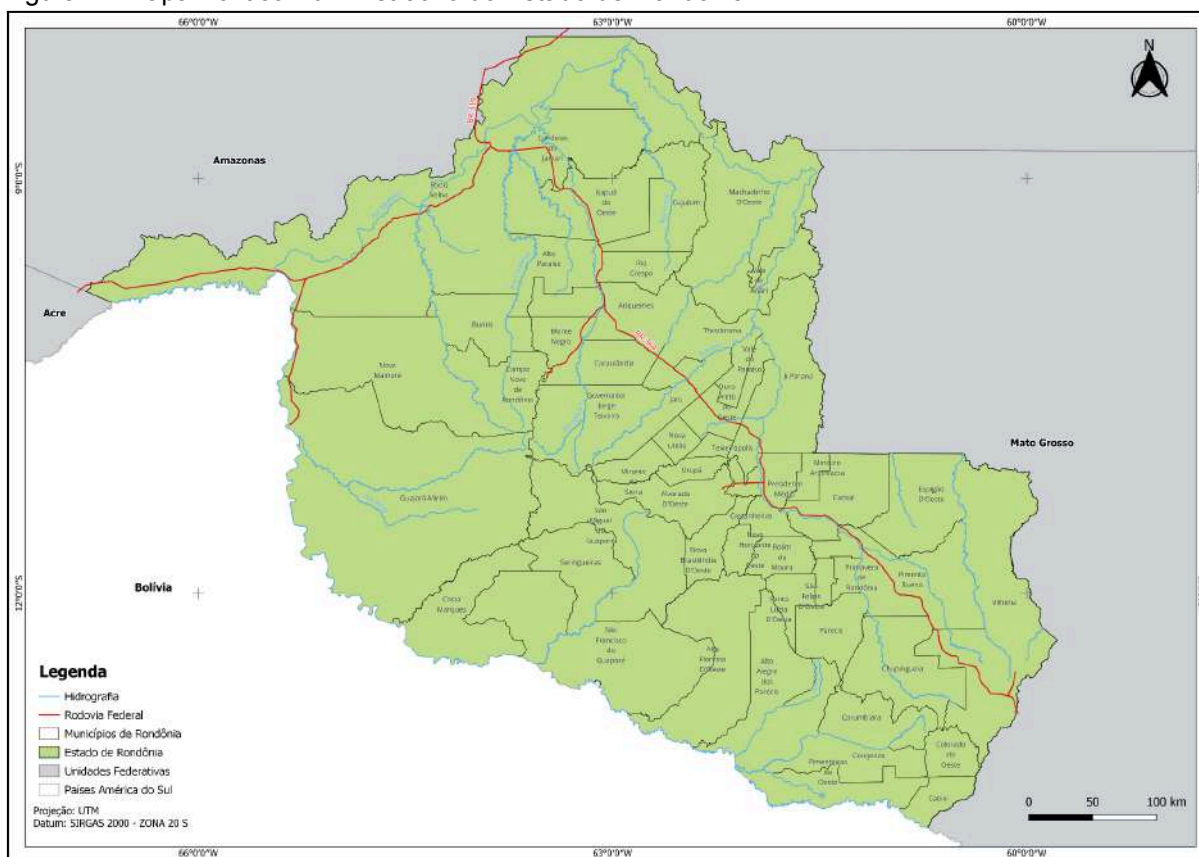
Atualmente, o IFRO está presente em nove municípios com sedes físicas e oferta cursos na modalidade presencial. Além disso, atende na modalidade em Educação a distância (EaD) em todos os 52 municípios rondonienses (IFRO, 2023). Segundo o Plano de Desenvolvimento Institucional do IFRO (PDI) (2023-2027) existe também a expansão de suas atividades para outros estados brasileiros como a Paraíba, Pernambuco e Minas Gerais com polos EaD e um desses polos na Bolívia, país fronteiriço com Rondônia. De acordo com o PDI, o IFRO realizou estudos para compreender os arranjos econômicos em cada região onde há *campi*

instalados e, dessa forma, atuar junto à comunidade de maneira mais coerente à realidade local.

2.6 Geografia da Amazônia Rondoniense na EPT

O Estado de Rondônia é subdividido em 52 municípios, sendo que estes estão articulados em duas regiões Geográficas Intermediárias e seis regiões imediatas. Rondônia tem população estimada, em 2024, de aproximadamente 1.746.227 habitantes, apresenta Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), em 2021, de 0,7, considerado um IDH médio e com renda média *per capita*, em 2024, de R\$ 1.717,00 (IBGE, 2025).

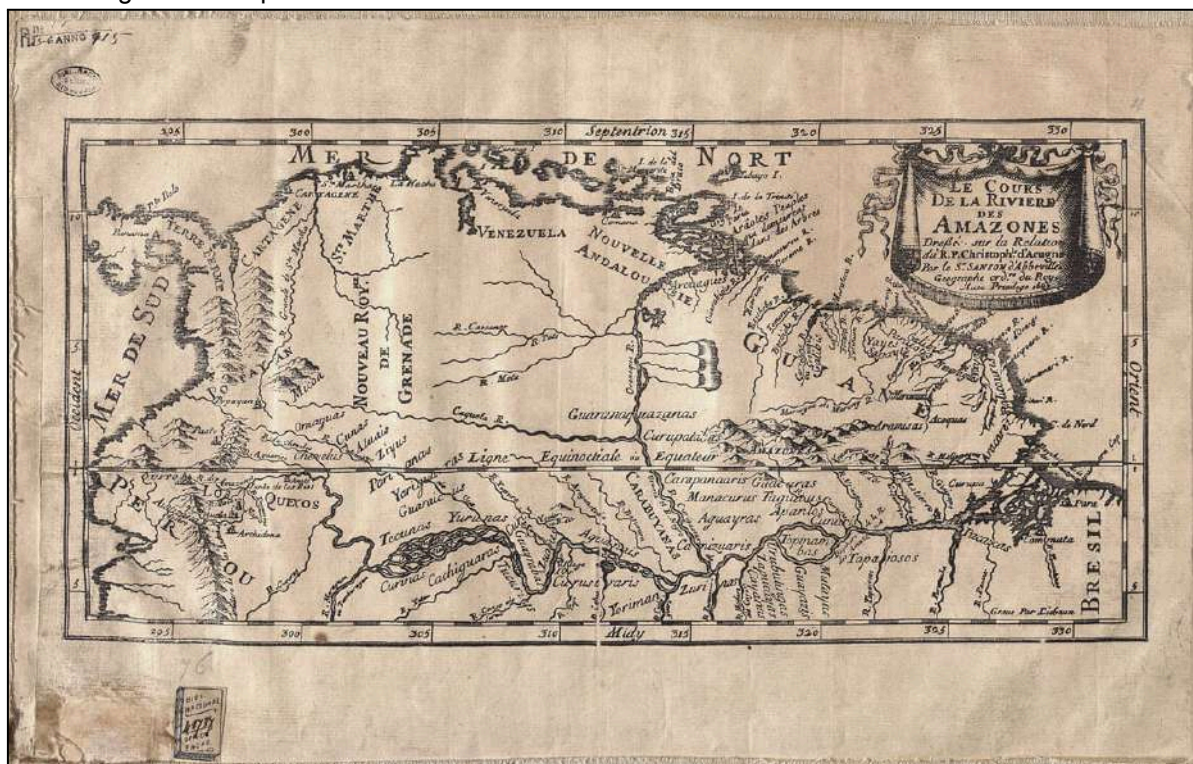
Figura 2 - Mapa Político Administrativo do Estado de Rondônia



Fonte: Autor, 2025

A região em que atualmente compreende-se como o estado de Rondônia, localizado na Amazônia brasileira, possui uma antiquíssima ocupação humana. Sobre isso, pesquisas arqueológicas apontam o Alto Rio Madeira como centro de intercâmbio cultural desde, pelo menos, o Holoceno Médio (aproximadamente 8 mil anos atrás) (Neves; Almeida, 2020).

Figura 3 – Mapa histórico da Amazônia



Fonte: FAPESP (2021), a partir de documento da Biblioteca Nacional.

Essa ocupação, no período colonial, estava diretamente relacionada com atividades econômicas como as drogas do sertão e, posteriormente, a borracha no império. Diante disso, em um primeiro momento, se intensifica a extração de produtos como o látex. Concomitante à exploração gomífera na região, tem-se a construção da Ferrovia Madeira Mamoré entre Porto Velho e Guajará-Mirim. Após os surtos da borracha e a desativação da Estrada de Ferro, iniciam-se as aberturas de estradas que substituíram os rios e a ferrovia no transporte de cargas e passageiros. Nessa esteira da abertura de estradas, consolidou-se o avanço da agricultura e pecuária sobre a floresta e comunidades pré-existentes. Mais recentemente, “o agronegócio da soja cristaliza os espaços da globalização, opondo o campesinato e as forças hegemônicas do capital” (Silva; Conceição, 2018, p.54). E essa cristalização não se consolida apenas no campo econômico, mas também no campo social, cultural, político e na educação.

Esse efeito é corroborado com os estudos de Lamosa (2016) ao denunciar como o agronegócio, por meio de grupos como a ABAG (Associação Brasileira de Agronegócio), exerce influência política e ideológica sobre os conteúdos escolares, indo além do mercado de trabalho para moldar a educação de acordo com seus

interesses econômicos (Lamosa, 2016).

A lógica de uma formação humana voltada, prioritariamente, para a inserção no mercado do agronegócio e da monocultura é frequentemente reproduzida dentro das próprias instituições educacionais. Essa reprodução é, em grande medida, resultado da pressão exercida por grupos políticos liderados por latifundiários e empresários locais, que pressionam em busca de respostas rápidas e soluções imediatistas diante da realidade. Frigotto alerta que a Educação Profissional e Tecnológica (EPT) no Brasil muitas vezes se restringe à funcionalidade econômica — adestramento técnico para o mercado de trabalho — em vez de oferecer uma formação omnilateral e emancipadora.

Nesse contexto, os jovens oriundos da classe trabalhadora, ansiosos por conquistar uma vaga de trabalho, tornam-se alvos de políticas formativas que privilegiam a adaptação ao sistema excludente e precarizado, em vez da formação crítica e transformadora. Com isso, a escola, muitas vezes, assume o papel de mediadora da lógica capitalista, reforçando a formação utilitarista em detrimento de um projeto educativo voltado à omnilateralidade e emancipação de seus cidadãos. Para Frigotto a educação profissional muitas vezes “subordina-se ao ideário do mercado e do capital e de um modelo de desenvolvimento excludente, concentrador de renda, predatório” (Frigotto, 2001, p.80), configurando uma formação fragmentada e limitada ao adestramento do indivíduo como “empregável” (Frigotto, 2001).

O IFRO possui potencial para constituir uma alternativa a esta lógica, ao observar as potencialidades regionais, pensar o trabalho como princípio educativo, não atendendo apenas seu caráter econômico. Nesse sentido, Neves e Pinto (2019) afirmam que

[...] traçar o perfil socioeconômico, político e cultural de uma região não é uma tarefa fácil, porém com estes dados verifica-se as especificidades de uma determinada região e aumentam as possibilidades de obter dados e informações que demonstrem a realidade local/regional e suas reais necessidades (Neves; Pinto, 2019, p. 11).

Ao analisar os currículos dos Projetos Pedagógicos de Cursos do IFRO, percebemos que não existe a disponibilidade formal da disciplina de Geografia de Rondônia, como ocorre, por exemplo, no currículo de Ensino Médio da Secretaria de Estado de Educação de Rondônia. Há algumas iniciativas de cunho transversal e interdisciplinar que resultaram nas publicações “A galera do ensino médio faz

pesquisa sim: a iniciação científica no ensino médio profissionalizante” (Paula, 2020) e “História e espaço da região central de Rondônia” (Felzke *et.al.*, 2021), que apresentam resultados de projetos de pesquisa que contemplam, em certa medida, a Geografia de Rondônia.

Apesar das iniciativas apresentadas, as integrações de conhecimentos regionais nos currículos da EPT podem receber estímulo com vistas a contribuir para os princípios da omnilateralidade. Esse processo implica reconhecer que o espaço geográfico não é apenas objeto de análise científica, mas também um campo simbólico, carregado de memórias, ancestralidades e práticas socioterritoriais.

Ressalta-se que colonialidade não é apenas uma herança do passado, mas uma estrutura viva que se manifesta nas práticas pedagógicas, nos conteúdos e nas relações escolares (Castro-Gómez e Grosfoguel, 2007) e que a descolonização do saber não se faz apenas pela crítica ao eurocentrismo, mas pela afirmação das epistemologias outras, pluriversas, que desafiam o monoculturalismo epistêmico da modernidade (Grosfoguel, 2016) e isso inclui a inserção de autores e autoras indígenas, negros e amazônidas nos materiais didáticos e nas discussões em sala de aula.

Mignolo (2017) afirma que decolonizar o saber é também decolonizar o ser e o poder. No âmbito da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) na Amazônia, isso significa construir processos educativos que não estejam a serviço da reprodução da lógica desenvolvimentista extrativista, mas sim da emancipação dos sujeitos que vivem e constroem a Amazônia a partir de suas próprias epistemologias e modos de vida.

É nesse sentido que Quijano (2005) afirma que, a colonialidade do saber é um dos pilares que sustentam a modernidade, na medida em que privilegia epistemologias europeias ou do Norte em detrimento dos conhecimentos produzidos pelos povos originários, afrodescendentes e populações tradicionais. Esse processo de subalternização dos saberes não apenas marginaliza outras formas de conhecimento, mas também reforça uma visão distorcida e homogênea dos territórios, como se estes fossem apenas espaços de exploração e subordinação.

No contexto amazônico, precisamente em Rondônia, essa lógica se reproduz no ensino de Geografia quando o território é reduzido a fronteira agrícola, reserva de recursos naturais, espaço de conflitos ambientais e tensões político-sociais. Tal abordagem invisibiliza as dinâmicas socioculturais dos povos indígenas,

quilombolas, seringueiros, ribeirinhos e camponeses, que são sujeitos ativos na produção e reprodução do espaço amazônico (Porto-Gonçalves, 2006).

3 METODOLOGIA

A pesquisa adotou uma abordagem qualitativa, fundamentada na perspectiva da pesquisa participante, que valoriza o envolvimento ativo dos sujeitos e o diálogo entre saberes acadêmicos e saberes locais (Brandão, 2006). Essa escolha metodológica se articula com o princípio da formação integral e omnilateral defendido por autores da Educação Profissional e Tecnológica como Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005), que compreendem a educação como processo indissociável entre trabalho, ciência, cultura e tecnologia.

A revisão bibliográfica foi imprescindível em todo o processo de geração e análise de dados. Foram realizados levantamentos bibliográficos acerca da decolonialidade e da história da Educação Profissional e Tecnológica no Brasil e em Rondônia. Posterior a investigação bibliográfica, analisou-se as legislações e documentos institucionais do IFRO.

O quadro abaixo apresenta os principais documentos e bibliografias consultadas para o levantamento de informações dos currículos dos cursos técnicos integrados do IFRO.

Quadro 1. Documentos Analisados na Pesquisa

Categoria de Documento	Título do documento	ANO
Legislação	Lei 11.892 que Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências.	2008
	Técnico em Agropecuária, Técnico em Informática, Técnico em Alimentos do Campus Ariquemes.	2017-2022
	Técnico em Agropecuária, Técnico em Agroecologia, Técnico em Informática do Campus Cacoal.	2010-2019
	Técnico em Agropecuária do Campus Colorado do Oeste.	2018
	Técnico em Manutenção e Suporte em Informática, Técnico em Informática e Técnico em Biotecnologia do Campus Guajará-Mirim.	2018 - 2020
	Técnico em Alimentos, Técnico em Segurança do Trabalho e Técnico em Comércio do Campus Jaru.	2018 - 2019

Projeto Pedagógico de Curso Técnico (PPC) do IFRO	Técnico em Química, Técnico em Florestas, Técnico em Informática do Campus Ji-Paraná.	2016-2017
	Técnico em Agricultura do Campus São Miguel do Guaporé	2024
	Técnico em Informática e Técnico em Administração do Campus Zona Norte, Técnico em Informática, Técnico em Química, Técnico em Eletrotécnica e Técnico em Edificações do Campus Calama, Porto Velho.	2023-2024
	Técnico em informática, Técnico em Eletromecânica e Técnico em Edificações do Campus Vilhena.	2014-2022
Planejamento	Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) do IFRO 2023-2027.	2022
Dados censitários	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE	2025
Produções acadêmicas no IFRO	Livro: A galera do ensino médio faz pesquisa sim: a iniciação científica no ensino médio profissionalizante	2020
	História e Espaço da Região Central de Rondônia	2021

Fonte: Elaborado pelo autor, 2025

A análise documental buscou identificar os indícios, ausências e possibilidades de uma abordagem decolonial no ensino de Geografia em cursos técnicos integrados ofertados pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO).

3.1 Abordagem dos sujeitos da pesquisa

A abordagem dos participantes do projeto, se deu tomando as seguintes medidas: inicialmente o pesquisador realizou uma visita à instituição e contactou a professora titular de Geografia do IFRO Campus Ji-Paraná. Em diálogo com a docente foi alinhado o melhor momento para dar início aos trabalhos de pesquisa. Também foi realizada uma visita junto à diretoria de ensino para apresentar a proposta de trabalho. Em seguida, o pesquisador solicitou participar da reunião de pais e responsáveis das turmas do segundo ano integrado em informática. Nesta ocasião apresentou-se o projeto, seus objetivos e sanou todas as dúvidas dos pais/responsáveis. Foi entregue a esses pais/responsáveis o TCLE (Termo de Consentimento Livre Esclarecido) para que pudessem ler, analisar e assinarem.

Após o recebimento dos TCLEs assinados, o pesquisador ingressou nas salas de aula para convidar os estudantes interessados e que obtiveram a autorização dos

pais. Nessa oportunidade foi apresentado o projeto aos estudantes e sanadas suas dúvidas.

A escolha dos segundos anos do ensino médio técnico integrado foi necessária pois não há oferta da disciplina de Geografia na matriz dos terceiros anos no campus Ji-Paraná/RO. Dessa forma optou-se pelos segundos anos por entender que essa etapa contempla amplamente os conhecimentos e discussões que foram desenvolvidas na pesquisa.

A escolha do curso técnico integrado em informática se deu por afinidade do pesquisador com a professora dessa turma. Essa aproximação foi fundamental durante os trabalhos, pois a professora participou de todos os encontros e incentivou os participantes nas discussões que foram propostas.

3.2 Geração de dados

Para a geração de dados empíricos, recorreu-se à pesquisa participante por meio de discussões e rodas de conversa. Para Machado et al. (2015) as rodas de conversa são ambientes coletivos usados para a troca de ideias e reflexões sobre uma variedade de temas, podendo ser aproveitadas para diferentes propósitos, inclusive o planejamento de ações. Corroborando com o pensamento, Moura & Lima (2014) concluem que a roda de conversa é, na realidade, uma ferramenta que possibilita o compartilhamento de experiências e a reflexão sobre as práticas educacionais dos participantes, em um processo facilitado pela interação com os colegas, através de diálogos internos e da observação reflexiva no silêncio. Ao todo foram cinco encontros, sendo quatro com rodas de conversas e um encontro como oficina para a construção de mini documentários.

Os encontros ocorreram no Instituto Federal de Rondônia, campus Ji-Paraná e contaram com a participação de 12 estudantes do segundo ano do Curso Técnico em Informática .

Além da roda de conversas, foi aplicada a ferramenta KWHL (Ogle, 1986), adaptada a uma abordagem crítica e territorializada do ensino de Geografia da Amazônia rondoniense. A sigla corresponde às perguntas: K (O que eu sei?) W (O que eu quero saber?) H (Como eu vou descobrir?) L (O que eu aprendi?). Trata-se de uma estratégia proposta por Ogle (1992) que propicia curiosidade pelo tema a ser pesquisado. A atividade foi desenvolvida a partir do quadro a seguir, em folha A4 com o tema principal e perguntas a serem respondidas previamente pelos

participantes. A última pergunta foi respondida apenas ao término das atividades propostas pelo pesquisador junto aos sujeitos da pesquisa.

Quadro 2. Exemplo do uso da metodologia KWHL na pesquisa

Geografia de Rondônia				
Temática	O que eu sei	O que eu quero saber	Como eu vou descobrir	O que eu aprendi
Rio Machado ou Rio Ji-Paraná Pesca Agricultura Turismo				

Fonte: Moss (2012, p. 45) [adaptado].

Sua aplicação permitiu aos participante refletirem sobre seus conhecimentos prévios, construírem questionamentos próprios, planejarem formas de investigação e, por fim, avaliar as aprendizagens construídas ao longo do processo, favorecendo o protagonismo discente e o vínculo entre teoria e vivência (Silva & Amaral, 2020).

A ferramenta KWHL foi testada como diagnóstico e suporte das temáticas abordadas e, posteriormente, como desfecho da pesquisa. A partir da ferramenta, foi possível compreender os conhecimentos prévios dos participantes e quais avanços apresentaram durante as atividades. Após a explicação inicial e direcionamentos, seguiu-se com as rodas de conversa. Escolheu-se esse método das rodas de conversa por entender que “a Roda de Conversa é uma possibilidade metodológica para uma comunicação dinâmica e produtiva entre alunos adolescentes e professores no ensino médio” (Henares de Melo; Cruz, 2014, p.31). Assim oportunizou-se aos sujeitos da pesquisa, um espaço de diálogo, respeito e trocas de experiências. Foram convidados quatro pessoas para dialogar sobre temas como a causa indígena em Rondônia, a importância da pesca e da conservação dos rios, os impactos da construção de hidrelétricas na Amazônia rondoniense e a sustentabilidade como meio de vida. Esses participantes compartilharam experiências e vivências de suas comunidades em Rondônia a partir de suas perspectivas como sujeitos da própria história. Durante as rodas de conversas, foram abordados temas da geografia da Amazônia rondoniense a partir das visões

desses grupos, permitindo constante troca de experiências e de saberes. Além das rodas de conversa com convidados, foi necessário momentos de compartilhamento de material audiovisual produzido por universidades, jornalistas e sociedade civil organizada. A partir desses materiais realizou-se discussões sobre temáticas da Geografia da Amazônia rondoniense em uma perspectiva decolonial.

Por se tratar de uma pesquisa qualitativa através de rodas de conversa, foi extremamente necessário utilizar de ferramentas tecnológicas, tais como, gravador de áudio, câmera, softwares de tabulação de dados e plataforma de inteligência artificial que transformaram as conversações em nuvens de palavras, gráficos e tabelas. Os encontros com os estudantes e demais convidados para a pesquisa aconteceram no campus do IFRO em Ji-Paraná, sempre às quartas-feiras no período da tarde. A pesquisa foi realizada em quatro encontros presenciais através de rodas de conversa e um encontro *online*. O encontro *online* foi uma oficina para a entrega de um material digital sobre a Geografia de Rondônia.

O quadro a seguir traz as propostas de temáticas que foram aplicadas na pesquisa com a ótica da Geografia da Amazônia Rondoniense e que dialogam com o pensamento decolonial. A atividade teve por finalidade fomentar momentos de escuta, debate e troca de saberes, em forma de roda de conversa, com representantes de coletivos e pessoas que vivem em Rondônia.

Quadro 3. Temáticas abordadas nos encontros

Temática abordada	Sujeitos convidados	Data
Rios de Ji-Paraná – Caminhos que fluem	Presidente da Colônia de Pescadores do Município de Ji-Paraná	27/11/2024
Territorialidade e direito à terra: povos indígenas de Rondônia e comunidades quilombolas.	Especialista em direito indígena em Rondônia.	11/12/2024
Rio Madeira antes e depois das usinas	Morador da comunidade Vila de Teotônio do Rio Madeira	18/12/2024
Desenvolvimento sustentável com a floresta em pé	Acadêmico do curso de Engenharia Florestal do IFRO <i>campus</i> Ji-Paraná	05/02/2025

Fonte: Elaborado pelo autor, 2025

A partir da troca de experiências durante a pesquisa, elaborou-se dois subprodutos, sendo um deles o repositório digital com materiais sobre a memória e a Geografia da Amazônia rondoniense. O outro subproduto da pesquisa são mini documentários produzidos pelos participantes como forma de culminância e

avaliação das aprendizagens alcançadas. Tais subprodutos constam no produto educacional.

O repositório foi construído como ferramenta auxiliar para professores das áreas de ciências humanas que desejam incorporar a geografia da Amazônia rondoniense em uma perspectiva decolonial. O material disponível neste repositório é inteiramente composto por documentários, filmes, podcasts e bibliografias que tratam da dinâmica socioespacial de ocupação, incluindo os conflitos inerentes.

Como culminância, os participantes produziram mini documentários sobre a Amazônia rondoniense, com o objetivo de fortalecer o sentimento de pertencimento e valorizar os espaços compartilhados pelos diferentes povos do território. As produções, totalmente idealizadas e desenvolvidas pelos estudantes, refletiram suas escolhas temáticas, estéticas e narrativas, enquanto o pesquisador atuou apenas como mediador, oferecendo orientações pontuais e materiais de apoio quando solicitado.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Este capítulo destina-se à análise, reflexão e discussões dos resultados da pesquisa, baseada no referencial teórico e na geração em campo. Em primeiro lugar, faremos aqui uma breve caracterização dos participantes que se deu a partir da escolha das turmas envolvidas no estudo. Na sequência, serão apresentados os resultados e discussão das rodas de conversa.

4.1 Caracterização do perfil dos participantes da pesquisa

Os participantes desta pesquisa são estudantes do curso técnico em Informática integrado ao ensino médio, ofertado pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO), *campus* Ji-Paraná. Em sua maioria são nascidos em Ji-Paraná/RO, cidade localizada na região central do estado de Rondônia, com população estimada em 139.359 mil habitantes IBGE (2025), cuja economia está fortemente ligada aos setores de comércio, serviços e agronegócio. Um ponto em comum chamou atenção na pesquisa, todos os participantes apontaram numa primeira conversa que seus avós ou bisavós não eram rondonienses, ou seja, suas famílias eram oriundas de outras regiões do país. Em contrapartida, todos os participantes afirmaram ter nascido em algum município de

Rondônia e afirmaram conhecer pouco sobre a Geografia e também a História local.

4.2 Onde as Águas se Encontram: Memórias, Territórios e Saberes de Encruzilhada

O tema deste primeiro encontro foi escolhido com tom poético não à toa. A cidade de Ji-Paraná está situada na confluência de dois grandes rios de Rondônia, o Rio Urupá e o Rio Ji-Paraná ou Machado. A cidade é dividida pelo Rio Machado em dois distritos principais, o chamado primeiro distrito, onde historicamente concentraram-se os primeiros elementos urbanos como bancos, igrejas, cemitérios, museus, estações de rádio, praças e comércios de modo geral. O segundo distrito, atualmente possui quase todos os elementos urbanos do primeiro, mas que no passado, foi ocupado prioritariamente para a moradia e poucos pontos comerciais e órgãos públicos.

O primeiro encontro, foi idealizado com o objetivo de investigar o que se sabe sobre os rios de Rondônia e ainda fortalecer o quão esses rios foram importantes para o surgimento dos dois principais núcleos urbanos do estado. Pensando nessa abordagem, nesse encontro foi convidado o presidente da Colônia de Pescadores Z-09 de Ji-Paraná, o Senhor Manoel Batista.

Antes do encontro com o grupo, o pesquisador realizou uma visita junto a Colônia e seu presidente, o objetivo nesse momento foi, conversar, conhecer e compreender o trabalho dos pescadores e como estes atuam na cidade.

A conversa ocorreu em uma manhã ensolarada e se estendeu por cerca de duas horas, regada com um bom café e uma caminhada lenta e despretensiosa pela rua da colônia, às margens do Rio Machado na cidade de Ji-Paraná. Durante a boa prosa que se seguiu, o Senhor Manoel foi contando sobre o trabalho que ele, familiares e seus companheiros realizam para manter viva a tradição da pesca artesanal. Nessa visita foi discutido ainda sobre os desafios atuais da pesca artesanal, uma vez que para o pescador “o rio não é o mesmo de anos atrás”.

O diálogo fluiu por temas como, poluição das águas, relações com indígenas nos afluentes do Rio Machado, desafios de transpor corredeiras e cachoeiras e o período de defeso. Essa conversa serviu como base para o primeiro encontro com os participantes, reforçou-se o convite ao Senhor Manoel Batista para ir ao encontro no *campus* e a partir então, realizou-se todos os ajustes de horário necessários.

Esse encontro foi marcado para o dia 27 de novembro de 2024 às 14 horas, no *campus* Ji-Paraná. Porém, o Senhor Manoel, não conseguiu chegar a tempo,

tentou-se em outro momento, mas não foi possível.

Apesar dos imprevistos, o pesquisador organizou o que se pode chamar de plano B. Foi necessário recorrer a produção de alguns alunos de uma escola estadual de Ji-Paraná que, haviam realizados alguns trabalhos de entrevistas e vídeos sobre os Rios Machado e Urupá. Foi utilizado também as informações repassadas pelo presidente da Colônia de pescadores ao pesquisador.

Iniciou-se o encontro com boas vindas e apresentação individual. Nesse momento, cada participante falou um pouco sobre si e de sua vivência em Ji-Paraná e Rondônia. Foi sugerido que cada um contasse um pouco sobre o local onde nasceram e como veem e analisam o espaço em que vivem.

Esse primeiro momento foi conduzido para deixá-los à vontade, mostrando que o espaço estava sempre aberto ao diálogo. Posteriormente, o pesquisador explicou como seriam as etapas e de que modo a participação de cada um dos sujeitos era fundamental para a pesquisa.

As temáticas abordadas foram os rios de Rondônia, mais precisamente do Rio Machado ou Ji-Paraná, Rio Urupá e Rio Madeira, a conversa estendeu-se sobre áreas como a pesca no rio, impactos ambientais, a agricultura de várzea e o turismo.

Antes de iniciar o diálogo, o pesquisador entregou a folha com o quadro da ferramenta KWHL. Ao explicar como preencher, foi solicitado que os participantes não se identificassem. Essa medida serviu para que ficassem mais à vontade em escrever evitando possíveis desconfortos, constrangimentos ou incômodos.

Para garantir o anonimato, os participantes foram identificados por letras do alfabeto (A, B, C e assim por diante). No início do diálogo, foi perguntado o que sabiam sobre o rio Machado. O participante (A) respondeu: “Ah, eu não sei de quase nada”. Em seguida, o participante (B) reforçou: “Também não sei nada”, e o terceiro participante, (C) manifestou a mesma percepção. O participante (A) retomou a fala acrescentando: “Nunca pensei em falar sobre a Geografia de Rondônia”.

Posteriormente, o participante (D) destacou que sabia que “o nome do rio Machado se dava por causa das pedrinhas no formato de machados encontradas às margens do rio”. A partir desse relato, outros participantes confirmaram já ter ouvido essa história. No entanto, um participante afirmou “nunca ouvi falar nessa história”.

É interessante a narrativa das machadinhas, pois há poucos escritos na história oficial sobre a origem do nome do rio, ou seja, o que os participantes sabem foi repassado através da oralidade por gerações. Essa explicação faz muito sentido,

já que o rio possui um leito rochoso na altura da cidade de Ji-Paraná e que, provavelmente, os primeiros ocupantes da área utilizavam esses materiais para produção de artefatos como as machadinhas de pedra.

O nome Rio Machado deriva na verdade do topônimo Ji-Paraná. Esse, por sua vez, é originado da língua geral setentrional onde *Jy* + *paraná* se traduz como rio dos machados (Navarro,2013).

É possível encontrar a nomenclatura Ji-Paraná ou Machado em diversas obras de exploradores e aventureiros que passaram pela região e registraram o nome Ji-Paraná mesmo com alguma grafia diferente da atual. O quadro abaixo apresenta algumas dessas obras e autores que já traziam o nome Ji-Paraná ou Machado em seus textos.

Quadro 4. Fontes que citam os topônimos Ji-Paraná e Machado

Período	Fonte / Referência	Nome empregado
1909-1910	Cândido Mariano da Silva Rondon (Comissão Rondon)	Gi-Paraná/ Ji-Paraná/ Machado
1920–1930	Frei Jesualdo Macchetti	Ji-Paraná/Machado
1930–1950	Depoimentos de seringueiros	Ji-Paraná/Machado
1959	Vitor Hugo (desbravadores)	Gi-Paraná/Machado
Décadas seguintes	Mapas, documentos regionais, notícias e mídias digitais.	Ji-Paraná/Machado

Fonte: Elaborado pelo autor, 2025

Após a explicação sobre a origem do nome do Rio Machado/Ji-Paraná, o participante (D) afirmou: "Por isso o rio é fundamental para a cidade, né? Deu até o nome". Evidencia-se que os participantes puderam conhecer parte da história do rio Machado e refletir sobre o surgimento da cidade.

O diálogo seguiu e, quanto ao Rio Urupá, nenhum dos participantes sabiam da origem, tal afirmação foi evidenciada, pois nenhum deles escreveu na folha essa informação. Na verdade, enquanto se discutia sobre essa temática, percebeu-se que para eles o nome Urupá era apenas o nome do rio.

É nesse momento que a conversa muda de rumo como se fosse um rio encontrando um obstáculo e contornando-o e formando uma nova ilha, uma nova

história. Nessa parte da conversa, o pesquisador sentiu a necessidade de abordar outros temas, como a fonte da água consumida em Ji-Paraná, a origem e os nomes da localidade, e a importância da preservação ambiental em mananciais.

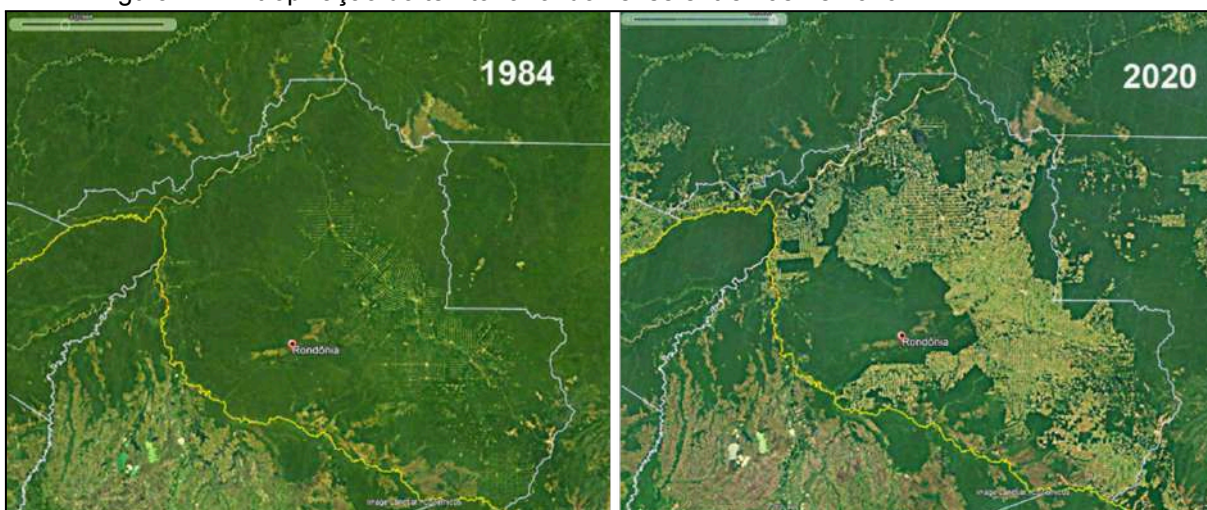
Alguns participantes mencionaram que tinham conhecimento de que a cidade já possuía outros nomes antes do atual. O participante (A) afirmou: “A cidade já se chamou Vila de Rondônia”. Em seguida, o participante (D) complementou: “Meu pai falou que antes se chamava Vila de Rondônia”. Nesse momento, o pesquisador apresentou e discutiu com o grupo os demais nomes históricos atribuídos ao município, anteriores às denominações de Ji-Paraná e Vila de Rondônia.

Também foi discutida a importância do rio Urupá para a cidade de Ji-Paraná. Durante o diálogo, levantou-se a questão sobre a origem da água que abastece as residências do município. Nesse momento, os participantes apresentaram respostas divergentes: dois deles (A e B) afirmaram que a água provém do rio Machado, enquanto outros três (C, D e E) indicaram o rio Urupá como a fonte principal.

Apesar do Rio Machado ser um manancial muito importante em Rondônia, (é o maior rio rondoniense), seu curso possui cerca de 822 km de extensão, desde as nascentes em Vilhena, no sul do estado, até sua foz no Rio Madeira. Mesmo assim, esse não é o manancial que abastece a cidade de Ji-Paraná, mas sim o Rio Urupá.

Como ferramenta de visualização, o pesquisador apresentou imagens de satélite do estado de Rondônia e pediu para que os participantes observassem o histórico do uso e ocupação do solo.

Figura 4 – Antropização do território rondoniense entre 1984 e 2020.



Fonte: Théry, H. 2020

Na sequência, discutiu-se a localização aproximada das nascentes dos rios

Machado e Urupá. As conclusões a que os participantes chegaram foram as seguintes: “O Rio Urupá nasce em uma reserva” (Estudante A) e “O Rio Machado possui duas nascentes principais” (Estudante B). Essas constatações evidenciam que a atividade possibilitou a consolidação de conhecimentos prévios, ao mesmo tempo em que promoveu a ampliação da compreensão acerca da Geografia da Amazônia rondoniense.

No caso do rio Urupá, os participantes identificaram sua nascente no topo da Serra dos Pacaás, importante planalto localizado na porção central do estado, inserido em área de preservação, abrangendo reservas legais e terras indígenas. Já o rio Machado tem origem no sul de Rondônia, na Serra dos Parecis, atravessando ao longo de seu curso áreas urbanizadas, agrícolas, pastagens e apenas pequenas porções preservadas. Esses elementos ajudam a explicar por que esse manancial não foi escolhido como principal fonte de abastecimento hídrico da cidade de Ji-Paraná.

Nesse momento, com a ajuda do mapa, evidenciou-se duas questões importantes sobre a geografia das águas rondonienses. Primeiramente, o papel das áreas de proteção permanente e das terras indígenas, na conservação dos mananciais que garantem o abastecimento de diversas cidades do estado. E a segunda questão é, como o relevo pode influenciar na dinâmica hídrica, com rios nascendo nas áreas mais altas e confluindo com outros nas partes planas e baixas do relevo.

Dando continuidade à discussão sobre a ancestralidade dos rios rondonienses, o pesquisador questionou aos participantes se conheciam a origem do nome Urupá. As respostas evidenciaram diferentes níveis de compreensão: um participante afirmou simplesmente que “é o nome do rio” (Estudante A); outro declarou que “é o bairro da cidade” (Estudante B); e, em seguida, o estudante (C) acrescentou que se tratava também de uma “marca de café” produzida no município.

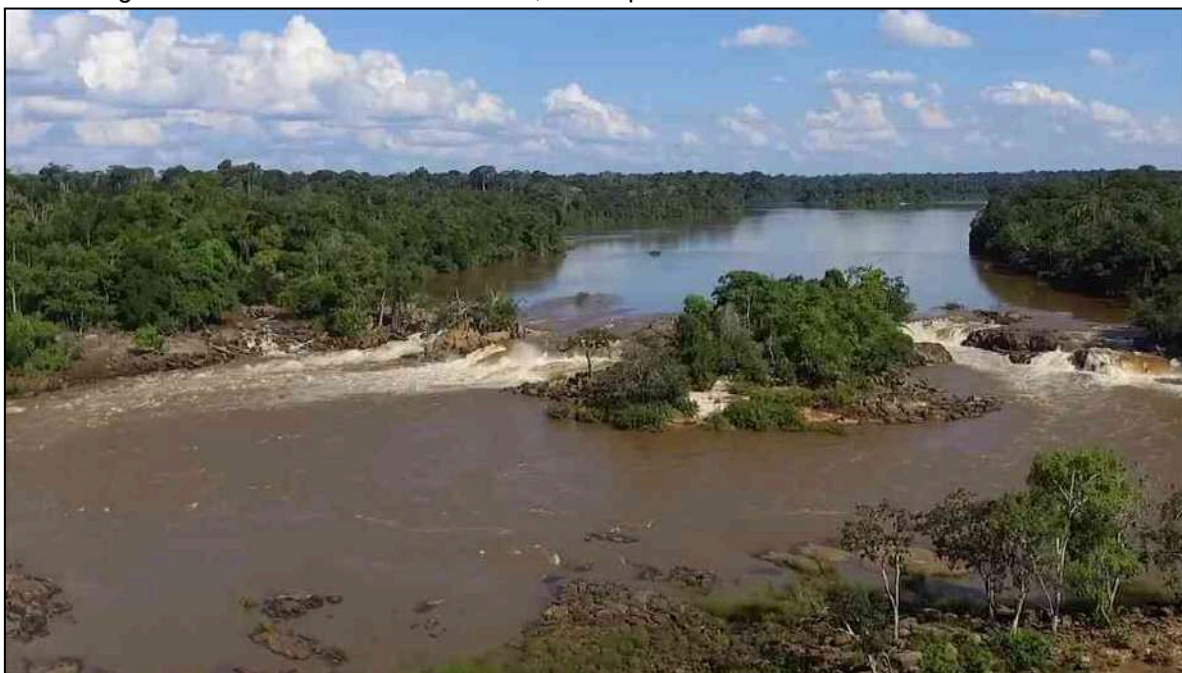
Um dos primeiros nomes que surgem em diversos trabalhos de expedicionários é “Urupá” que na verdade, se tratava de um povo habitante da região dos rios Machado e atualmente, Urupá (Rondônia, 2021). Esse povo foi extinto após o contato com os não indígenas que chegavam na região para explorar, látex e outras tantas riquezas. Mesmo com a extinção desse povo, seu nome permaneceu fixo na história da localidade, seja com o rio que abastece, com o café famoso, com a escola, o bairro e até mesmo a sede do poder executivo municipal

um curso d'água de médio porte, com trechos marcados por corredeiras, afloramentos rochosos e estreitamentos do leito, que dificultam a navegação de embarcações maiores. Além disso, sua variação sazonal no volume de águas — com cheias no período chuvoso e forte redução na estiagem — compromete ainda mais a navegabilidade. Esses aspectos explicam por que o rio é utilizado apenas por pequenas embarcações de transporte local e pesca, não se configurando como rota de transporte fluvial de grande escala, diferentemente de outros rios amazônicos de maior porte, como o Madeira.

Existe, na verdade, um curto trecho considerado navegável para embarcações maiores no rio Machado, esse localiza-se entre os municípios de Porto Velho e Machadinho do Oeste, próximo a sua foz. Dessa localidade até o município de Vilhena, são muitas corredeiras e cachoeiras. A maior delas no Município de Machadinho do Oeste, a cachoeira Dois de Novembro.

A abordagem do tema com os participantes baseou-se nas contribuições do Presidente da Colônia de Pescadores, colhidas pelo pesquisador durante a visita realizada. O trabalho dos pescadores de Ji-Paraná que buscam seu sustento através do rio funciona da seguinte maneira: Durante o período em que a pesca é permitida, um grupo de pescadores desce o rio passando por diversas corredeiras. Duas delas apresentam grande dificuldade: a Cachoeira de São Félix, que, segundo o Senhor Manoel, pode ser vencida quando o rio está cheio, e a Cachoeira Dois de Novembro (Figura 6), cuja travessia não é possível nem mesmo no período de cheias.

Figura 6 – Cachoeira 2 de Novembro, município de Machadinho do Oeste/RO



Fonte: SETUR/RO, [s.d.]

Para realizar a pesca na jusante é necessário retirar as embarcações da água, passar por terra e depois recolocá-las na água. Para retornar, precisam fazer todo o processo novamente, mas com a embarcação pesada devido ao pescado. Outro ponto de pesca do Rio Machado é subindo o rio em direção ao município de Alvorada do Oeste, nesse ponto o rio oferece menos obstáculos. Segundo o senhor Manoel, todo o pescado do Rio Machado é vendido na feira livre da cidade.

Foi perguntado aos participantes se já haviam tido contato direto com as águas do rio Machado ou do rio Urupá, seja por meio de banho, pesca, atividades esportivas ou práticas recreativas. As respostas evidenciaram diferentes experiências. O participante (A) afirmou que não, justificando que “o rio é perigoso”. Já o participante (B) relatou: “Já fiz passeio de caiaque com o Gabriel” — referência a um jovem que atua oferecendo passeios de caiaque nos rios Urupá e Machado. Outro participante acrescentou que “quando eu era criança, meus pais faziam piquenique no rio, hoje não fazem mais”, indicando mudanças no modo de utilização dos rios ao longo do tempo.

A pergunta do pesquisador teve o intuito de refletir sobre o acesso ao rio, uma vez que a cidade de Ji-Paraná tem boa parte da região central próxima ao rio mas pouco aproveitada.

Existem alguns pontos da cidade que são exceção, como é o caso da praça do Beira Rio Cultural, espaço de lazer, com estrutura de lanchonetes, parquinhos e

bancos e toda uma estrutura para os munícipes aproveitarem aos fins de tarde ou realizarem atividades físicas.

Figura 7 – Vista parcial do Beira Rio Cultural em Ji-Paraná/RO.



Fonte: Portal Rul, 2020

Durante a conversa, mencionou-se que a praça do Beira Rio Cultural recebeu obras de revitalização que tornaram o rio privado para o restante da população, essa fala causou estranheza nos participantes. Mas, à medida que a discussão caminhou, foi possível perceber que os participantes compreenderam a intencionalidade da abordagem.

A gestão pública, ao realizar as obras no Beira Rio, instalou grades de proteção e um muro de arrimo que impede a passagem das pessoas para o rio. Com isso, para ter acesso ao rio, é necessário caminhar por um trecho íngreme e perigoso para descer pelo barranco contornando essas grades. É possível também ter acesso ao rio por meio de rampas de embarcações construídas para quem deseja entrar na água com seu barco, lancha ou moto aquática.

A ideia da discussão era levar os participantes a uma reflexão do porquê eles tinham medo do rio. É importante observar que atualmente em Ji-Paraná o rio é privado das pessoas, apenas aqueles com acesso a uma rampa e veículos

aquáticos, podem descer e se aproximar das águas. Imagens das décadas de 1990 e 1980 mostram que os ji-paranaenses possuíam acesso com certa facilidade ao leito do rio.

Figura 8 – Vista parcial do Beira Rio Cultural em Ji-Paraná/RO na década de 1990.



Fonte: Portal Rul (2020)

Apesar de o poder público ter realizado diversas obras de melhorias para o lazer da população, essas benfeitorias acabaram por privar os munícipes do rio. Dessa forma as obras configuraram-se também como um ato de segregação socioespacial, pois, somente quem possui motos aquáticas e lanchas de fato conseguem acessá-lo.

O restante da população que não possui barcos ou semelhantes, ficam no gradil observando ou se arriscam em trilhas para acessar o leito das águas.

Como mencionado anteriormente, um dos participantes relatou que sua família costumava frequentar as margens do rio Machado nos finais de semana, prática que, segundo ele, deixou de ocorrer ao longo do tempo. Esse abandono pode estar relacionado aos processos de gentrificação observados na região. Com os investimentos públicos em infraestrutura, a especulação imobiliária intensifica-se, promovendo em muitos casos, deslocamentos de ribeirinhos e pescadores. Esses espaços, antes de uso comunitário, passam a ser apropriados por casas de veraneio

e empreendimentos privados, transformando a relação ancestral das populações locais com o rio.

Figura 9 – Implantação do gradil na orla do Rio Machado em Ji-Paraná/RO.



Fonte: Portal Rul, 2023

Em “A urbanização brasileira”, Milton Santos (1993) discute como a expansão urbana e os investimentos públicos em infraestrutura produzem valorização imobiliária, especulação e exclusão das populações mais pobres, forçadas a ocupar áreas periféricas ou menos valorizadas (Santos, 1993). Nas discussões decoloniais, Quijano (2005) fala da colonialidade do poder, que envolve a imposição de um controle sobre os corpos, os territórios e os modos de viver. A privatização do acesso ao rio e às pedras é um exemplo contemporâneo dessa colonialidade que subordina o bem comum ao interesse privado. Malcom Ferdinand (2022) compreende que, superar isso exige uma ecologia decolonial, que reconheça os rios, as florestas e o mar não apenas como “recursos”, mas como lugares de vida, memória e existência compartilhada.

4.2.1 Ferramenta KWHL no primeiro encontro

Este tópico tem como objetivo apresentar as discussões e resultados obtidos a partir da aplicação da ferramenta KWHL, utilizada tanto como instrumento de geração de dados quanto de acompanhamento das aprendizagens e identificação

de possíveis lacunas no processo formativo. A figura 10 apresenta o preenchimento de uma das folhas por um participante da pesquisa.

Figura 10. Exemplo do uso da ferramenta KWHL em rodas de conversa.

Geografia de Rondônia

Temática	O que eu sei	O que eu quero saber	Como eu vou descobrir	O que eu aprendi
Rio Machado ou Rio Ji-Paraná.	É a margem do rio com formato de maciço nos rios.	É praga e sua resaca?	Pesquisar e analisar	Esse campo será preenchido após a conversa. Vou fazer pesquisas primárias em vídeo. Um dos lugares e o formato da se o outro é o rio de Rondônia bueno
Pesca	Coleta de peixes em rios.	Qual é a punição por pesca irresponsável e ilegal?	Pesquisar	Os peixes vendidos na cidade vêm do Rio Uruçá
Agricultura	Plantas e cultivo de plantas	Trabalho agrícola ilegal?	Pesquisar	Os ribeirinhos usam a terra para plantar quando as águas baixam
Turismo	Viagem dos pessoas para conhecer uma cidade, estado ou país.	-	-	Rio Machado é o principal ponto turístico.

Fonte: Resposta de um dos participantes da pesquisa. Autor, 2024.

A partir dos registros dos participantes em cada uma das folhas individuais, foi realizada a organização, classificação e tabulação das informações que geraram os gráficos e tabelas a seguir.

O gráfico da figura 11 apresenta as primeiras impressões e conhecimentos dos participantes da pesquisa com a temática.

Figura 11 - O que os participantes afirmaram que sabiam no início do primeiro encontro.



Fonte: Respostas dos participantes da pesquisa. Autor, 2024

No início do encontro, foi realizada uma sondagem junto aos participantes sobre os conhecimentos prévios a respeito dos rios de Rondônia. Essa etapa se aproxima do pensamento de Brandão (2006) sobre a importância de reconhecer que os sujeitos já possuem saberes, experiências e interpretações sobre o mundo que não podem ser ignoradas. O autor defende que, é a partir do diálogo entre esses conhecimentos já estabelecidos e as novas reflexões propostas no processo educativo que se torna possível avançar para aprendizagens. Nesse sentido, ouvir os estudantes sobre sua visão dos rios rondonienses não foi apenas um procedimento metodológico, mas um ato pedagógico de valorização das memórias e territorialidades que eles carregam, abrindo espaço para uma construção coletiva do conhecimento.

Os conhecimentos prévios dos participantes evidenciam uma forte relação entre a comunidade e o território, marcada tanto por aspectos naturais quanto sociais. Entre os elementos destacados, aparecem referências à geografia física do rio, como as “rochas em forma de machado/machadinha”, as “cachoeiras” e a percepção de que o rio pode ser “perigoso para quem não conhece”. Também emergem dimensões socioeconômicas, como “a pesca no Rio Machado”, a “diversidade de peixes”, a presença de “pescadores que vendem peixe na feira”, além da importância do rio para a “agricultura” e para o “plantio e cultivo às margens do rio”. Há ainda o reconhecimento do valor simbólico e cultural, como o fato de o rio

ser considerado “o mais importante de Ji-Paraná” e atrair turistas para conhecer a cidade.

Esses conhecimentos prévios revelam que os sujeitos participantes não partem de um vazio, mas de um conjunto de percepções construídas socialmente, ancoradas na vivência do espaço e no repertório cultural da Amazônia rondoniense. O rio, visto como recurso para agricultura e pesca, pode ser discutido também em sua dimensão espiritual e cultural e não apenas como um mero recurso (Krenak, 2020).

A partir dos relatos, torna-se possível articular disciplinas da área técnica com a Geografia da Amazônia rondoniense. Essa integração rompe com a lógica de uma educação meramente instrumental, aproximando-se de uma perspectiva decolonial (Mignolo, 2010; Walsh, 2007), na qual os conhecimentos locais e ancestrais são reconhecidos como fontes legítimas para a construção do saber.

Os participantes preencheram também a pergunta “o que eu quero saber”. Os principais pontos levantados, foram tabulados e apresentados no gráfico da figura 12.

Figura 12 - O que os participantes afirmaram querer saber no primeiro encontro.



Fonte: Respostas dos participantes da pesquisa. Autor, 2024

As curiosidades apresentadas pelos participantes foram fundamentais para a condução da roda de conversa, pois apontaram para o desejo de compreender não apenas aspectos físicos e naturais, mas também sociais, históricos e culturais da Amazônia rondoniense. Foi interessante perceber que os participantes queriam

saber mais sobre a história do Rio Machado, a origem do nome e a separação dos distritos urbanos de Ji-Paraná (esse último não foi contemplado nas discussões do dia). Essas manifestações indicam uma preocupação dos participantes com a geografia local, a formação da cidade e a memória rondoniense.

A busca por entender o perigo do rio secar, se existe agricultura ilegal e como ocorre a punição da pesca ilegal mostra uma inquietação crítica sobre as dinâmicas ambientais e os impactos das atividades humanas na sustentabilidade. O item “agricultura ilegal” foi discutido no encontro, tratava-se de uma dúvida de um dos participantes quanto ao uso e ocupação do solo de maneira predatória e sem os devidos cuidados ambientais.

Foi perceptível que havia um interesse em aprender sobre os modos de vida dos ribeirinhos e dos povos originários. Essas demandas revelaram que os jovens reconhecem o valor dos saberes ancestrais e comunitários como fonte legítima de conhecimento, algo que se aproxima da perspectiva da pesquisa participante e da pedagogia decolonial, na medida em que valoriza as vozes historicamente marginalizadas em detrimento de narrativas únicas impostas pelo pensamento hegemônico.

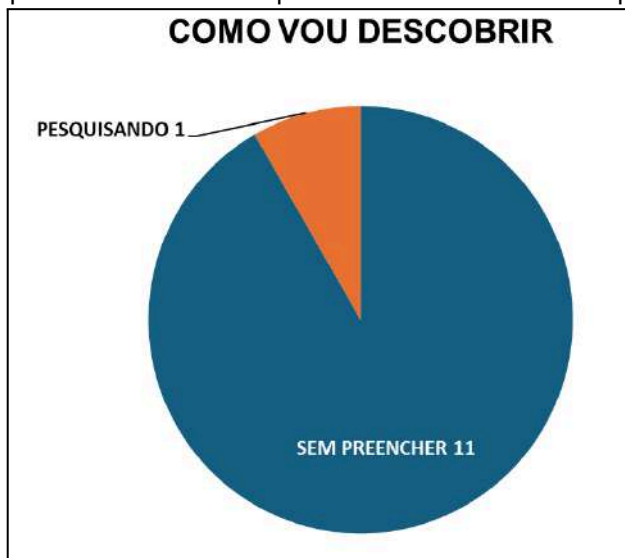
Nesse sentido, a curiosidade dos participantes foi um elemento estruturante da roda de conversa, funcionando como ponto de partida para a problematização crítica. O desejo de aprender mais sobre a Geografia de Rondônia e conhecer mais sobre os rios Madeira e Mamoré evidencia a abertura dos estudantes para ampliar sua visão de mundo e conectar os conteúdos escolares à realidade vivida. A roda de conversa, portanto, tornou-se um espaço pedagógico de troca e construção coletiva do conhecimento, no qual as perguntas e interesses dos jovens não foram apenas registrados, mas serviram de guia para aprofundar discussões sobre território, cultura, natureza e sociedade.

Ao se reconhecer essas curiosidades como legítimas, o processo formativo ultrapassa o modelo tecnicista de educação (Freire, 1996) e se aproxima de uma prática dialógica, em que o saber do estudante dialoga com os conhecimentos científicos e acadêmicos. Na Educação Profissional e Tecnológica, esse movimento é essencial, pois permite que a aprendizagem seja vinculada à realidade dos sujeitos e orientada por uma formação omnilateral, comprometida com a emancipação e não apenas com as demandas do mercado.

Durante a investigação, verificou-se que grande parte dos participantes não

preencheram o item “como vou descobrir”, o que revela aspectos importantes para análise.

Figura 13 - Perspectiva de como vão aprender sobre a temática no primeiro encontro



Fonte: Respostas dos participantes da pesquisa. Autor, 2024

Esse silêncio pode indicar, por um lado, a ausência de estratégias autônomas de busca e produção de conhecimento por parte dos estudantes, sugerindo uma dependência de fontes externas ou da mediação docente. Por outro lado, a lacuna pode ser resultado de uma limitação metodológica, relacionada à clareza da orientação fornecida pelo pesquisador, o que pode ter dificultado a compreensão da proposta. Em ambos os casos, a situação evidencia um ponto de atenção. Portanto, se faz necessário repensar os modos de mediação e de incentivo à autonomia investigativa, de forma que os sujeitos possam não apenas identificar o que sabem e o que desejam aprender, mas também desenvolver caminhos próprios para alcançar o conhecimento.

Apesar da lacuna observada na questão anterior, no item “o que eu aprendi” os participantes demonstraram avanços significativos. Grande parte das questões levantadas em “o que eu quero saber” foi contemplada e discutida durante a roda de conversa, evidenciando um processo de construção colaborativa e coletiva de conhecimento. Para sistematizar esses resultados, o quadro 5 foi elaborado a partir da análise de conteúdo proposta por Bardin (2011), categorizando os dados de acordo com a proximidade das ideias e permitindo a identificação de padrões e recorrências nos registros.

Quadro 5 - O que os participantes afirmaram que aprenderam no primeiro encontro.

O QUE EU APRENDI SOBRE OS RIOS MACHADO E URUPÁ	NÚMERO DE RESPOSTAS
Rio Machado nasce em Vilhena e possui duas nascentes principais	8
Origem do nome Rio Ji-Paraná	7
Rio Madeira nasce nos países da Bolívia e Peru	6
Rio Madeira - Kaiary: Rio do Amor	5
Dificuldade Navegação no Rio Machado (cachoeiras)	5
Plantio de várzea	4
Pescados do Rio Machado são vendidos na Feira Livre da cidade	3
Origem do nome Rio Urupá	3
Cacoeira e Pimenta Bueno dependem do Rio Machado	3
Piracema e Período do defeso	3
Ribeirinhos plantam quando as águas dos rios baixam	2
Turismo no Rio - Belezas naturais	2
Rio Urupá - abastece a cidade de Ji-Paraná	2
Contaminação dos solos e Rios	2
Importância do relevo para os rios	2
Rio Urupá águas mais limpas que o Rio Machado	2
desconhecimento ou medo do rio	1
Não preencheu	1
Pescadores saem de Ji-Paraná para pescar	1
Não temos mais laços com a natureza	1

Fonte: Respostas dos participantes da pesquisa. Autor, 2024

Entre os saberes construídos e discutidos, destaca-se a compreensão acerca da nascente do Rio Machado, localizada no município de Vilhena, ao sul do estado, bem como o reconhecimento da existência de duas nascentes principais. Tais descobertas reforçam a relevância das bacias hidrográficas na configuração dos territórios e na dinâmica da vida social, econômica e ambiental de Rondônia. Os participantes também ampliaram seus conhecimentos sobre o Rio Urupá, compreendendo que este nasce e deságua inteiramente dentro do estado, apresenta águas mais limpas em comparação ao Rio Machado e desempenha papel fundamental no abastecimento da cidade de Ji-Paraná/RO.

Outros momentos da roda de conversa e do registro realizado pelos participantes revelam aprofundamento sobre aspectos ambientais e ecológicos, como o fenômeno da piracema e o período do defeso. Esses conhecimentos são em grande medida fundamentais para compreensão dos ciclos naturais, e dos modos de vida de ribeirinhos e pescadores.

A reflexão sobre a contaminação dos solos e dos rios contribuiu para ampliar a percepção dos participantes acerca dos impactos ambientais que afetam os cursos d'água na Amazônia rondoniense. Outro aspecto apontado como aprendizado relevante foi a compreensão da importância do relevo na dinâmica dos rios,

possibilitando a articulação entre os novos conhecimentos construídos e os fundamentos da Geografia Física da região amazônica.

Considerações da memória e ancestralidade rondoniense também emergiram na discussão, como a origem indígena no nome Caiari, derivado do nome Cuyari (Rio do Amor) nome que os povos originários davam ao Rio Madeira antes da invasão portuguesa (De Oliveira; Piffer; Garcia, 2024) .

Outros apontamentos que os participantes mencionaram como aprendizagem são as práticas ribeirinhas do plantio na várzea, quando as águas baixam, e as técnicas dos pescadores em retirar os barcos durante a seca para transpor as corredeiras dos rios. Essas práticas de homens e mulheres amazônidas reforçam as narrativas de convivência harmoniosa construídas por esses indivíduos a partir da observação dos ciclos naturais.

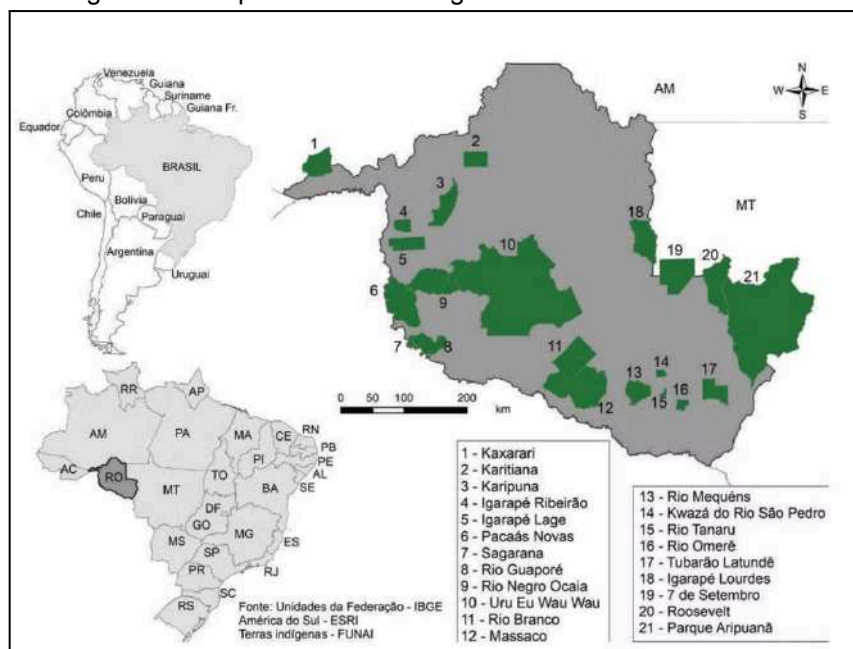
O potencial turístico, a dependência que as cidades têm com os rios e o papel da pesca na economia local, foram destacados pelos participantes como aprendizados adquiridos durante a roda de conversa. É importante destacar que esses saberes se relacionam diretamente com as possibilidades da EPT de dialogar com arranjos produtivos locais e estimular o pertencimento ao território.

Após a análise dos dados, foi elaborada uma nuvem de palavras que sintetiza, de forma visual, os principais temas emergentes. Esse recurso permitiu identificar, com maior clareza, a frequência e a relevância dos termos mais recorrentes registrados na ferramenta KWHL, funcionando como um instrumento de síntese e interpretação dos conteúdos produzidos pelos participantes.

de conversa. Ao chegar ao campus, a convidada foi recepcionada pelo pesquisador e conduzida até o espaço do encontro, onde foram alinhadas as pautas a serem tratadas. Nesse momento, o pesquisador também apresentou os recursos visuais disponibilizados — mapas e imagens de satélite — que poderiam ser utilizados pela convidada como apoio durante sua exposição e diálogo com os participantes.

O encontro começou no horário agendado e sem atrasos, primeiramente o pesquisador deu as boas vindas aos participantes, realizou uma breve retomada do encontro anterior e apresentou a convidada do dia. Durante a fala inicial o pesquisador enfatizou também o uso da cartografia como ferramenta essencial para conhecer as terras indígenas na Amazônia Rondoniense, para essa dinâmica foi usada a imagem da figura 15 durante o encontro.

Figura 15 - Mapa das Terras indígenas do Estado de Rondônia



Fonte: Mapa de Terras Indígenas de Rondônia — Foto: Reprodução/Livro: Nosso território e nossa terra indígena: terra indígena do Rio Branco [e] terra indígena do Guaporé/Macurap, A. et. al. 2018.

A convidada iniciou sua fala agradecendo o convite e ressaltando a relevância do debate acerca dos povos originários, destacando como a invisibilização dessas populações ainda constitui um problema persistente na sociedade. Segundo ela, a população em geral pouco conhece e reconhece as práticas culturais e sociais dos povos indígenas de Rondônia. Nesse sentido, enfatizou o papel do Instituto Federal de Rondônia em promover espaços de diálogo e intercâmbio de saberes entre

indígenas e não indígenas, lembrando que, à época, a instituição contava com quatro estudantes indígenas matriculados em cursos técnicos e superiores.

Ao abordar a questão territorial, destacou que a luta dos povos originários remonta ao período da invasão europeia e permanece até hoje, sendo atualmente travada principalmente nos campos legislativos para a demarcação de seus territórios históricos. Refletiu sobre a trajetória da legislação brasileira, marcada por pequenas concessões históricas que contribuíram para a invisibilidade e marginalização dessas populações, impedindo seu pleno desenvolvimento. Nesse contexto, apontou a Constituição Federal de 1988 como um marco fundamental no reconhecimento dos direitos territoriais indígenas.

A discussão também contemplou a morosidade do processo de demarcação de terras indígenas no Brasil, que frequentemente inviabiliza ou retarda o acesso a uma vida digna para essas populações. Foram mencionados o papel da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI) e de outros órgãos públicos envolvidos na demarcação, destacando que tal processo deve considerar não apenas os territórios historicamente ocupados, mas também os costumes, rituais e modos de vida dos povos.

No caso de Rondônia, Dra. Jandira apresentou dados atuais: o estado possui 24 terras indígenas demarcadas e outras 7 em processo de demarcação, o que representa aproximadamente 13% do território da Amazônia rondoniense. A diversidade étnica, cultural e linguística também foi tematizada. Ao questionar os participantes sobre o número de povos indígenas presentes em Ji-Paraná/RO, muitos responderam entre sete e oito, mas a convidada esclareceu que atualmente são apenas dois: os Arara e os Gavião, ambos residentes na Terra Indígena Igarapé Lourdes. Neste momento, reforçou-se que, apesar de compartilharem o mesmo território, esses povos possuem línguas, hábitos e costumes distintos.

A conversa avançou, então, para a defesa das demarcações como instrumentos fundamentais de preservação territorial e cultural. O uso da cartografia e de imagens de satélite projetadas em sala contribuiu para visualizar a importância das áreas indígenas em Rondônia, evidenciando que grande parte das áreas protegidas do estado corresponde às Terras Indígenas e Unidades de Conservação.

Durante a roda de conversa, destacou-se também o avanço do agronegócio sobre áreas de conservação e Terras Indígenas em Rondônia. Nesse contexto, foi mencionado o documentário *The Territory*, dirigido por Alex Pritz em colaboração

com ativistas como Neidinha Suruí e com participação direta do povo Uru-eu-wau-wau. O filme, produzido ao longo de três anos, apresenta um retrato contundente da luta desse povo pela defesa de seu território frente ao avanço de fazendeiros, grileiros e do desmatamento ilegal na Amazônia rondoniense.

Aproveitando a temática da destruição dos territórios, foram apresentados aos participantes mapas e imagens de satélite que evidenciaram a sobreposição das áreas conservadas e das Terras Indígenas. Essa discussão conduziu ao resgate da história do indígena Tanaru, conhecido como o “índio do buraco”. Último sobrevivente de um povo exterminado pelo avanço de fazendas na região, esse indivíduo vivia de forma isolada em uma pequena Terra Indígena cercada por propriedades rurais (Carelli, 2009). A FUNAI monitorava sua sobrevivência para garantir-lhe segurança mínima, até que, em 2022, ele faleceu. Sua morte reacendeu disputas pelo território, envolvendo de um lado defensores da causa indígena e, de outro, fazendeiros interessados na expansão da produção de grãos, como soja e milho.

Esse episódio foi mobilizado na roda de conversa para ilustrar, de forma concreta, como os povos indígenas enfrentam não apenas o risco de extermínio físico, mas também o apagamento de suas memórias e culturas. Ao mesmo tempo, evidenciou-se como seus territórios permanecem sob constante violação, em nome da lógica de acumulação e do lucro que orienta o modelo hegemônico de desenvolvimento econômico.

No decorrer da roda de conversa, emergiram diversas curiosidades e reflexões dos participantes. Uma das primeiras questões levantadas dizia respeito ao casamento entre povos indígenas diferentes, a partir da discussão sobre Terras Indígenas que abrigam mais de um povo. Uma participante perguntou especificamente sobre os povos Karo Arara e Ikólóéhj Gavião, questionando se “existe casamentos entre homens e mulheres desses povos?” (Participante A). A convidada explicou que, embora não seja uma prática comum, tais uniões ocorrem, mas frequentemente representam desafios maiores para as mulheres, que precisam deixar a aldeia de origem e adaptar-se à cultura do marido.

A partir desse tema, outra participante perguntou sobre direitos sociais e violência de gênero nas comunidades indígenas. A convidada destacou que, assim como na sociedade não indígena, a violência contra a mulher também é um problema social entre os povos originários. Contudo, ressaltou as formas de

resistência e luta das mulheres indígenas, que atualmente possuem maior protagonismo político e comunitário. Foram mencionadas associações, movimentos de militância e a crescente participação feminina nas decisões coletivas. Para exemplificar, a convidada citou a presidência da FUNAI, exercida naquele momento por Joenia Wapichana, e o Ministério dos Povos Indígenas, liderado por Sônia Guajajara, como símbolos do engajamento e da conquista de espaços de poder pelas mulheres indígenas em nível nacional.

Outro questionamento surgiu a respeito do uso (ou ausência) da aliança entre casais indígenas. A partir dessa curiosidade, discutiu-se como a perspectiva ocidental, fortemente marcada pelo cristianismo, molda práticas culturais que não necessariamente se aplicam às comunidades indígenas. Como muitos grupos não foram batizados ou convertidos, o uso da aliança não faz parte de suas tradições culturais.

Em seguida, a conversa abordou o papel do idoso nas comunidades indígenas. Segundo a convidada, os anciãos são figuras de grande respeito, ouvidos e valorizados como guardiões do conhecimento ancestral. Essa realidade foi contrastada com o tratamento destinado aos idosos em contextos não indígenas, onde muitas vezes são socialmente “descartados”. O saber dos anciãos está frequentemente associado a conhecimentos medicinais e espirituais, transmitidos por meio da oralidade. Nessa visão de mundo, rios, florestas e animais são concebidos como entidades sagradas e espirituais, em oposição à lógica capitalista-ocidental, que tende a reduzi-los a meros recursos exploráveis.

A convidada também destacou a importância da criança nas aldeias, apontando como esses espaços são moldados para o bem-estar e a liberdade infantil. O cuidado com a infância é entendido como responsabilidade coletiva, em que a brincadeira e a alegria das crianças são vistas como parte essencial da vida comunitária. Nesse sentido, ressaltou-se a centralidade da oralidade como forma de transmissão cultural, seja de saberes, hábitos, costumes, línguas ou narrativas míticas e históricas. Um dos participantes corroborou essa fala ao relatar uma visita a uma comunidade indígena em Ji-Paraná, onde observou a predominância da comunicação oral em todas as interações sociais e a felicidade das crianças no espaço compartilhado. O relato do participante foi: “Não vi nada escrito, nenhum cartaz, tudo era comunicado por boca” “havia muitas crianças no local, muitas

mesmo” e seguiu afirmando “as crianças brincavam muito e corriam pelo espaço” (Estudante B).

Nos momentos finais do encontro, o debate voltou-se para os impactos ambientais e sociais nas comunidades indígenas, especialmente relacionados à mineração e à extração ilegal de madeira. Uma participante questionou como as comunidades lidam quando membros internos facilitam a entrada de madeireiros ou garimpeiros em seus territórios. A convidada explicou que esse é um dos aspectos mais delicados dos conflitos internos: algumas lideranças acabam se apropriando do poder e autorizando a entrada de grupos criminosos, o que gera lucro para poucos e vulnerabilidade para a coletividade.

Foi mencionado o caso da Terra Indígena Uru-Eu-Wau-Wau, situada na porção central de Rondônia, como exemplo de território pressionado pela exploração ilegal de madeira, pela grilagem e pela criação de gado. A gravidade aumenta pelo fato de que muitos povos que vivem nessa área encontram-se em situação de isolamento, correndo riscos ainda maiores diante da invasão de suas terras. Ainda nesse contexto, a convidada trouxe o caso do povo Arara, destacando a mobilização das mulheres como fundamental no enfrentamento à exploração ilegal de madeira em seus territórios.

Por fim, com o auxílio de mapas e imagens de satélite, a convidada ilustrou as áreas indígenas e suas respectivas dimensões territoriais, reforçando a importância da preservação desses espaços frente às pressões econômicas e políticas. A discussão revelou, de forma ampla, os múltiplos desafios enfrentados pelos povos indígenas, desde questões culturais, sociais e de gênero, até os impactos ambientais e os conflitos territoriais.

Quando estávamos para encerrar, um dos participantes demonstrou curiosidade acerca dos ritos de passagem da infância para a adolescência nas comunidades indígenas. A convidada explicou que grande parte dessas práticas foi enfraquecida ou perdida em decorrência do processo de colonização. Citou como exemplo o povo Uru-Eu-Wau-Wau, em Rondônia, que realiza a ancestral festa da menina moça. No entanto, destacou que essas práticas vêm sendo progressivamente abandonadas, em grande medida pela influência do cristianismo nas comunidades indígenas.

A produção agrícola nas comunidades indígenas também foi mencionada, ainda que de forma breve, com destaque para a experiência dos Suruí na região de

Cacoal/RO, que desenvolvem a produção cafeeira. Esse exemplo foi ressaltado como uma demonstração de que os povos indígenas têm muito a ensinar no que se refere a práticas agrícolas sustentáveis na Amazônia.

Ao final do encontro, alguns participantes enfatizaram a relevância da atividade, considerando-a extremamente produtiva. Destacaram, ainda, que as discussões foram fundamentais para ampliar a compreensão acerca das comunidades indígenas e fortalecer o respeito em relação a seus saberes, modos de vida e territórios.

4.3.1 Ferramenta KWHL no segundo encontro

A partir da roda de conversa e do uso da ferramenta KWHL, os participantes demonstraram avanço promissor em relação à compreensão da causa dos povos indígenas da Amazônia Rondoniense.

Figura 16 - Momento da roda de conversa sobre a temática indígena



Fonte: Autor, 2024

As discussões também contemplaram a riqueza linguística da Amazônia rondoniense (com mais de 20 línguas indígenas identificadas no estado), o papel central da oralidade como forma de transmissão de saberes, a importância da floresta para os modos de vida dos povos indígenas, e a menção a etnias presentes em Ji-Paraná, tais como os Karo Arara e Ikólóéhj Gavião.

Essas reflexões contribuem na ampliação da consciência dos participantes sobre os impactos da colonialidade na história da Amazônia rondoniense e tensiona


uma reflexão à luz dos currículos da EPT. Uma forma de situar os participantes quanto a territorialidade dos povos originários, foi com a apresentação de mapas e imagens de satélite durante a roda de conversa.

Nessa direção, o encontro com a Dra. Jandira operou como um ato de ruptura simbólica com o epistemicídio curricular, abrindo espaço para um ensino de Geografia que respeite os saberes ancestrais, denunciando as violências estruturais e afirmando o direito à existência dos povos originários como protagonistas da Amazônia de ontem, de hoje e de amanhã.


Nos registros da ferramenta KWHL, termos como “demarcação de terras”, “direito territorial”, “invasão por madeireiros e garimpeiros” e “violência contra mulheres indígenas” revelaram um deslocamento para uma perspectiva crítica, decolonial e alinhada com a formação integral dos sujeitos.

As figuras 17 e 18 representam como a ferramenta KWHL foi importante no encontro, auxiliando nos registros de impressões dos participantes sobre a temática discutida.

Figura 17 - Folha da ferramenta KWHL preenchida por um dos participantes no segundo encontro


 Pesquisa Mestrado ProfePT – Professor Luciano Ferreira de França
 Nessa atividade você escreverá o que se pode dentro dos quadros. Importante, não é recomendado sua identificação nesse documento.

INSTITUTO FEDERAL do Amapá
 Data: 11/12/2024


 PROFEPT

Geografia de Rondônia				
Temática	O que eu sei	O que eu quero saber	Como eu vou descobrir	O que eu aprendi
Territorialidades indígenas em Rondônia Geografia das Terras indígenas Direito a Terra	Eu não tinha um conhecimento aprofundado sobre os territórios e indígena, mas consegui absorver, um conhecimento amplexo sobre esta questão.	Quero adquirir conhecimento sobre os territórios indígenas, e como são vistos pela sociedade e como os governos tem se empenhados para ajudá-los.	Por meio desta oficina.	Esse campo será preenchido após a conversa* Muitos, como eu, não possuem conhecimento sobre os territórios indígenas e muito menos sua importância para a sociedade. Adquiri conhecimento sobre sua importância, aprendi mais sobre suas histórias. Consegui saber mais sobre os povos indígenas de Rondônia e como são vistos pela sociedade, mas não sabemos os quais importância são para o mundo e suas culturas e línguas são das mais lindas.

Fonte: Resposta dos participantes da pesquisa. Autor, 2024

Figura 18 - Verso da Folha preenchida por um dos participantes no segundo encontro

- muitos não tem conhecimento dos limites dos indígenas,
TERRITORIALIDADE

- Desde muito tempo (desde a invasão) eles tem o frustrado de ter a liberdade, e muitos não parecem ter um espaço nos seus Estados.

↳ São os limites demarcados, e outros em processo. Aqui em RO tem uns 20 em fase, por isso processo longo e demorado.

↳ Por falta de vontade política

- A porcentagem de territórios que os indígenas tem ^{em} autonomia são entre 10%. Com diversidade de culturas, línguas, entre outras.
- Devíamos lutar pela demarcação dos seus indígenas. Poderíamos vir por de mão livre por causa da seca, sendo benefício não só para os indígenas, mas para o planeta.
- Indígenas sofrem forte pressão em seus territórios.
- Em Ji-Paraná possui 8 povos indígenas, os avará e gaviões.
- Eles não possuem o costume de utilizar aliança por não ser um costume deles. Até porque as alianças surgiram do grupo e romanos, tem possibilidade de vir de origem índia.
- O cuidado pelas ideias também é relevante para os indígenas, pois sua ancestralidade e vocabulário antigo são fundamentais para o conhecimento. Sua validade é muito supervalorizada, o que nos separa para eles são os palavras.

OBS:

- Funai é a organização responsável pela demarcação, que não é um processo simples.

Fonte: Resposta dos participantes da pesquisa. Autor, 2024

É possível observar que nesse caso o participante utilizou até o verso da folha para registrar suas análises e pensamentos sobre o que considerou ter aprendido durante o encontro. Outros participantes também utilizaram esse mesmo mecanismo, o que evidencia este método como uma ferramenta positiva para a abordagem decolonial.

Figura 19 - O que os participantes afirmaram que sabiam no início do segundo encontro.



Fonte: Respostas dos participantes da pesquisa. Autor, 2024

Na esteira da discussão sobre o que os participantes já conheciam a respeito da questão indígena em Rondônia, observa-se, a partir do gráfico, que os conhecimentos e debates acerca dessa temática já faziam parte do repertório dos estudantes. Nota-se que, em algum momento, os participantes haviam refletido sobre a invasão e as violências sofridas pelos povos indígenas no estado, reconheciam a diversidade existente entre esses povos e demonstravam conhecimento sobre grupos específicos da região. Esse aspecto reforça o que foi evidenciado durante a roda de conversa, quando emergiram curiosidades relacionadas aos costumes, rituais e também à questão da violência de gênero nas comunidades indígenas.

Na utilização da ferramenta KWHL, os participantes deste encontro também registraram itens que consideraram relevantes para o aprofundamento do conhecimento. Entretanto, observa-se que seis deles não preencheram essa etapa, o que suscita reflexões tanto sobre a adequação do método aplicado quanto sobre o possível desconhecimento prévio desses sujeitos em relação à temática abordada.

No início do encontro, realizou-se uma breve orientação sobre a questão central. Contudo, no decorrer das conversas, percebeu-se que as inquietações dos participantes extrapolavam a dimensão territorial, envolvendo aspectos culturais, sociais e políticos. A Figura 20 apresenta algumas dessas curiosidades, como os

costumes, a relação com o governo e os movimentos sociais, o motivo de não utilizarem alianças, a suposta influência sobre fenômenos naturais como a chuva, e ainda indagações sobre a extensão e a suficiência de seus territórios.

Tais questionamentos, embora relevantes no processo de aprendizagem, também revelam marcas de um olhar atravessado por concepções coloniais. Ao indagar, por exemplo, por que os povos indígenas “não usam aliança”, emerge uma leitura que toma como referência padrões ocidentais de religiosidade e práticas culturais, pressupondo-os como universais. De modo semelhante, ao questionar se os territórios são “suficientes” ou se os indígenas influenciam fenômenos naturais, nota-se a presença de representações construídas historicamente pela sociedade não indígena, que ora exotizam, ora subestimam os modos de vida dos povos originários.

Figura 20 - O que os participantes afirmaram querer saber no segundo encontro.



Fonte: Respostas dos participantes da pesquisa. Autor, 2024

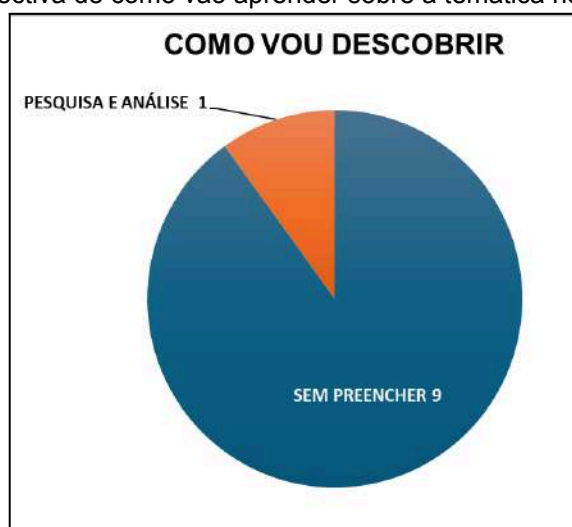
Essas visões, como argumenta Quijano (2005), estão vinculadas à colonialidade do poder, que hierarquiza saberes e culturas, colocando os conhecimentos indígenas em posição subalterna. Para Mignolo (2010), trata-se de uma herança epistêmica colonial que continua operando, mesmo em espaços educativos, naturalizando a ideia de superioridade do modelo ocidental. Walsh (2009) reforça que a decolonialidade implica justamente a necessidade de tensionar esses olhares, promovendo diálogos interculturais em que o saber indígena não seja apenas tolerado, mas reconhecido como central na produção de conhecimentos.

Intelectuais indígenas, como Ailton Krenak (2019), chamam a atenção para a necessidade de “adiar o fim do mundo”, isto é, repensar as formas de relação com a natureza e com o outro, a partir de experiências e saberes indígenas.

Assim, as curiosidades expressas pelos participantes, ao mesmo tempo em que indicam abertura ao diálogo e desejo de compreensão, também evidenciam a urgência de problematizar os filtros coloniais que moldam a percepção da sociedade majoritária sobre os povos indígenas. A roda de conversa, nesse sentido, cumpriu papel fundamental ao desconstruir pensamentos postos, superar visões naturalizadas e ampliar o repertório crítico dos participantes sobre a pluralidade das realidades indígenas na Amazônia rondoniense.

No item “Como vou descobrir” da Figura 21, observou-se um resultado semelhante ao registrado no encontro anterior. Apenas um participante mencionou a pesquisa e análise como estratégia fundamental para aprofundar os conhecimentos acerca das temáticas indígenas na Amazônia rondoniense. Os outros nove participantes deixaram essa etapa sem preenchimento, o que reforça a hipótese de que houve dificuldades de compreensão em relação às orientações fornecidas pelo pesquisador. Outra possibilidade é que essa ausência esteja relacionada a limitações no desenvolvimento da autonomia nos estudos, aspecto essencial no processo formativo.

Figura 21 - Perspectiva de como vão aprender sobre a temática no segundo encontro



Fonte: Respostas dos participantes da pesquisa. Autor, 2024

Essa lacuna pode indicar tanto a necessidade de aprimorar a mediação pedagógica, com instruções mais claras e atividades mais direcionadas, quanto o

desafio de estimular nos estudantes uma postura mais investigativa e autônoma diante de situações complexas, como é o caso da temática indígena em Rondônia.

Por fim, a tabela 2 que trata do segundo encontro, revela que as impressões registradas pelos participantes são campos férteis para a reflexão sobre as múltiplas dimensões da temática indígena na Amazônia rondoniense. Ao mencionarem a presença dos povos Karo Arara e Ikólóéhj Gavião em Ji-Paraná, bem como a diversidade nacional de aproximadamente 300 povos e as 24 terras indígenas já demarcadas no estado, os participantes demonstram um reconhecimento da pluralidade étnica e territorial que compõe de forma particular, a Amazônia rondoniense. Esse dado rompe com a narrativa hegemônica que, historicamente, invisibiliza a presença indígena na região, reduzindo-a a um passado já superado ou a um obstáculo ao desenvolvimento.

Quadro 6 - O que os participantes afirmaram que aprenderam no segundo encontro.

O QUE EU APRENDI SOBRE A QUESTÃO INDÍGENA EM RONDÔNIA	NÚMERO DE RESPOSTAS
Existem dois povos indígenas em Ji-Paraná (Arara e Gavião)	9
Aproximadamente 300 povos indígenas no Brasil	8
24 terras indígenas demarcadas em Rondônia	6
Direito territorial - Demarcação de terras Indígenas pós Constituição 1988	5
Indígenas não usam aliança	4
Cuidado e valorização dos Indígenas Idosos	4
Grande proporção territorial da Terra indígena Uru-Eu-Wau-Wau	3
A importância da floresta para os povos indígenas	3
Importância da Oralidade - a palavra é respeitada	3
Indígenas são importantes para o agronegócio	3
Funai - órgão responsável pela demarcação de terras indígenas	2
Mulheres indígenas e a questão da violência doméstica	2
Processo de demarcação é longo	2
Invasão Terras Indígenas por garimpeiros e madeiros	1
7 terras indígenas sem demarcação em Rondônia	1
Importância dos indígenas para Rondônia	1
Mais de 20 línguas indígenas em Rondônia	1
Alta taxa de mortalidade infantil	1

Fonte: Respostas dos participantes da pesquisa. Autor, 2024

A referência à Constituição de 1988 como marco da luta pela demarcação de terras indígenas aponta para a compreensão de direitos como conquistas históricas, ainda que marcadas por limites e contradições, já que os processos de demarcações foram registrados como longos e conflituosos. Essa percepção conecta-se diretamente à colonialidade do poder (Quijano, 2005), que insiste em

submeter os povos originários a um regime de subalternidade jurídica e política, apesar das garantias legais.

Outros pontos destacados como a valorização dos idosos, a centralidade da oralidade e o respeito à floresta, evidenciam dimensões culturais, espirituais e epistemológicas que diferem radicalmente da lógica ocidental moderna, baseada no produtivismo e na exploração da natureza. Nesse sentido, os aprendizados dos estudantes se alinham ao que Walsh (2009) denomina pedagogias decoloniais, práticas que emergem das insurgências e dos modos de vida originários, e que interpelam os cânones da racionalidade ocidental.

As anotações também trouxeram à tona contradições e tensões contemporâneas, como a importância atribuída aos povos indígenas para o agronegócio, o problema da violência doméstica contra as mulheres indígenas e a invasão de terras por madeireiros e garimpeiros. Tais registros revelam como os estudantes já percebem, ainda que de modo inicial, as disputas de território, corpo e memória, elementos centrais nas análises de Fanon (2022) e Mignolo (2017), para quem a colonialidade se reescreve constantemente nas práticas econômicas e sociais.

A menção às sete terras indígenas ainda sem demarcação em Rondônia, à existência de mais de 20 línguas indígenas no estado e à alta taxa de mortalidade infantil reforça a consciência de que a luta pela sobrevivência e pela dignidade desses povos permanece atual e urgente. Esses pontos permitem articular a aprendizagem dos estudantes com os princípios da omnilateralidade na EPT (Manacorda, 1990), que deve ser capaz de problematizar as contradições sociais e projetar uma formação humana integral, não restrita ao mercado, mas conectada à vida e à realidade dos sujeitos.

Dessa forma, as aprendizagens registradas no encontro evidenciam como o espaço pedagógico, ao abrir-se para as vozes indígenas e para os debates decoloniais, pode ampliar a compreensão crítica dos estudantes sobre a Amazônia rondoniense, estimulando-os a reconhecer tanto as injustiças históricas quanto as potências culturais dos povos originários.

Após a categorização das informações e análise do discurso dos participantes, foi possível desenvolver uma nuvem de palavras com a sistematização das respostas da ferramenta KWHL. A Figura 22 apresenta as principais palavras no discurso dos participantes da pesquisa.

da dimensão empírica, alcançando um patrimônio cultural e histórico de grande relevância para a compreensão da Amazônia rondoniense.

Marcelo vive atualmente da produção de artefatos em madeira que ele mesmo retira com muito esforço do Rio Madeira. Essa produção é vendida para os turistas que chegam até a vila ou em feiras de artesanatos tanto em Rondônia, quanto em outras partes do Brasil. A partir desse trabalho, Marcelo obtém o sustento de sua família.

Dada a impossibilidade de deslocamento até Ji-Paraná, o encontro foi viabilizado por meio da plataforma *Google Meet*, recurso tecnológico que, neste contexto, potencializou a mediação pedagógica e garantiu a aproximação com os sujeitos da pesquisa. Essa mediação, além de suprir a distância física, reafirma como a tecnologia pode ser incorporada em processos educativos de forma crítica e significativa, ampliando as possibilidades de diálogo intercultural.

Em sua fala, Marcelo iniciou apresentando-se aos estudantes e trazendo um breve histórico da Vila de Teotônio, ressaltando que esta surgiu muito antes da atual cidade de Porto Velho/RO, constituindo-se como um entreposto comercial de destaque no período colonial. Ele explicou que a vila nasceu em função do salto existente no Rio Madeira, inicialmente conhecido como Cachoeira do Salto Grande e, posteriormente, como Cachoeira de Teotônio. Contudo, segundo o relato do convidado, a história oficial rondoniense pouco reconhece a relevância da Vila de Teotônio para a gênese de Porto Velho, o que evidencia um apagamento histórico de um povo e de sua memória, processo recorrente nas narrativas coloniais que privilegiam determinados marcos em detrimento das experiências locais.

Marcelo compartilhou ainda relatos transmitidos oralmente por gerações anteriores, como os processos de baldeação de mercadorias utilizando trilhos para contornar a cachoeira, além das memórias da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, que passava nas proximidades. Esse exercício de memória resgata não apenas fatos, mas um modo de viver e de se relacionar com o território, sustentado pela oralidade, pela ancestralidade e pela resistência, em consonância com Walsh (2009). O ribeirinho destacou também as transformações profundas sofridas pela região. A antiga Vila de Teotônio encontra-se hoje submersa devido à construção da Hidrelétrica de Santo Antônio, que também eliminou a cachoeira. A submersão da vila e a alteração no curso do rio exemplificam os impactos socioambientais

provocados por grandes projetos de infraestrutura, marcados por deslocamentos compulsórios, perda de territórios e fragilização das práticas tradicionais de vida.

Para Marcelo, tais mudanças significaram não apenas a perda de espaços físicos, mas também uma desmemorização da juventude local, que cresce desconectada das histórias, saberes e experiências que formaram a identidade da comunidade. Entre os desafios atuais, ele apontou a precariedade da infraestrutura, o assoreamento do Rio Madeira e as dificuldades enfrentadas pelos moradores para se adaptar à nova realidade imposta pelas transformações ambientais e econômicas.

Nascido e criado às margens do Rio Madeira, filho e neto de pescadores, Marcelo tornou-se também pescador e, ao longo da vida, consolidou um conhecimento singular sobre os perigos, as potencialidades e as dinâmicas desse território fluvial. Sua narrativa, além de registrar a memória da comunidade, possibilitou aos estudantes compreender a Amazônia não como um espaço abstrato, mas como território vivo, atravessado por histórias, disputas e resistências. O convidado testemunhou a transformação radical do curso do rio, inclusive o desaparecimento da cachoeira de Teotônio — um marco natural e cultural de Rondônia.

Durante a roda de conversa, Marcelo explicou que a Cachoeira de Teotônio sempre foi um marco geográfico e cultural da comunidade, funcionando como uma barreira natural que impedia a subida dos cardumes de peixes. Antigamente, os pescadores da vila não precisavam percorrer grandes distâncias, pois os peixes se acumulavam ao pé da cachoeira, garantindo a subsistência e o modo de vida da comunidade local. Com a elevação das águas em decorrência da construção da Usina Hidrelétrica de Santo Antônio, a cachoeira desapareceu, alterando radicalmente a dinâmica da pesca. Hoje, os pescadores precisam realizar um trajeto de cerca de uma hora rio acima para encontrar os peixes, percurso que é interrompido pela barragem da Usina Hidrelétrica de Jirau, onde se instauraram novas restrições de acesso.

Foi nesse contexto de transformações que Marcelo iniciou seu relato pessoal, narrando a transição de pescador para artesão. Ele relembra que, após ser autuado em uma fiscalização ambiental nas proximidades da barragem de Jirau, sentiu uma profunda sensação de injustiça e vergonha: “quem já foi dono de tudo aquilo, agora é considerado ladrão”. Essa fala revela a violência simbólica que marca os

processos de desterritorialização, em que sujeitos historicamente vinculados ao rio e à floresta se veem privados de seu próprio território, deslocados por uma lógica de desenvolvimento que os exclui.

Foi nesse momento de reflexão, sentado às margens do Madeira, que Marcelo observou troncos descendo pelas águas e vislumbrou uma nova possibilidade de vida: transformar a madeira carregada pelo rio em artesanato. O conhecimento sobre as madeiras, herdado de seus antepassados, foi ressignificado no presente como alternativa de subsistência. Ele explica que cada tronco carrega uma história distinta desde as tonalidades e os padrões que variam conforme o tempo em que a madeira permaneceu submersa, sendo que algumas delas foram arrastadas por mais de trinta ou quarenta anos. Essa narrativa, além de revelar um saber ecológico, também reitera a dimensão de memória e ancestralidade inscrita na madeira daquele rio.

Ao contextualizar a origem dessas madeiras, Marcelo compartilhou seu entendimento da dinâmica hidrológica do Rio Madeira, explicando que suas águas têm origem na Cordilheira dos Andes, na Bolívia, a partir da junção dos rios Madre de Dios, Beni e Mamoré. Essa consciência espacial demonstra um conhecimento geográfico que articula territorialidades locais e transnacionais, evidenciando a importância de valorizar os saberes ribeirinhos como parte de uma ecologia de saberes (Santos, 2010).

Para ele, o modelo ancestral de pesca, antes central à vida comunitária, tornou-se impraticável diante dos impactos socioambientais provocados pelas hidrelétricas. Marcelo lamenta a ausência de incentivos e políticas públicas que assegurem alternativas de desenvolvimento sustentável às populações que vivem “na ponta da linha”, diretamente afetadas pelas grandes obras. Apesar de já ter viajado para outros estados do Brasil para divulgar seu artesanato, ele ressalta as dificuldades impostas pela falta de apoio do Estado.

Durante sua fala, o artesão demonstrou ainda profundo conhecimento sobre as mudanças geomorfológicas do Rio Madeira. Ele observou que o rio é “jovem”, em processo de formação de seu leito, e destacou que o assoreamento tem se intensificado em razão da desaceleração do curso d’água causada pelas barragens. Segundo Marcelo, a retenção imposta pelas usinas acelera a deposição de sedimentos nos lagos artificiais, alterando o equilíbrio ecológico e comprometendo os modos de vida ribeirinhos.

Essa narrativa evidencia como os grandes projetos de desenvolvimento, ancorados em uma lógica de exploração econômica, impactam profundamente os territórios e as populações que deles dependem. Ao mesmo tempo, reforça a urgência de uma educação decolonial na Amazônia, capaz de reconhecer, valorizar e dialogar com saberes produzidos por sujeitos historicamente marginalizados, como os ribeirinhos, cuja experiência encarna uma leitura crítica da realidade e um exercício permanente de resistência.

O convidado expressou com evidente tristeza os impactos ambientais que vem observando no Rio Madeira ao longo dos anos. Durante a discussão, a produção agrícola no entorno do rio foi abordada quando o estudante A perguntou se “existe muita plantação no entorno do Madeira?”. Marcelo respondeu afirmativamente, destacando o uso intensivo de aeronaves para pulverização e a ausência de práticas adequadas de conservação do solo, que, com as chuvas, acaba sendo carregado para o leito do rio, contribuindo para o assoreamento. Em suas palavras: “A soja é muito prejudicial, por causa do veneno. Quem está plantando não está preocupado com barreiras de contenção para evitar que essa área degradada chegue até o rio”.

Enquanto Marcelo explicava os efeitos das hidrelétricas e da expansão da soja, um participante quis saber sobre a população da antiga Vila de Teotônio, “quantos habitantes vivem na vila?” (Estudante B). Segundo o ribeirinho, foram construídas 74 casas na nova vila pelo consórcio responsável pela Hidrelétrica de Santo Antônio, porém, atualmente, apenas 19 famílias permanecem no local. De acordo com seu relato, a maioria dos antigos moradores não conseguiu se adaptar às mudanças impostas pela reconfiguração territorial e deixou a vila.

Retomando a discussão sobre a cachoeira, um participante perguntou: “Qual é o nome da cachoeira mesmo?” (Participante C). O convidado explicou que, segundo relatos de seus pais e dos moradores mais antigos, a localidade recebeu o nome de Vila de Teotônio em homenagem ao oficial da Coroa Portuguesa, Teotônio de Gusmão. No entanto, enfatizou que a área já havia sido ocupada por povos originários antes da chegada dos colonizadores europeus. Destacou ainda que, durante a construção da hidrelétrica, foram realizadas escavações arqueológicas com o objetivo de resgatar materiais e registrar evidências da ocupação ancestral, antes que o aumento do nível do rio submergisse todo o sítio arqueológico.

Outro questionamento levantado pelos participantes foi sobre as rochas da antiga cachoeira. Diante do contexto de estiagem que a região atravessava no momento, um participante perguntou: “A cachoeira reaparece no período de seca?” (Participante D). Marcelo respondeu que, para as rochas ressurgirem e a cachoeira voltar à sua forma original, seria necessário ocorrer uma seca extremamente severa. Entretanto, mesmo nessa hipótese, o controle do nível do rio pela barragem à montante inviabiliza o reaparecimento da cachoeira.

A narrativa sobre a antiga Vila de Teotônio evidencia o que Milton Santos (1994) conceitua como “território usado” para o autor, esse espaço não é apenas uma superfície física, mas um espaço vivido, carregado de sentidos, práticas e relações sociais. Quando a construção das hidrelétricas submergiu a vila e a cachoeira, não ocorreu apenas uma alteração ambiental, mas a ruptura de um território enquanto condição de existência. Esse apagamento histórico reflete uma lógica funcional do capital, que reorganiza a Amazônia segundo necessidades externas, reforçando a colonialidade do poder denunciada por Quijano (2005) e Mignolo (2010). Sob esse prisma, a imposição de grandes projetos de infraestrutura desconsidera a pluralidade de racionalidades, invisibilizando saberes ribeirinhos e modos de vida baseados no respeito com o rio.

Trazer essa discussão para a Educação Profissional e Tecnológica (EPT) é fundamental para uma formação integral e omnilateral, conforme defende Frigotto (2018), pois permite superar currículos fragmentados e aproximar ciência e saberes populares em uma perspectiva crítica. Trabalhar a Geografia da Amazônia rondoniense a partir dessas contradições coloca em evidência a dimensão política do espaço e contribui para uma educação que não se limita a atender ao mercado, mas que problematiza as desigualdades produzidas pelo modelo hegemônico de desenvolvimento.

Também se abordou a questão do turismo na comunidade. Marcelo relatou que, embora o turismo tenha apresentado algum crescimento nos últimos anos, o potencial da Vila permanece subutilizado. Destacou, contudo, que essa atividade exige investimentos estruturais e maior atenção por parte do poder público, além de apoio financeiro às famílias locais para que possam se inserir de forma sustentável nesse setor. Entre as alternativas sugeridas pelo ribeirinho, estão o manejo de lagos para a prática da pesca esportiva profissional e a valorização do rio como espaço de contemplação e balneabilidade. Segundo suas palavras, essas iniciativas poderiam

devolver ao rio o protagonismo que lhe é inerente, superando sua condição atual de elemento secundário na vida das populações que dele dependem para sobreviver.

Sob uma perspectiva decolonial, é importante destacar que a lógica tradicional do turismo na Amazônia tem reproduzido, em muitos casos, práticas coloniais que transformam a natureza e as culturas locais em mercadorias, privilegiando o olhar do visitante externo em detrimento das necessidades e saberes das comunidades. Nesse sentido, a proposta de Marcelo indica um caminho contra-hegemônico, pois coloca a comunidade como protagonista do processo, reconhecendo a centralidade do rio e dos modos de vida ribeirinhos. Essa abordagem rompe com a lógica utilitarista e mercadológica, reforçando uma relação pautada na reciprocidade, na sustentabilidade e no direito à permanência nos territórios.

Com essas palavras, Marcelo encerrou sua participação, despedindo-se de todos e a conversa prosseguiu entre os presentes. Tornou-se evidente a necessidade de apresentar visualmente aos participantes os locais mencionados durante sua fala. Para isso, recorreu-se à ferramenta *Google Maps*, exibindo imagens de pontos destacados nas discussões, como as usinas do Rio Madeira, a Vila de Teotônio, o local onde existia a antiga cachoeira, a passarela flutuante da vila, além de restaurantes e residências da comunidade. A partir dessas imagens, emergiu uma reflexão coletiva sobre a coloração das águas do Rio Madeira: seus afluentes escuros nas proximidades de Porto Velho contrastam com as águas barrentas, compondo uma paisagem singular quando observada por imagens de satélite.

Durante essa abordagem, chamou atenção a inquietação dos participantes diante da ausência física da cachoeira, elemento central na narrativa do convidado. Um deles perguntou: “é possível conseguir imagens da antiga cachoeira?” (Participante D). Para responder, recorreu-se ao *youtube*, onde foram localizados vídeos e registros da Cachoeira de Teotônio, incluindo cenas do trabalho de pesca realizado pelos ribeirinhos antes da construção das hidrelétricas.

Figura 23 - Vista aérea da Nova Vila de Teotônio em Porto Velho/RO, ao fundo Rio Madeira.



Fonte: Armando Júnior. Portal G1, 2023.

Sob uma ótica decolonial, esse momento revela o quanto as tecnologias digitais podem desempenhar papel ambíguo: de um lado, permitem resgatar memórias invisibilizadas pelos grandes projetos de desenvolvimento; de outro, denunciam o processo de apagamento histórico produzido por políticas que priorizam o capital em detrimento da vida local (Fanon, 2022). Ao exibir as imagens da antiga cachoeira, não apenas se respondeu a uma curiosidade, mas também questionou-se a narrativa dominante que naturaliza a destruição de ecossistemas e modos de vida em nome do progresso econômico. Essa ação pedagógica assume, assim, um caráter insurgente, ao reivindicar a memória do território como um direito e ao reconhecer a importância de articular saberes tradicionais com recursos tecnológicos, não para reforçar a lógica colonial, mas para questioná-la e subvertê-la (Ferdinand, 2022).

Figura 24 - Roda de conversa com o Artesão Marcelo Gonçalves



Fonte: Autor, 2024

4.4.1 Ferramenta KWHL no terceiro encontro

Nesse encontro, o convidado conseguiu transmitir aos participantes como o conhecimento ancestral ribeirinho contribui para uma leitura sensível e enriquecedora da geografia da Amazônia rondoniense, articulando memória, trabalho e resistência.

Os participantes puderam ouvir de um ribeirinho sobre como é conviver com o rio, estabelecendo uma relação de respeito e sabedoria. Além disso, Marcelo transmitiu com muita profundidade os silenciamentos impostos pelo discurso do “progresso” e os modos como ele e sua comunidade resistem e reconstroem sua relação com o território por meio da arte e do trabalho.

As reflexões dos participantes durante a roda de conversa evidenciaram um amadurecimento no olhar sobre o território da Amazônia rondoniense e os impactos socioambientais na região. O testemunho de Marcelo, sua relação com o Rio Madeira e o desaparecimento da cachoeira de Teotônio ativaram uma memória coletiva que havia sido, em grande parte, silenciada pela narrativa desenvolvimentista. Nesse sentido, os participantes puderam compreender o território não apenas como um recorte geográfico, mas como um espaço plural, atravessado por dimensões políticas, econômicas, culturais e afetivas — um lugar onde a vida acontece e onde os impactos socioambientais se manifestam de forma concreta, exigindo práticas educativas que atendam à realidade (Gomes et al., 2022).

Durante o encontro, os participantes preencheram a ficha da ferramenta KWHL, a qual serviu de base para a análise dos dados e para a elaboração dos gráficos e tabelas apresentados a seguir. A Figura 25 ilustra um dos registros produzidos por um dos participantes da pesquisa.

Figura 25 - Folha da ferramenta KWHL preenchida por um dos participantes no terceiro encontro

Pesquisa Mestrado ProfePT – Professor Luciano Ferreira de França
 Nessa atividade você escreverá o que se pede dentro dos quadros. Importante, não é recomendado sua identificação nesse documento.
 INSTITUTO FEDERAL Rondônia Data: 18/12/2024
 PROFEPT

Geografia de Rondônia				
Temática	O que eu sei	O que eu quero saber	Como eu vou descobrir	que eu aprendi
Rio Madeira Usinas do Madeira Cachoeiras do Rio Madeira Comunidades que dependem do rio. Desterritorialização com grandes projetos hidrelétricos.	Sei que o rio Madeira é formado pela confluência do Rio Mamoré, e Beni. E que ele passa pelas estados de Rondônia e Amazonas, e que ele é muito utilizado para o transporte de madeiras, minérios, etc...	"Porque se chama Rio Madeira?" "Qual é a aproximação da extensão do Rio Madeira?" "Qual foi o impacto da chegada das usinas no Rio Madeira?" "O que aconteceu com as famílias que foram deslocadas?"		Esse campo será preenchido após a conversa* Aprendi que porto-Velho não é realmente a primeira. E que com a chegada das usinas do Madeira, teve grandes transformações econômicas, e sociais, e ambientais para a região de Rondônia, e também que muitas famílias teve que ser deslocadas, por causa das inundações. E que o rio Madeira tem uma paleiosa bem grande. E que a produção agrícola de Rondônia depende do Rio Madeira.

Fonte: Respostas dos participantes. Autor, 2024

O encontro dedicado ao Rio Madeira constituiu-se em um momento de significativa partilha de saberes e reflexões coletivas, permitindo ao pesquisador observar de que forma os conteúdos já discutidos em encontros anteriores seriam retomados e articulados pelos participantes.

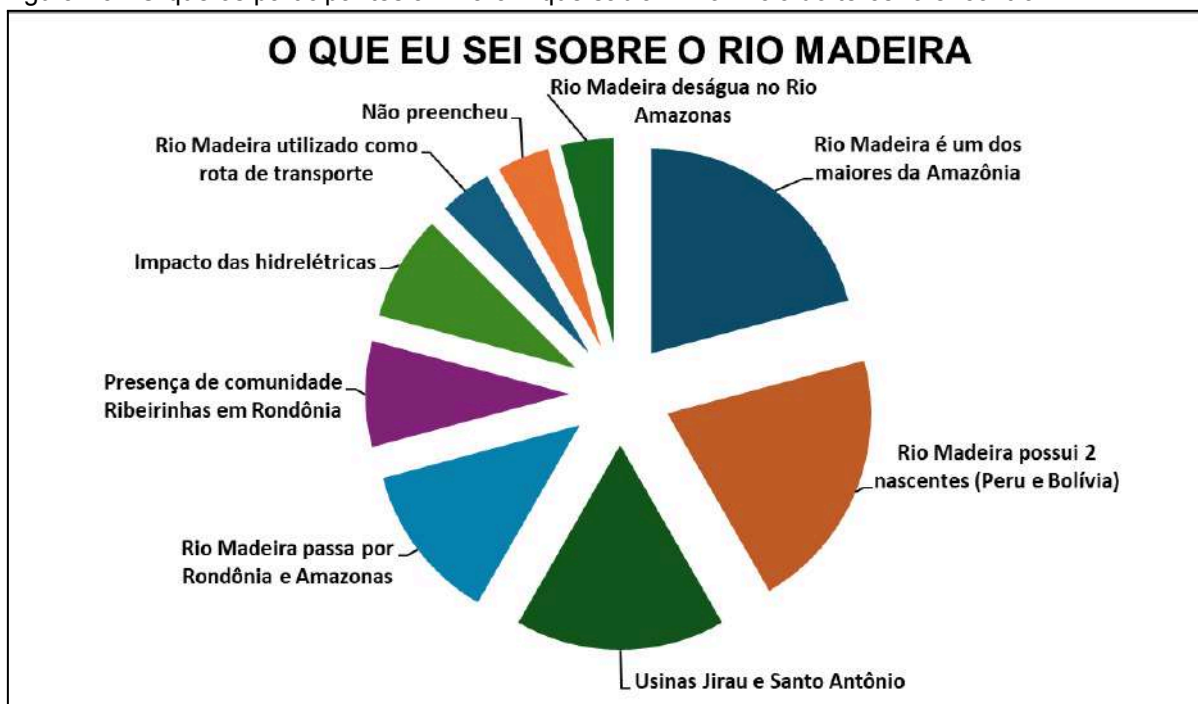
No primeiro encontro, o Rio Madeira havia sido tratado de forma breve e introdutória. Contudo, ao analisar o item "O que eu sei" nas fichas do KWHL preenchidas pelos participantes, verificou-se que diversos aspectos já faziam parte do repertório de conhecimentos do grupo. Entre eles, destacam-se: a função do rio como hidrovía, suas características geomorfológicas, as populações ribeirinhas que dele dependem, os impactos socioambientais decorrentes da instalação das usinas hidrelétricas e, ainda, a relevância do Madeira para o desenvolvimento econômico e

social de Rondônia. Temas que foram muito discutidos sobre o rio Machado em Ji-Paraná, mas que puderam ser estendidos ao rio Madeira pelos participantes.

Embora tais saberes não tenham sido adquiridos exclusivamente no âmbito desta pesquisa, mas também em diferentes experiências de vida e contextos formativos dos participantes, é importante ressaltar que, durante o encontro, suas percepções revelaram um grau mais aprofundado de compreensão sobre o tema. Esse aspecto evidencia como o espaço de diálogo e reflexão contribuíram para potencializar e reorganizar conhecimentos prévios, favorecendo uma leitura crítica e integrada acerca do papel do Rio Madeira na dinâmica territorial da Amazônia rondoniense.

Sob uma perspectiva decolonial, esse processo ganha ainda maior relevância. Ao reconhecer e valorizar os conhecimentos produzidos pelos participantes a partir de suas próprias vivências, rompe-se, ainda que parcialmente, com a lógica hegemônica que historicamente marginaliza os saberes locais em favor de narrativas técnico-científicas associadas ao “progresso” e ao desenvolvimento. A Figura 26 apresenta as percepções manifestadas pelos participantes ao longo do encontro.

Figura 26 - O que os participantes afirmaram que sabiam no início do terceiro encontro.



Fonte: Respostas dos participantes da pesquisa. Autor, 2024

Assim, o encontro sobre o Rio Madeira não se limita a um exercício de transmissão de informações, mas se configura como um espaço de insurgência epistemológica, no qual a memória coletiva e os saberes tradicionais dialogam com o conhecimento acadêmico, ampliando a compreensão sobre os impactos socioambientais e culturais na Amazônia rondoniense.

As anotações registradas no item “O que eu quero saber” evidenciam interesses e inquietações dos estudantes, que vão desde aspectos físicos do Rio Madeira, como sua extensão e as características de suas águas, até dimensões culturais, como o folclore da região e as vivências dos ribeirinhos. Essa variedade de perguntas revela que os sujeitos não concebem o rio apenas como um objeto geográfico natural, mas como um território vivo, permeado por histórias, tradições e modos de vida que compõem a identidade rondoniense. A figura 27 apresenta os itens que mais se destacaram nas anotações dos participantes.

Figura 27 - O que os participantes afirmaram querer saber no terceiro encontro.



Respostas dos participantes da pesquisa. Autor, 2024

Ao mesmo tempo, a preocupação com os impactos socioambientais das usinas hidrelétricas aparece de forma recorrente, especialmente nas questões sobre o destino das famílias atingidas, os efeitos das construções e a importância das cachoeiras que desapareceram. Tais perguntas demonstram uma percepção crítica dos estudantes, que articulam o espaço local com processos de maior escala, como os grandes projetos de desenvolvimento da Amazônia.

Sob uma perspectiva decolonial, esses registros revelam como o conhecimento dos participantes se ancora em vivências e experiências cotidianas, não se limitando ao conteúdo escolar tradicional. Suas perguntas demonstram desejo de compreender tanto os processos técnicos e econômicos quanto os elementos simbólicos e culturais invisibilizados pelos discursos oficiais. Essa postura reforça a importância de metodologias participativas, como as rodas de conversa e o uso da KWHL, que permitem ao pesquisador acessar o repertório de saberes e interesses dos sujeitos, possibilitando a construção de uma prática pedagógica alinhada aos objetivos da EPT.

No item “Como vou descobrir” da ferramenta KWHL, a maior parte dos participantes optou por deixar o espaço sem preencher, registrando apenas suas dúvidas e curiosidades nos itens anteriores. Apenas um estudante escreveu “nessa oficina”, indicando que acreditava que as respostas sobre o Rio Madeira seriam obtidas ao longo daquele encontro. Esse resultado revela dois aspectos importantes da pesquisa: em primeiro lugar, a dificuldade inicial dos participantes em identificar caminhos de investigação autônomos, o que pode estar associado a um modelo escolar tradicional, muitas vezes marcado por práticas transmissivas e pelo protagonismo exclusivo do professor. Em segundo lugar, demonstra também uma abertura para a experiência vivida na roda de conversa, entendida como um espaço legítimo de aprendizagem e construção de novos saberes. A figura 28 apresenta os dados do item “Como vou descobrir”.

Figura 28 - Perspectiva de como vão aprender sobre a temática no terceiro encontro



Fonte: Respostas dos participantes da pesquisa. Autor, 2024

À luz de uma perspectiva decolonial, o silêncio dos estudantes nesse campo da ferramenta não deve ser visto apenas como ausência, mas como expressão de um modo de aprender que ainda não lhes foi suficientemente instigado: o de se perceberem como sujeitos ativos do conhecimento, capazes de formular hipóteses e caminhos de pesquisa. O único registro feito “nessa oficina” aponta para a expectativa de que a roda de conversa seria o espaço de mediação entre seus conhecimentos prévios e as novas informações. Esse dado evidencia, portanto, tanto os limites da formação escolar vigente quanto a potência de práticas pedagógicas que valorizam a oralidade, o diálogo e a construção coletiva de saberes.

A tabela 3 reúne os principais pontos destacados pelos participantes como aprendizados ao longo do encontro. Ao observar o Quadro 7, nota-se a diversidade de percepções sobre o Rio Madeira, que vão desde aspectos históricos e culturais até questões ambientais e socioeconômicas contemporâneas.

Quadro 7 - O que os participantes afirmaram que aprenderam no terceiro encontro

O QUE EU APRENDI DA GEOGRAFIA DO RIO MADEIRA	NÚMERO DE RESPOSTAS
Impacto ambiental e socioeconômico com a construção das hidrelétricas	9
Plantio de soja é prejudicial para o rio e também para os moradores de Teotônio	7
A antiga Cachoeira de Teotônio e seu desaparecimento	8
Rio Madeira foi importante para a construção da Estrada de Ferro Madeira Mamoré	6
Rio Madeira é um dos maiores rios do Brasil, entre 15 maiores do mundo	6
Teotônio - Marcas de civilização antiga, possível aldeia indígena	4
Vila de Teotônio e a criação de Porto Velho	3
Conceito de rio jovem	3
Madeira que desce o rio é boa para artesanatos	3
Assoreamento do rios devido ao desmatamento das matas ciliares	2
A pesca é afetada pelas hidrelétricas	2
Rio Madeira flui pela Bolívia até Amazonas	2
Falta de contenção do assoreamento afeta negativamente no Rio	1
Quem planta não tem interesse em criar barreiras de contenção no solo	1
Jirau e Santo Antonio - não geram energia para as cidades próximas	1
Agricultura depende muito do Rio Madeira	1
Omissão do Governo na proteção do Rio Madeira	1
Rio Madeira carrega muito sedimentos	1

Fonte: Respostas dos participantes da pesquisa. Autor, 2024

Entre os elementos mencionados, destaca-se o impacto ambiental e socioeconômico causado pela construção das hidrelétricas, apontado como fator de transformação profunda no território e no modo de vida das populações ribeirinhas. Também foi enfatizado que o plantio de soja, além de afetar diretamente a qualidade

ambiental do rio, traz prejuízos aos moradores da antiga vila de Teotônio. Nesse contexto, o desaparecimento da Cachoeira de Teotônio surge como um marco simbólico da perda de referências culturais e naturais ligadas ao rio Madeira.

No campo histórico, os participantes lembraram a importância do rio para a construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, bem como para a própria criação da cidade de Porto Velho. Foi mencionada ainda a possibilidade de existência de aldeias indígenas na região de Teotônio antes da invasão europeia, revelando marcas de civilizações anteriores (e que ainda se fazem presentes no estado) que reforçam a dimensão ancestral e cultural do território.

Outros pontos ressaltaram as características físicas do rio, como o fato de o Madeira estar entre os 15 maiores rios do mundo, além de ser considerado um “rio jovem” em termos geomorfológicos. O transporte de madeira pelo curso d’água, útil para o artesanato, também foi registrado como parte de sua função econômica e cultural.

Os impactos ambientais mais recentes foram igualmente destacados, como o assoreamento resultante do desmatamento das matas ciliares, a diminuição da pesca em função das hidrelétricas e a ausência de medidas efetivas de contenção do assoreamento do rio. Nesse sentido, observou-se a crítica de que produtores rurais não têm interesse em adotar barreiras de contenção do solo, o que agrava a degradação ambiental.

Também surgiram percepções relacionadas às hidrelétricas de Jirau e Santo Antônio, vistas pelos participantes como empreendimentos que não geram energia diretamente para as cidades próximas, reforçando a sensação de desigualdade na distribuição dos benefícios. Além disso, foi ressaltada a dependência da agricultura em relação ao Rio Madeira e a omissão do poder público na sua proteção. Por fim, observou-se que o rio, por sua própria dinâmica, transporta grandes volumes de sedimentos, o que influencia tanto na navegação quanto nos ecossistemas amazônicos.

De modo geral, os registros sobre o Rio Madeira indicam que os participantes foram capazes de reconhecer os conflitos gerados pelos grandes empreendimentos, como as usinas hidrelétricas, e os impactos socioambientais sobre os ribeirinhos, a biodiversidade e as práticas tradicionais. A memória da cachoeira de Teotônio, o destaque à produção artesanal, à ferrovia Madeira-Mamoré, e à omissão governamental, confluem para uma consciência sensível sobre os ciclos de

aspectos de grande relevância, revelando uma articulação entre memória histórica, identidade cultural e problemáticas contemporâneas.

4.5 Memórias do IFRO e os caminhos da Engenharia Florestal na Amazônia rondoniense

No quarto encontro das rodas de conversa, o convidado foi um acadêmico do curso de Engenharia Florestal do IFRO, egresso do ensino médio integrado da própria instituição.

O encontro iniciou-se com a apresentação do convidado, Carlos Henrique. Nesse momento, o pesquisador relembrou experiências anteriores em que ambos participaram de eventos culturais na cidade de Ji-Paraná/RO, criando uma atmosfera de proximidade e reconhecimento coletivo.

Carlos iniciou sua fala com uma breve exposição sobre sua trajetória acadêmica e profissional, destacando o papel central do IFRO em sua formação. Para os participantes, esse momento foi revelador, pois, embora muitos já o conhecessem visualmente no *campus*, não tinham conhecimento de sua história de vida e da relevância de sua atuação vinculada à instituição. O convidado enfatizou que, mesmo antes da conclusão do curso, teve a oportunidade de participar de diferentes atividades profissionais que contribuíram de maneira decisiva para sua inserção no campo da Engenharia Florestal.

Entre os projetos mencionados, destacou-se o “Projeto Beija-Flor”, desenvolvido no âmbito da feira de agronegócio Rondônia Rural Show. Carlos explicou que, nesse espaço, o IFRO mantém uma área experimental de floresta plantada, utilizada como vitrine tecnológica para a apresentação de práticas sustentáveis e inovações do curso de Engenharia Florestal à sociedade.

Em sua fala, o convidado ressaltou a diversidade de espécies vegetais de Rondônia, explicando a condição de transição ecológica presente no estado, que, embora majoritariamente coberto pela floresta amazônica, apresenta áreas significativas de cerrado em sua porção central e meridional. Essa explicação serviu de base para a apresentação das cinco principais áreas de atuação da Engenharia Florestal: (I) planejamento e gestão; (II) silvicultura e reflorestamento; (III) ecologia e conservação; (IV) tecnologia e inovação; e (V) educação e pesquisa.

Na área de planejamento e gestão, Carlos destacou a importância do manejo florestal, que envolve tanto a conservação de áreas estratégicas quanto o aproveitamento econômico dos recursos madeireiros. Ele salientou que essa prática é desenvolvida em diálogo com as comunidades que habitam a floresta e seu entorno. O pesquisador complementou essa fala exemplificando como o uso da madeira ainda está presente no cotidiano urbano, mencionando os pedaços de madeira utilizados em fornos de padarias locais.

O convidado também abordou a relevância da avaliação e do licenciamento ambiental, enfatizando que tais instrumentos são essenciais para garantir que o uso da madeira e de outros recursos não ocorra de forma ilegal ou predatória.

Sob uma perspectiva decolonial, a fala de Carlos evidencia a importância de ressignificar as práticas de formação e atuação profissional na Amazônia. Ao invés de reproduzir apenas o modelo desenvolvimentista e extrativista, historicamente imposto pela lógica colonial e capitalista, o discurso do convidado aponta para a necessidade de integrar saberes locais, respeitar a diversidade socioambiental do território e valorizar as comunidades que vivem em interação com a floresta. Esse posicionamento reforça uma concepção de ciência e de educação profissional que não se limita à instrumentalização técnica, mas que se orienta pela busca de justiça ambiental, sustentabilidade e pelo reconhecimento de epistemologias outras – aquelas que emergem do próprio chão amazônico e de seus sujeitos históricos.

A discussão sobre sustentabilidade e a finitude dos recursos florestais foi um dos pontos centrais da fala do convidado, que destacou: “Nós não podemos desmatar toda uma floresta para extrair os recursos sem pensar no futuro” (Convidado). A partir dessa reflexão, ele explicou que a extração de produtos madeireiros pode ocorrer de duas formas: por meio do plantio de espécies específicas ou pela retirada direta da floresta (extrativismo). Neste último caso, ressaltou a importância da elaboração de um plano de manejo, instrumento técnico que define os limites e estratégias de exploração, assegurando o uso responsável dos recursos. O convidado observou que, historicamente, Rondônia vivenciou um modelo predatório: os colonos desmatavam extensas áreas, realizavam a queima da vegetação e somente depois implantavam lavouras. Essa prática, ainda associada ao paradigma da “fronteira agrícola”, já não encontra respaldo nem na legislação vigente, nem no atual momento histórico de maior consciência socioambiental.

Um aspecto enfatizado em sua fala foi o inventário florestal, considerado um dos pilares da atuação do engenheiro florestal. Trata-se de um levantamento detalhado das espécies presentes em determinada área, incluindo a identificação daquelas de interesse econômico e daquelas legalmente protegidas, como a castanheira (*Bertholletia excelsa*). O convidado destacou que até mesmo a abertura de estradas na floresta para retirada das árvores deve ser cuidadosamente planejada, de modo a reduzir os danos ambientais.

Na sequência, o pesquisador provocou a discussão sobre as áreas de proteção integral, citando a Reserva Biológica do Jarú, em Ji-Paraná, espaço voltado exclusivamente para fins de pesquisa científica e preservação. Essa reflexão possibilitou a ampliação do debate para a categorização das unidades de conservação no Brasil, momento em que o convidado explicou a diferença entre reservas extrativistas, florestas nacionais, parques nacionais e reservas biológicas. A professora participante contribuiu relatando a experiência de uma Floresta Nacional em Rondônia, na qual a exploração madeireira é realizada por empresas autorizadas, mencionando inclusive o envolvimento de uma egressa do curso de Engenharia Florestal no manejo de espécies nesse espaço.

A discussão se aprofundou ao tratar da Floresta Nacional do Jamari, a partir da intervenção do pesquisador, que destacou problemas históricos relacionados à grilagem de terras, à violência e ao desmatamento ilegal. Nesse momento, a professora complementou afirmando que a área foi objeto de um projeto experimental do governo federal, executado por órgãos como IBAMA e ICMBio, que instituíram um processo de concessão florestal. Ela observou ainda que uma das empresas vencedoras da licitação seria de capital estrangeiro, possivelmente chinesa. Em seguida, o convidado ressaltou as dificuldades enfrentadas no processo de fiscalização, destacando que a distância geográfica, a precariedade de recursos humanos e logísticos e a ausência de presença contínua do Estado tornam extremamente complexa a gestão desses espaços.

Sob uma perspectiva decolonial, essa discussão revela a permanência de tensões entre modelos de uso da floresta. Por um lado, estão os interesses do capital global e das políticas estatais de concessão, que frequentemente reforçam uma lógica de exploração vinculada à colonialidade do poder e do saber. Por outro, emergem práticas de manejo sustentado e experiências comunitárias que apontam para formas alternativas de relação com a floresta, baseadas em conhecimento

local, reciprocidade e cuidado ambiental. O debate sobre a Floresta Nacional do Jamari, nesse sentido, explicita como a Amazônia continua a ser disputada por forças externas, pois enquanto grandes empresas transnacionais se beneficiam de concessões, comunidades locais e povos tradicionais enfrentam restrições, violências e processos de invisibilização. Ao trazer essas contradições, a fala do convidado e as intervenções dos participantes iluminam a necessidade de pensar políticas e práticas que superem a lógica colonial, reconhecendo os sujeitos amazônidas como protagonistas na produção de saberes e na gestão do território.

A discussão sobre a exploração das florestas da Amazônia rondoniense avançou para o caso da Floresta Nacional do Bom Futuro, situada entre os municípios de Porto Velho, Ariquemes e Alto Paraíso. O convidado destacou que grande parte de sua área foi reduzida em razão de invasões, processo que, segundo a legislação, não deveria ser permitido. A professora participante complementou a reflexão lembrando que o Parque Estadual de Corumbiara, no sul do estado, também sofreu alterações em seus limites legais, possibilitando a permanência de fazendeiros em áreas originalmente destinadas à conservação. Para o convidado, tais processos estão relacionados não apenas a interesses econômicos e políticos, mas também à ausência de profissionais qualificados nos órgãos de controle ambiental, o que fragiliza a efetividade das políticas públicas de proteção ao meio ambiente.

Em seguida, a professora buscou aproximar a temática da realidade da turma do curso técnico integrado em informática, perguntando ao convidado sobre a importância da informática para a sustentabilidade na área florestal. O convidado, por sua vez, instigou os estudantes a refletirem sobre como poderiam contribuir com a preservação ambiental. Um dos participantes perguntou: “existe algum programa ou alguma coisa que possa fazer mapeamento ou ver desmatamento, algo desse tipo?” (Participante A). O convidado respondeu positivamente, ressaltando a dependência da Engenharia Florestal com o uso de ferramentas tecnológicas, como satélites, drones e softwares de geoprocessamento. A professora complementou relatando experiências realizadas no *campus*, em que a produção de mapas digitais por docentes habilitados em geotecnologias foi articulada a análises textuais sobre a geografia de Rondônia.

Esse diálogo demonstrou aos estudantes a relevância do seu curso na construção de soluções para os desafios ambientais, evidenciando que a informática

aplicada pode atuar como mediadora entre conhecimento científico, gestão territorial e práticas sustentáveis. O convidado ainda exemplificou o uso de softwares estatísticos que auxiliam na projeção da exploração madeireira em planos de manejo, evidenciando como a modelagem computacional se articula ao planejamento ambiental. Nesse momento, um estudante destacou que: “existe uma inteligência artificial generativa que você alimenta o banco de dados dela e ela identifica espécies por imagens de drone e até satélite” (Participante B). O mesmo estudante sugeriu a possibilidade de desenvolver modelos computacionais para prever queimadas, retomando a menção feita pelo convidado ao Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE). O convidado acrescentou que tais ferramentas permitem correlacionar desmatamento e queimadas com variáveis climáticas e políticas públicas, reforçando a importância da ciência de dados aplicada ao contexto amazônico.

A discussão também abrangeu os sistemas de imageamento por satélite e a dependência dos órgãos ambientais em relação a essas tecnologias. Entre os exemplos citados, destaca-se o uso de aplicativos de denúncia anônima de queimadas e desmatamento, desenvolvidos em Rondônia, mas atualmente inativos por falta de incentivo. Tal fato foi interpretado como indicativo da distância entre o potencial tecnológico disponível e as condições institucionais necessárias para sua continuidade.

Em síntese, o debate explicitou como a integração entre ciências ambientais e tecnologias da informação pode ampliar a formação dos estudantes da Educação Profissional e Tecnológica, aproximando-os de problemas concretos do território amazônico. Mais do que um recurso instrumental, a informática se revela como campo estratégico para a construção de soluções inovadoras e para o fortalecimento da gestão ambiental, evidenciando sua relevância na formação de sujeitos críticos e capazes de intervir nos desafios do desenvolvimento sustentável da Amazônia rondoniense.

Após a discussão inicial sobre a engenharia florestal, Carlos abriu espaço para tratar da agricultura, iniciando a conversa com a pergunta: “Vocês sabem o que é agricultura familiar?” Um participante respondeu que “é a atividade que uma certa família pratica e dessa atividade ela tira o sustento” (Estudante B). A partir dessa definição, a reflexão foi conduzida para a origem da alimentação cotidiana, momento em que a turma interagiu de maneira descontraída, com a observação de que “vem

do mercado”. A discussão avançou, então, para uma crítica ao agronegócio, com o convidado provocando: “O que o agronegócio produz?”. As respostas convergiram para milho e soja, evidenciando a centralidade das *commodities* na dinâmica de exportação brasileira.

Carlos destacou que os pequenos agricultores são os principais responsáveis pela produção dos alimentos que chegam às mesas, embora tenha reconhecido a importância econômica do agronegócio. Ressaltou ainda que o engenheiro florestal atua tanto no setor empresarial quanto no apoio à agricultura familiar. Para exemplificar, relatou a situação de pecuaristas leiteiros que recebem valores muito baixos das indústrias de laticínios, situação que compromete a sustentabilidade econômica de suas propriedades. Nesse contexto, segundo ele, a atuação técnica do engenheiro florestal é fundamental, pois pode contribuir para a diversificação produtiva. O cultivo de florestas plantadas ou frutíferas reduz a dependência desses pequenos produtores de grandes empresas, como laticínios e frigoríficos.

O debate foi enriquecido com a fala de um estudante, que compartilhou sua experiência de vida:

Eu morava no Urupá e vivíamos em seis pessoas lá, e como minha mãe não trabalhava fora, a gente dependia somente da renda do leite, quando o laticínio não passava ou acabava energia o leite estragava no tanque de refrigeração e a gente ficava sem dinheiro, quem mora no sítio depende muito dessa renda (Participante C).

Essa fala dialoga diretamente com outro eixo levantado pelo convidado: o cooperativismo. Nesse modelo, comunidades rurais se fortalecem por meio de associações e do trabalho coletivo, criando alternativas para enfrentar a vulnerabilidade econômica das famílias agricultoras. O convidado destacou que esse também é um campo de atuação do engenheiro florestal, que pode exercer o papel de corpo técnico no apoio à captação de recursos e na promoção de práticas sustentáveis que reforcem a autonomia comunitária.

A discussão avançou quando o pesquisador trouxe o exemplo de sua própria família, em que mulheres organizaram uma cooperativa no município de Ariquemes para o processamento de produtos agropecuários, como polpas de frutas, derivados de leite e frangos. Em continuidade, a professora participante mencionou “a cooperativa de mulheres cacauicultoras de Teixeiraópolis, que produzem e beneficiam o cacau, transformando-o em *nibs* chocolates” (Professora participante). Segundo a

professora, essa cooperativa esteve presente na Rondônia Rural *Show*, evento marcado pela centralidade do agronegócio rondoniense, mas que, apesar das contradições, abre espaço para a visibilidade de pequenos produtores por meio de cooperativas, associações e outras formas coletivas de organização.

Nesse diálogo, destacou-se o papel central das mulheres do campo na produção agroalimentar e na organização comunitária, reafirmando um protagonismo historicamente invisibilizado pelas narrativas hegemônicas. Foram discutidas experiências de produção de chocolates, sabonetes e queijos elaborados por mulheres, práticas que conciliam sustentabilidade, geração de renda e valorização da vida no campo. Tal perspectiva aproxima-se de uma leitura decolonial, na medida em que questiona a lógica concentradora do agronegócio e evidencia modos de produção que articulam saberes locais, práticas comunitárias e resistência frente às formas coloniais de exploração.

O convidado acrescentou que é possível desenvolver modelos produtivos sustentáveis baseados em frutíferas como café, cacau, castanha e açaí. Destacou, em especial, que o cacau rondoniense tem obtido reconhecimento nacional em premiações pela qualidade e pela sustentabilidade de sua cadeia produtiva. A discussão abrangeu ainda a crescente demanda do cacau no mercado global e a inserção de Rondônia nesse cenário, lembrando que, embora seja um fruto amazônico, o cacau ainda é pouco explorado na produção rondoniense, apresentando grande potencial de expansão. Além disso, foi ressaltado que o cultivo do cacau, ao se desenvolver bem em sistemas consorciados com florestas plantadas ou nativas, constitui alternativa estratégica contra o avanço do desmatamento.

A discussão sobre a cafeicultura em Rondônia foi introduzida pelo pesquisador, destacando que, apesar das limitações impostas pelas condições climáticas, o estado tem conquistado crescente reconhecimento nacional neste setor. Tal destaque decorre, sobretudo, da significativa participação de pequenas propriedades no cultivo e do avanço tecnológico, que possibilitou o desenvolvimento de variedades adaptadas às altas temperaturas características da Amazônia. Associada a essas inovações, a adoção de práticas sustentáveis de conservação do solo tem contribuído para o fortalecimento da produção, conferindo ao café rondoniense maior competitividade e visibilidade no cenário agrícola brasileiro.

Nessa perspectiva, a Educação Profissional e Tecnológica emerge como espaço privilegiado para articular ciência, tecnologia e saberes locais, promovendo a formação de sujeitos capazes de atuar em cadeias produtivas sustentáveis, fortalecendo cooperativas e associações, e problematizando os efeitos socioambientais do modelo agroexportador. Assim, a experiência compartilhada durante a discussão não apenas evidencia o potencial econômico do cacau e de outros cultivos, mas também aponta para a necessidade de uma educação que valorize práticas de resistência, protagonismo feminino e sustentabilidade, em sintonia com uma agenda crítica e decolonial.

Figura 30 - Roda de conversa com o acadêmico em Engenharia Florestal, Carlos Henrique.



Fonte: Autor, 2025

O encontro foi encerrado com uma provocação da professora participante ao convidado, para que ele contasse um pouco mais sobre sua história de vida acadêmica junto ao Instituto Federal. A professora justificou que a pergunta era um pouco intimista e que ele responderia apenas se quisesse. A pergunta foi: “Quem era o Carlos antes de vir pra cá, para o IFRO?” (Professora Participante).

Eu vim de uma realidade não muito boa, mas eu amava a escola. Minha mãe falava que, em casa, eu era muito atentado. Meu ensino fundamental foi todo assim: eu amava a escola e dava muito trabalho em casa. Mas foi uma professora, no nono ano, que me falou do IFRO. Ela fez todo mundo se

inscrever, mas eu perdi a inscrição. Comecei a estudar na Escola José Francisco, e as coisas por lá eram bem difíceis, mais do que hoje.

No ano seguinte eu quis me inscrever, e não era apenas enviar documentação e esperar a avaliação por currículo, era necessário realizar uma prova. Havia até vestibulinhos para preparar a gente para entrar no IFRO. Todo mundo me criticou porque eu já estava terminando o primeiro ano do ensino médio e, mesmo assim, queria ir para o IFRO. Eu iria perder um ano de estudos, mas mesmo assim eu fui. Naquela época o IFRO eram quatro anos, então seriam cinco anos de ensino médio no total. Eu disse: 'vou, contra a vontade de todo mundo, eu vou'.

Quando entrei aqui, o baque foi muito grande, porque o nível era muito diferente da escola em que eu estava. Eu reprovei no primeiro ano dentro do IFRO, e meu ensino médio durou, na verdade, seis anos. Mas eu não me arrependi. Dentro do IFRO eu tive contato com pessoas, conhecimento, eu fui bolsista, viajei. Pela primeira vez saí do estado de Rondônia. Fui para a praia pela primeira vez, através do IFRO. Eu fui para Porto Seguro. Fui em várias visitas técnicas para Porto Velho, Pimenta Bueno, Mato Grosso, São Paulo... tudo através do IFRO. Nunca tive essa condição financeira de poder sair daqui, nunca tinha saído de Ji-Paraná, entendeu? Então assim, o IFRO me proporcionou muitas coisas (Convidado).

A professora aproveitou o discurso de Carlos e perguntou a ele: “Como está seu currículo hoje?”

A resposta, em tom bem-humorado, foi:

Poderia estar melhor, porque desde a pandemia dei uma relaxada. Não me envolvi em nada, não quis saber de pesquisa e bolsas. Mas, assim, no técnico eu participei, fiz muito projeto, fiz muita publicação... No início da graduação, era bolsista e depois desisti. A gente dá uma desandada às vezes, mas, do ano passado pra cá, foquei totalmente na minha visão profissional. Faço cursos, capacitação... o que tiver, o que o IFRO oferecer de eventos que eu puder participar, eu vou (Convidado).

O relato de Carlos evidencia o potencial da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) como espaço de transformação social. Sua trajetória demonstra que o IFRO significou muito mais do que continuidade acadêmica, pois possibilitou acesso a experiências e culturais antes impensáveis, como bolsas, viagens e projetos.

Na perspectiva decolonial, sua fala revela como a EPT rompe com narrativas coloniais que historicamente limitaram o acesso da juventude amazônica a uma educação de qualidade. O "baque" ao ingressar no IFRO mostra as desigualdades estruturais, mas também reforça a importância de políticas que garantam permanência e sucesso estudantil.

O percurso do estudante evidencia ainda o caráter integral da EPT, articulando saberes técnicos, científicos e culturais. Mais do que preparar para o

trabalho, a formação ampliou horizontes de vida, fortalecendo autonomia e identidade acadêmica.


Sua trajetória, marcada por reprovações, pausas e retomadas, mostra que a formação não é linear, mas processual e de acordo com a realidade do sujeito. Esse aspecto reforça a necessidade de compreender a educação para além de visões utilitaristas, valorizando os sujeitos em suas realidades concretas.


Assim, a narrativa de Carlos ilustra como a EPT em Rondônia pode atuar de forma contra-hegemônica, reconhecendo as vozes e trajetórias locais e contribuindo para uma educação decolonial, que fortaleça a justiça social e rompa com narrativas hegemônicas impostas pelo capital.

4.5.1 Ferramenta KWHL no quarto encontro

Após o relato de Carlos e as reflexões suscitadas pelo diálogo com os participantes, foi realizado o preenchimento da ferramenta KWHL, que possibilitou organizar os conhecimentos prévios, as dúvidas, os aprendizados e as aplicações práticas decorrentes da discussão. Essa etapa se mostrou fundamental, pois permitiu sistematizar as percepções individuais e coletivas, dando visibilidade ao modo como os estudantes articularam suas experiências de vida com os conteúdos discutidos durante o encontro. A figura 31 traz um dos exemplos de preenchimento por um dos participantes.

Figura 31 - Folha da ferramenta KWHL preenchida por um dos participantes no quarto encontro


 Pesquisa Mestrado ProfePT – Professor Luciano Ferreira de França
 Nessa atividade você escreverá o que se pede dentro dos quadros. Importante, não é recomendado sua identificação nesse documento.
 INSTITUTO FEDERAL Rondônia Data: 05/02/2025

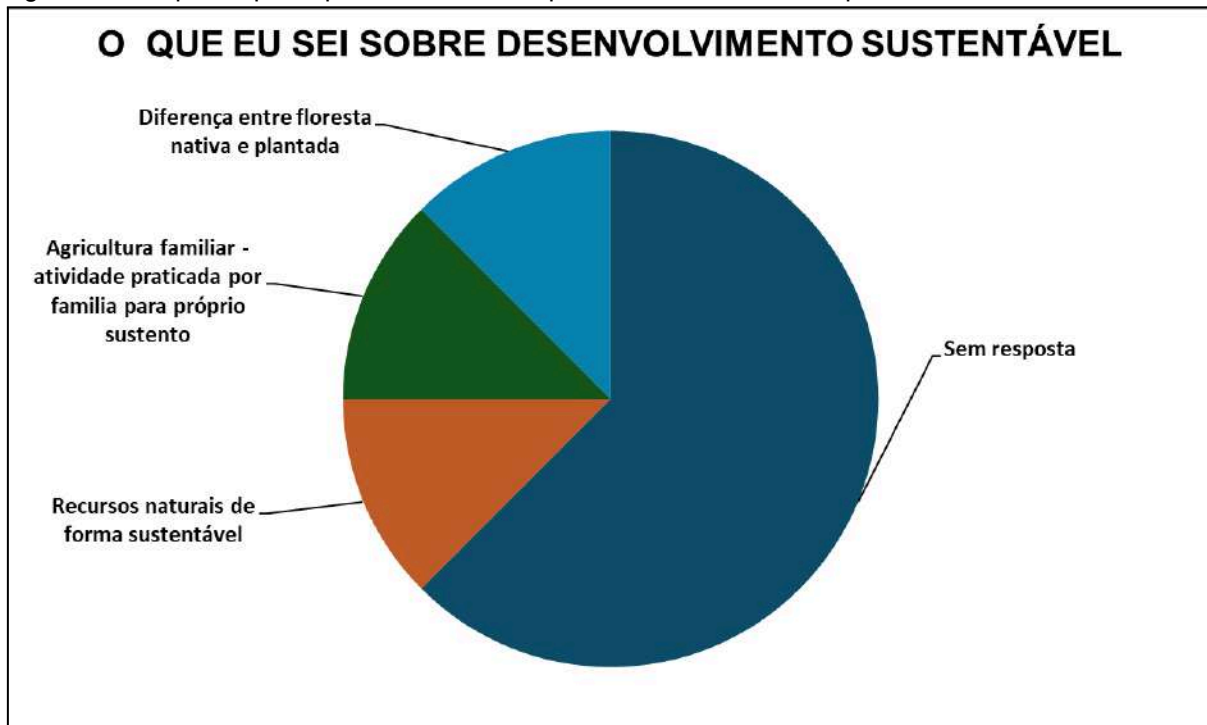

 PROFEPT

Geografia de Rondônia				
Temática	O que eu sei	O que eu quero saber	Como eu vou descobrir	O que eu aprendi
desenvolvimento sustentável Conservação da biodiversidade rondoniense Agricultura familiar Geração de emprego e renda	Sobre a floresta mata-ba: já vi da mata-ba, já vi a floresta plantada que nós mesmos plantamos.			Esse campo será preenchido após a conversa* O que aprendi sobre os plantamentos de mata-ba que trabalham com o gerenciamento de floresta. Ele ignora essa área e tem contato com a comunidade, costureira e usagreira e Protegida por lei.

Fonte: autor, 2025

As anotações dos participantes revelaram o impacto positivo dessa escuta como a proteção da castanheira - árvore símbolo de imponência na Amazônia rondoniense - e da seringueira, árvore de grande valor histórico para os rondonienses. Foi possível compreender sobre o uso de drones e satélites na avaliação e proteção ambiental, o manejo das florestas nativas e plantadas, e a relevância econômica da produção de café e alimentos por famílias agricultoras em Rondônia. Essas reflexões apontam para uma concepção profunda de desenvolvimento, em que o trabalho na Amazônia rondoniense não está dissociado da vida, da justiça socioambiental e da sustentabilidade.

Figura 32 - O que os participantes afirmaram que sabiam no início do quarto encontro.



Fonte: Respostas dos participantes da pesquisa. Autor, 2025

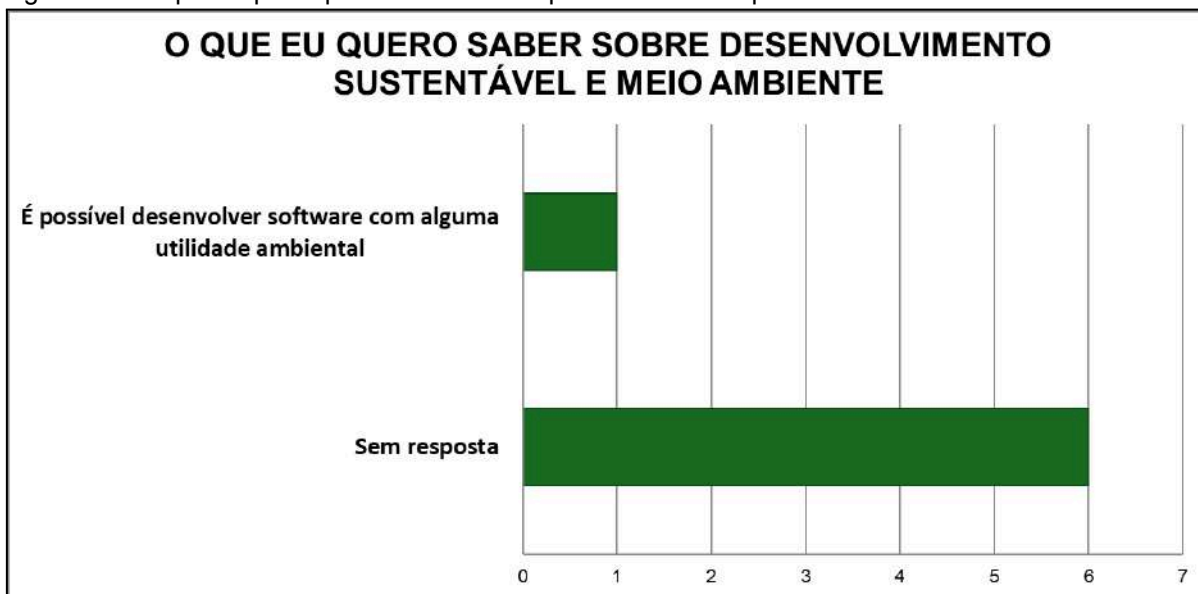
As respostas dos participantes neste item revelam uma predominância de silêncios: cinco estudantes não responderam, o que pode ser interpretado como indício de desconhecimento, mas também como reflexo de uma educação que historicamente marginalizou debates sobre sustentabilidade, agricultura familiar e manejo ambiental. Esse silêncio, pode também ser o que na perspectiva decolonial, representa o modelo eurocêntrico presente na educação, esse modelo despreza e anula conhecimentos como aqueles ligados à vida prática, comunitária e territorial. Portanto, desvalorizando-os frente ao saber científico hegemônico (Walsh, 2009).

Entre as respostas registradas, destacam-se três pontos: a menção ao uso sustentável dos recursos naturais, a valorização da agricultura familiar e o reconhecimento da diferença entre floresta nativa e plantada. Cada uma dessas colocações revela não apenas uma percepção ambiental, mas também um vínculo direto com práticas de vida e de trabalho que estruturam a realidade amazônica.

A referência à agricultura familiar é particularmente relevante no contexto da Educação Profissional e Tecnológica, pois conecta os conteúdos discutidos em sala à realidade socioeconômica de Rondônia, em que grande parte da produção agrícola está nas mãos de pequenos agricultores. Já o reconhecimento da diferença entre floresta nativa e plantada demonstra um olhar atento para os debates sobre conservação ambiental, fundamentais para a formação de profissionais comprometidos com a sustentabilidade.

Assim, integrar temas como agricultura familiar e sustentabilidade ao currículo significa aproximar a educação da vida concreta dos estudantes e promover uma formação que dialogue com os desafios históricos e socioambientais da Amazônia rondoniense.

Figura 33 - O que os participantes afirmaram querer saber no quarto encontro.



Respostas dos participantes da pesquisa. Autor, 2025

As respostas demonstram, mais uma vez, uma maioria de silêncios: seis estudantes não responderam. Esse dado reforça a necessidade de pensar a educação a partir de um viés decolonial, uma vez que, como destaca Catherine Walsh (2019), os processos de escolarização moldados pela lógica eurocêntrica muitas vezes não estimulam a curiosidade em torno das questões locais, tampouco

estabelecem conexões entre tecnologia, saber comunitário e sustentabilidade. O não responder, portanto, não pode ser visto apenas como ausência de interesse, mas como reflexo de um currículo historicamente alheio às demandas territoriais amazônicas.

A única resposta registrada — “É possível desenvolver software com alguma utilidade ambiental” — revela um potencial de diálogo inovador entre tecnologia e sustentabilidade. Essa inquietação mostra que os estudantes reconhecem a importância da informática não apenas como campo técnico, mas como ferramenta aplicada à vida real, capaz de monitorar, proteger e até recuperar espaços antropizados. Nesse sentido, a questão aponta para o que Santos (2010) denomina como ecologia de saberes, em que conhecimentos tecnológicos podem se articular aos saberes tradicionais, ampliando as formas de compreender e intervir na realidade dos sujeitos, neste caso os sujeitos amazônicos.

No contexto da EPT, essa demanda é especialmente significativa. Ela sugere que os cursos não devem se limitar à formação técnica dissociada da realidade social, mas precisam incorporar projetos de pesquisa e extensão voltados à criação de soluções tecnológicas para problemas ambientais e sociais locais. A indagação feita pelos participantes abre espaço para práticas pedagógicas interdisciplinares, que unem Ciência da Computação, Geografia e Ciências Ambientais, fortalecendo a formação de sujeitos críticos, criativos e comprometidos com a sustentabilidade e a justiça socioambiental na Amazônia rondoniense. Portanto, reforçando mecanismos que priorizem uma formação omnilateral na EPT.

No campo “Como vou descobrir”, nenhum dos participantes apresentou respostas, configurando 100% de ausência de preenchimento. Esse dado, que já havia se manifestado de forma significativa nos encontros anteriores, ganha relevância analítica porque evidencia uma dificuldade recorrente em formular caminhos investigativos.

Figura 34 - Perspectiva de como vão aprender sobre a temática no quarto encontro



Fonte: Respostas dos participantes da pesquisa. Autor, 2025

Na Educação Profissional e Tecnológica (EPT), esse vazio é ainda mais desafiador. A proposta dos Institutos Federais é justamente integrar ensino, pesquisa e extensão, possibilitando que os estudantes construam suas próprias estratégias de descoberta a partir de problemas concretos de suas experiências e locais vividos. O fato de não haver respostas, portanto, denuncia um descompasso entre o ideal da EPT e a prática efetiva, sugerindo que ainda é necessário fortalecer metodologias ativas, investigativas e interdisciplinares que instiguem os estudantes a enxergarem o “como descobrir” como parte essencial do processo de aprendizagem.

É relevante considerar, ainda, que a ausência de respostas pode estar relacionada tanto à dificuldade dos participantes em compreender a proposta da ferramenta quanto a possíveis limites na mediação realizada pelo pesquisador, especialmente neste último encontro.

Portanto, o quadro vazio não representa apenas uma lacuna pontual, mas um indicador pedagógico (ao pesquisador e docentes) e político (a instituição e demais atores) de que a EPT pode avançar no sentido de formar estudantes que não apenas aprendam conteúdos, mas que também sejam capazes de formular perguntas e caminhos para respondê-las, exercendo protagonismo no processo de produção do conhecimento.

O último item avaliado da ferramenta KWHL foi o que os participantes consideraram como aprendizagem durante o encontro. Quadro 8 apresenta uma síntese dos principais apontamentos realizados pelos participantes.

Quadro 8 - O que os participantes afirmaram que aprenderam no quarto encontro

O QUE EU APRENDI SOBRE O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	NÚMERO DE RESPOSTAS
Uso sustentável da madeira, exemplo: forno de padarias	5
Gerenciamento e manejo da floresta	5
Uso de tecnologias (informática, drones e satélites) para auxiliar no desenvolvimento sustentável	4
Agricultura familiar - próprio sustento através da produção de café, verduras, cacau, leite, etc	2
Avaliação do impacto ambiental	2
Castanheira e seringueira são protegidas por lei	2
Castanheira era bem explorada no passado	1
Alguns lugares não podem ter manejo florestal	1
2 tipos de floresta: nativa e plantada	1
Rondônia destaque em produção de café	1

Fonte: Respostas dos participantes da pesquisa. Autor, 2025

No último encontro, a partir da aplicação da ferramenta KWHL, os participantes registraram no item “O que aprendi” uma diversidade de conhecimentos relacionados ao manejo florestal, à agricultura familiar e às práticas de sustentabilidade em Rondônia. As respostas confluem para uma apropriação de conteúdos que dialogam diretamente com a realidade socioambiental da região, como a distinção entre os tipos de floresta (nativa e plantada), o reconhecimento da importância de projetos sustentáveis e a valorização da agricultura familiar enquanto estratégia de subsistência e produção diversificada.

Também foi destacado a importância de espécies como a castanheira e a seringueira, apontando tanto sua exploração no passado quanto sua proteção legal no presente. Além disso, os participantes indicaram a compreensão de práticas inovadoras ligadas ao uso de tecnologias (drones, informática e imagens de satélite) e à utilização sustentável da madeira em diferentes atividades econômicas.

Esse conjunto de aprendizagens revela que os participantes ampliaram sua percepção acerca da relação entre sociedade, natureza e economia, reconhecendo não apenas os desafios do manejo florestal, mas também as potencialidades da agricultura familiar e do uso responsável dos recursos naturais. Nesse sentido, observa-se que a atividade contribuiu para integrar conhecimentos sobre legislação, práticas sustentáveis e desenvolvimento regional, fortalecendo visões críticas sobre a Geografia da Amazônia rondoniense.

A partir dos escritos dos participantes, assim como nos encontros anteriores, foi possível desenvolver uma nuvem de palavras com os principais termos apontados nos registros da ferramenta KWHL.

Figura 35 - Nuvem de palavras com os principais termos escritos pelos participantes no quarto encontro.



Fonte: Autor, 2025

A nuvem de palavras demonstra os principais termos e conceitos destacados pelos participantes no exercício da ferramenta KWHL, refletindo suas percepções e compreensões sobre as relações entre sustentabilidade, uso da floresta e manejo ambiental. Palavras de maior destaque, como “Sustentável”, “manejo”, “floresta” e “gerenciamento”, revelam que os sujeitos passaram a atribuir centralidade à ideia de cuidado e gestão dos recursos naturais, sugerindo uma preocupação em articular preservação e uso racional do território amazônico. O termo “sustentável”, recorrente no conjunto, aponta para o desejo de conciliar práticas produtivas com o respeito ao meio ambiente, destacando a importância de um futuro que assegure equilíbrio entre sociedade e natureza.

Outros elementos presentes, como “produção”, “agricultura”, “café”, “cacau”, “seringueira” e “castanheira”, indicam o reconhecimento da diversidade de práticas produtivas da região e a valorização de culturas que historicamente estruturaram a economia amazônica. Quando analisados sob uma perspectiva decolonial, essas palavras sinalizam não apenas a reprodução de discursos sobre desenvolvimento sustentável, mas também o protagonismo dos saberes locais na construção de alternativas de manejo que resistem à lógica predatória do agronegócio e da monocultura.

A aparição de palavras como “tecnologias”, “gerenciamento” e “desenvolvimento” sugerem ainda o entendimento de que o conhecimento

técnico-científico pode ser um aliado para a implementação de práticas produtivas alinhadas aos saberes ancestrais. Nesse caso, a nuvem de palavras não deve ser vista apenas como um recurso ilustrativo, mas como um registro significativo das concepções dos participantes, evidenciando tanto suas inquietações quanto suas expectativas em relação à preservação e ao uso dos bens da natureza.

Essa experiência decolonial, partindo das vivências dos sujeitos, evidencia que a EPT, para cumprir sua função social que, por sua vez, é o trabalho como princípio educativo, deve portanto, reconhecer as desigualdades históricas, a diversidade epistêmica da realidade dos sujeitos e os conflitos territoriais. Sejam estes na Amazônia rondoniense ou em qualquer espaço do qual a EPT esteja presente. Como afirmam Frigotto (2006), Ciavatta (2005) e Ramos (2008), a EPT deve ser orientada pela formação omnilateral, ou seja, pela articulação entre cultura, trabalho, ciência e tecnologia, em diálogo com os sujeitos reais e seus territórios. Isso implica superar a lógica tecnicista e integrar aos processos formativos dimensões ético-políticas, culturais e históricas, especialmente no contexto rondoniense.

Encontro 5 (virtual) — Narrativas visuais sobre a Amazônia Rondoniense

Ao final dos quatro encontros de rodas de conversas e aplicação da metodologia KWHL, os estudantes participaram de uma oficina *online* de produção de mini documentários, com o objetivo de transformar os conhecimentos construídos ao longo da jornada em narrativas audiovisuais autorais. A proposta visou não apenas desenvolver competências técnicas, mas também estimular a criatividade, a leitura territorial e o pertencimento dos participantes à realidade amazônica.

No decorrer do encontro, o pesquisador apresentou exemplos de documentários voltados à temática da Amazônia rondoniense, os quais serviram como referência inicial para a atividade proposta. A partir dessa exposição, os participantes manifestaram suas próprias ideias quanto às temáticas a serem abordadas, exercendo autonomia tanto na escolha dos assuntos quanto na organização dos grupos de trabalho. Foi estipulado um prazo para a entrega do material final, e, ao longo do processo, a comunicação entre os participantes e o pesquisador ocorreu por meio de um grupo na plataforma *WhatsApp*, que

possibilitou o esclarecimento de dúvidas e o acompanhamento contínuo da produção. O período total destinado à elaboração dos mini documentários foi de 45 dias.

O primeiro vídeo, intitulado “A importância dos territórios indígenas em Rondônia”, apresenta um panorama sobre o papel histórico e contemporâneo dos povos originários na configuração cultural e ambiental de Rondônia. O material evidencia dimensões, como o direito à terra, a preservação da floresta e o respeito à ancestralidade e costumes dos povos originários. Essa escolha temática dialoga diretamente com as curiosidades manifestadas pelos participantes nas rodas de conversa, reforçando a relevância da questão indígena no processo formativo.

Figura 36 - Capa do vídeo sobre os territórios indígenas em Rondônia produzido pelos participantes.



Fonte: Participantes da pesquisa, 2025

A partir de uma perspectiva decolonial, o vídeo contribui para problematizar a lógica da colonialidade do poder (Quijano, 2005), que historicamente invisibilizou e subalternizou os saberes e modos de vida indígenas, reduzindo-os a obstáculos ao “progresso” ou à expansão econômica. Ao contrário, o protagonismo conferido aos povos originários pelos estudantes na produção do material evidencia uma ruptura com essa racionalidade eurocêntrica.

Nesse sentido, o trabalho dos participantes se aproxima da reflexão de Krenak (2019), para quem a defesa da terra e dos territórios indígenas é inseparável da defesa da própria humanidade. Ao reorganizar os materiais e produzir os vídeos, os estudantes superaram dificuldades de autonomia apontadas inicialmente, construindo não apenas conhecimento, mas também uma postura crítica diante da realidade. Assim, o processo educativo aqui descrito reafirma a potência da EPT

como espaço de formação omnilateral, capaz de integrar saberes acadêmicos e conhecimentos ancestrais.

O segundo grupo produziu o vídeo “A cultura e as festividades do Estado de Rondônia”, no qual são valorizadas expressões culturais, eventos regionais e elementos simbólicos que compõem a identidade rondoniense. A dimensão cultural da Amazônia rondoniense foi apresentada a partir de festivais como o Arraial Flor do Maracujá, a Festa Pomerana de Espigão do Oeste, a Festa do Divino em Costa Marques e o Festival Duelo da Fronteira em Guajará-Mirim. Ao reunir manifestações de diferentes origens os estudantes ressaltaram a pluralidade cultural que constitui a sociedade rondoniense.

Figura 37 - Capa do vídeo sobre a cultura e as festividades do estado de Rondônia produzido pelos participantes.



Fonte: Participantes da pesquisa, 2025

Essa produção assume relevância quando observada sob a ótica da colonialidade do saber (Mignolo, 2010; Quijano, 2005; Walsh, 2019), que historicamente deslegitimou as práticas ancestrais dos povos não europeus em favor de padrões eurocêntricos considerados “universais”. Ao trazer para o centro do debate as festividades e tradições de Rondônia, os participantes não apenas reconhecem a diversidade cultural amazônica, mas também a ressignificam como forma legítima de conhecimento e identidade coletiva.

Nesse movimento, a atividade se aproxima de uma pedagogia decolonial ao promover a valorização dos saberes locais e das experiências cotidianas que sustentam a vida. O vídeo, portanto, extrapola a dimensão descritiva das

festividades para se afirmar como gesto político-pedagógico, capaz de romper com a invisibilização cultural e afirmar a Amazônia rondoniense como espaço de diversidade, resistência e criação.

5 PRODUTO EDUCACIONAL

O produto educacional é o resultado da pesquisa desenvolvida no contexto da Amazônia Rondoniense, tendo como base as vivências e territorialidades dos sujeitos amazônidas, em especial um grupo de estudantes do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO), campus Ji-Paraná. Tem como intenção orientar as ações pedagógicas e institucionais no âmbito da Educação Profissional e Tecnológica (EPT), sugerindo a inserção de uma abordagem decolonial no ensino de Geografia da Amazônia rondoniense. A proposta busca a valorização do diálogo entre os sujeitos da pesquisa (estudantes) com os saberes tradicionais, as epistemologias não ocidentais e as experiências históricas de resistência dos povos originários, comunidades ribeirinhas e cidadãos periféricos, em consonância com as normativas legais e os princípios da omnilateralidade na EPT.

A finalidade do produto educacional é promover uma prática pedagógica crítica e contextualizada, que incentive o protagonismo estudantil e a reflexão sobre as relações entre território, cultura e meio ambiente. Além disso, busca ampliar o repertório didático dos docentes de Geografia, fornecendo subsídios para a articulação entre os conhecimentos científicos e os saberes tradicionais, em diálogo com a realidade amazônica.

O Instituto Federal de Rondônia (IFRO), enquanto instituição pública federal de educação, ciência e tecnologia, tem como premissa a formação integral e omnilateral, propondo uma formação para a classe trabalhadora para atuar no mundo do trabalho. Isso implica construir pontes concretas entre a ciência, os arranjos produtivos locais, a sala de aula, os currículos e os modos de vida local. Neste sentido, este trabalho propõe uma alternativa teórico-metodológica a ser incorporada no currículo e práticas pedagógicas, alinhadas à realidade da Amazônia rondoniense. Defende-se, aqui, uma formação omnilateral, crítica e emancipadora, comprometida com a transformação social e a valorização dos saberes locais que coexistem no espaço amazônico.

Do ponto de vista teórico, o produto fundamenta-se em autores da Educação Profissional e Tecnológica, como Frigotto (2005), Ciavatta (2005) e Ramos (2005), que defendem a formação integral e omnilateral; nos aportes da decolonialidade, a partir de Quijano (2005), Mignolo (2010) e Walsh (2019), que discutem a colonialidade do poder e do saber.

O PE foi aplicado no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO), Campus Ji-Paraná, junto a uma turma de 12 estudantes do curso técnico em Informática integrado ao Ensino Médio. As atividades envolveram quatro encontros presenciais e uma oficina online, em que foram utilizadas metodologias ativas, como a ferramenta KWHL, rodas de conversa e a produção de mini documentários, culminando na organização e disponibilização de conteúdos em um repositório *online*.

5.1 Avaliação do Produto Educacional

O Produto Educacional foi submetido a um processo de avaliação em duas etapas complementares: a primeira realizada pelos estudantes participantes da pesquisa e a segunda pelos docentes de Geografia do IFRO que aceitaram contribuir respondendo ao questionário. A aplicação da avaliação ocorreu por meio de um formulário *online*, elaborado na plataforma do *Google Forms*, que contemplou questões fechadas e, ao final, uma questão aberta para permitir a manifestação mais detalhada da percepção de cada um dos avaliadores.

O Quadro 5 apresenta as questões encaminhadas aos participantes da pesquisa, bem como as respostas registradas. Cabe destacar que, do total de 12 participantes, apenas 4 responderam à avaliação final, o que representa uma adesão parcial ao processo avaliativo.

Quadro 9. Avaliação do Produto Educacional pelos Participantes da Pesquisa

Questão	Estudante 1	Estudante 2	Estudante 3	Estudante 4
1. O uso das rodas de conversa ajudou você a participar mais ativamente das atividades e compartilhar suas opiniões?	SIM	SIM	SIM	SIM
2. A ferramenta KWHL facilitou a organização dos conhecimentos?	SIM	SIM	SIM	Parcialmente

3. Os encontros com convidados ampliaram sua visão sobre os temas discutidos?	SIM	SIM	SIM	SIM
4. Você considera que os temas trabalhados têm importância para compreender a realidade de Rondônia?	SIM	SIM	SIM	SIM
5. A produção dos mini documentários contribuiu para a aprendizagem criativa e prática?	SIM	SIM	SIM	Parcialmente
6. O uso de recursos digitais deixou as atividades mais interessantes?	SIM	SIM	SIM	SIM
7. O produto educacional ajudou a refletir sobre racismo, territorialidade e valorização dos saberes locais?	SIM	SIM	SIM	SIM
8. As discussões ajudaram a relacionar Geografia com o curso e o território onde vive?	Parcialmente	Parcialmente	SIM	Parcialmente
9. Esse tipo de atividade poderia ser aplicada mais vezes no ensino de Geografia da Amazônia rondoniense no IFRO?	SIM	SIM	SIM	SIM
10. O design do produto ajudou a deixar o material mais atrativo e fácil de compreender?	Parcialmente	SIM	SIM	SIM
11. De que forma o produto e a participação ajudaram na compreensão da Geografia de Rondônia?	“De todas as formas, aprendi muitas coisas sobre história e geografia de Rondônia de uma maneira dinâmica.”	“Pra mim que não tinha muita noção sobre o assunto, ajudou demais no meu desenvolvimento e na compreensão dos assuntos.”	“Me ajudou a aprender novos conteúdos e interagir com novas formas de ensino e esclarecer conteúdos que já dominava.”	“Procurar repertórios para realizar o roteiro do mini documentário acrescentou à didática entregue durante o minicurso.”

Fonte: Autor, 2025

A avaliação dos estudantes evidencia que o produto educacional teve alta aceitação e impacto positivo no processo de ensino-aprendizagem. Em quase todas as questões, a resposta predominante foi “SIM”, indicando que os métodos adotados (rodas de conversa, KWHL, encontros com convidados e produção de vídeos) foram

considerados eficazes e motivadores.

Um dos pontos de destaque é o reconhecimento da importância dos temas trabalhados para a compreensão da realidade da Geografia da Amazônia rondoniense. Os estudantes ressaltaram que o contato com convidados (ativista indígena, ribeirinho e estudante de Engenharia Florestal) ampliou suas visões de mundo e contribuiu para uma leitura mais crítica da Amazônia rondoniense.

A produção dos mini documentários foi considerada, na maioria, uma prática criativa e dinâmica, favorecendo o aprendizado prático e a autonomia. Contudo, alguns participantes avaliaram essa etapa apenas como “parcialmente satisfatória”, o que indica a necessidade de aprimorar o suporte técnico e didático para a realização dos vídeos.

No que se refere à integração com o curso e o território, três estudantes apontaram dificuldade parcial em estabelecer relações mais diretas entre o conteúdo de Geografia e suas formações específicas, o que sugere que essa dimensão pode ser melhor explorada em futuras aplicações.

Por fim, os depoimentos qualitativos demonstram que o produto educacional foi capaz de:

- Promover aprendizagens significativas em Geografia;
- Estimular novas formas de ensino e interação;
- Valorizar saberes locais e perspectivas decoloniais;
- Favorecer uma visão mais ampla da Geografia da Amazônia rondoniense.

Em síntese, a avaliação dos estudantes confirma que o produto educacional cumpriu seu papel de inovação metodológica e de valorização territorial, ao mesmo tempo em que evidencia ajustes necessários em relação à integração com os cursos técnicos integrados.

O Quadro 6 traz as percepções de avaliação dos docentes que se propuseram a avaliar o produto educacional, ao todo, 4 docentes de diferentes *campi* do IFRO preencheram o formulário.

Quadro 10. Avaliação do Produto Educacional pelos Docentes do IFRO

Questão	Docente 1	Docente 2	Docente 3	Docente 4
1. O produto educacional está alinhado com os objetivos formativos da EPT?	SIM	SIM	SIM	SIM

2. A proposta metodológica (rodas de conversa + KWHL + produção de vídeos) se mostra adequada ao Ensino Médio Integrado?	SIM	SIM	SIM	SIM
3. Os temas abordados (rios de Rondônia, povos indígenas, dinâmicas territoriais e sustentabilidade) dialogam com o currículo de Geografia na EPT?	SIM	SIM	SIM	SIM
4. O design do produto (organização do site, cores, imagens e recursos visuais) favorece a clareza das informações?	SIM	SIM	SIM	PARCIALMENTE
5. O design do produto educacional está adequado para ser replicado em outras turmas e contextos da EPT?	SIM	SIM	SIM	PARCIALMENTE
6. A metodologia favorece a valorização dos saberes locais e o diálogo intercultural, em uma perspectiva decolonial?	SIM	SIM	SIM	SIM
7. O produto educacional contribui para a valorização da Geografia da Amazônia rondoniense nos currículos da EPT?	SIM	SIM	SIM	SIM
8. A produção de mini documentários promoveu autonomia e criatividade no processo de aprendizagem?	SIM	SIM	SIM	SIM
9. De modo geral, o produto educacional contribui para fortalecer a formação omnilateral dos estudantes da EPT?	SIM	SIM	SIM	SIM
10. Você aplicaria essa proposta pedagógica em suas aulas de Geografia? Por quê?	“Achei a proposta muito interessante, amplia o conhecimento local e possibilita uma visão decolonial.”	“Dá voz aos protagonistas locais e considera sua visão de mundo.”	“Já aplico como forma de oportunizar produção criativa e dinâmica.”	“É uma ferramenta que possibilita leitura decolonial do mundo e da Amazônia.”

Fonte: Autor, 2025

A avaliação realizada pelos professores contribui para reforçar a pertinência e

relevância pedagógica do produto educacional desenvolvido. De forma geral, todos os docentes reconheceram que a proposta está alinhada aos objetivos da EPT, além de considerar que os temas abordados como os rios de Rondônia, povos indígenas, dinâmicas territoriais e sustentabilidade dialogam diretamente com o currículo da Geografia na EPT.

No aspecto metodológico, os professores validaram a escolha das rodas de conversa, da ferramenta KWHL e da produção de vídeos como estratégias adequadas ao Ensino Médio Integrado, destacando que tais práticas favorecem a participação ativa dos estudantes, a autonomia e a criatividade no processo de aprendizagem.

As ressalvas surgem em relação ao design do produto educacional. Um dos professores avaliou como “parcialmente adequado” a clareza da organização do site e sua possibilidade de replicação em outros contextos, indicando a necessidade de aperfeiçoamentos na interface, na organização visual e na acessibilidade dos recursos.

Os depoimentos qualitativos evidenciam que a proposta pedagógica é percebida como uma ferramenta decolonial, capaz de valorizar os saberes locais, dar voz aos protagonistas e possibilitar uma leitura do território amazônico. Um dos docentes ressaltou, inclusive, que já desenvolve práticas semelhantes, o que confirma a viabilidade de aplicação do produto no cotidiano escolar.

Em síntese, a avaliação docente mostra que o produto educacional possui consistência curricular, relevância social e inovação metodológica, ao mesmo tempo em que aponta desafios relacionados à sua apresentação visual. Essa combinação de validação e crítica construtiva contribui para o aprimoramento da proposta e para seu fortalecimento como recurso pedagógico aplicável à EPT.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa realizada evidenciou a importância da inserção da Geografia da Amazônia rondoniense nos currículos da EPT, de forma que os estudantes possam reconhecer-se como sujeitos históricos e territoriais. As rodas de conversa, o uso da ferramenta KWHL e a produção de mini documentários possibilitaram que os participantes não apenas mobilizassem seus conhecimentos prévios, mas também construíssem novas compreensões acerca dos rios, dos povos indígenas, das dinâmicas territoriais e das práticas sustentáveis na Amazônia rondoniense.

Os resultados demonstraram que, quando se valoriza os saberes locais e estabelece pontes entre o conhecimento científico e os conhecimentos ancestrais, o processo educativo assume maior importância aos sujeitos. Nesse sentido, a proposta pedagógica desenvolvida contribuiu para deslocar a centralidade de currículos, fortalecendo uma abordagem decolonial que reconhece a Amazônia como espaço de vida, conhecimentos e resistências.

Do ponto de vista da EPT, o estudo considerou que metodologias participativas, como a desenvolvida neste trabalho, contribuem para a formação omnilateral dos estudantes, articulando dimensões técnicas, culturais, sociais e ambientais. Esse movimento reforça o papel do Instituto Federal como espaço de inovação pedagógica e de compromisso com o desenvolvimento das comunidades no qual se insere.

As avaliações do Produto Educacional realizadas por docentes e discentes confirmaram a pertinência do produto educacional, destacando sua adequação metodológica, o diálogo com o currículo da Geografia e sua capacidade de promover a valorização dos saberes locais. Contudo, também se evidenciaram limites, como as dificuldades no preenchimento integral da ferramenta KWHL. Esses aspectos apontam para futuros aperfeiçoamentos da proposta.

Assim, conclui-se que a pesquisa reafirma a urgência de práticas pedagógicas decoloniais que não apenas denunciem a lógica de invisibilização dos saberes amazônicos, mas também anunciem caminhos para a construção de um currículo que reconheça a pluralidade de vozes, histórias e territórios. A aposta em uma educação omnilateral, representa não apenas um desafio, mas um horizonte de transformação para a Educação Profissional e Tecnológica.

Registra-se que, encerrar esta pesquisa não significa concluir um caminho,

mas abrir novas possibilidades de reflexão e ação. A experiência com os estudantes revelou que a Amazônia rondoniense necessita ser reconhecida em sua complexidade, não apenas como objeto de estudo, mas como território vivo, habitado por povos, culturas e memórias que resistem às forças históricas de silenciamento.

Portanto, permanece a convicção de que práticas educativas decoloniais são sementes lançadas no chão amazônico, as quais, ao germinar, podem transformar como pensamos o ensino, o território, a existência e a resistência dos povos.

REFERÊNCIAS

AOOD, Maria Helena; ABREU, Waldir; DIAS, Alder de Sousa. Pedagogias decoloniais, decolonialidade e práticas formativas na Amazônia. In: ABREU, Waldir Ferreira de; OLIVEIRA, Damião Bezerra (Org.). **Decolonizar a formação de professores na Amazônia: uma possível agenda de trabalho**. Curitiba: CRV, 2021.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BARRÍA MANCILLA, Claudio Andrés. **Pela poética de uma pedagogia do Sul: diálogos e reflexões em torno de uma filosofia da educação descolonial desde a cultura popular da Nossa América**. 2014. 233 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal Fluminense, Faculdade de Educação, Niterói, 2014.

BARRÍA MANCILLA, Claudio Andrés. **Geopoética dos sentidos, a/r/tografia e o patrimoniável em chave descolonial: por uma poética do Sul**. Revista Poïésis (Niterói), v. 20, n. 34, DOI:10.22409/poiesis.v20i34.38312, 2019. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/poiesis/article/view/38312>. Acesso em: 13 ago. 2025.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Pesquisa participante**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

BRASIL. Ministério da Educação. **Centenário da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica**. Brasília: MEC/SETEC, 2009.

CAMPELLO, Ana Margarida. "Cefetização" das Escolas Técnicas Federais-Projetos em disputa, nos anos 1970 e nos anos 1990. **Educação & Tecnologia**, [S.l.], v. 12, n. 1, fev. 2011. ISSN 2317-7756. Disponível em: <https://www.periodicos.cefetmg.br/index.php/revista-et/article/view/92>. Acesso em: 09 ago. 2025.

CARELLI, Vincent (diretor). **Corumbiara** [Documentário]. Brasil: Vídeo nas Aldeias, 2009.

CASTRO-GÓMEZ, S.; GROSGOQUEL, R. (Org.). **El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global**. Bogotá: Siglo del Hombre Editores, 2007.

CIAVATTA, Maria. A formação integrada: a escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade. **Revista Trabalho Necessário**, v. 3, n. 3, 6 dez. 2005. DOI: 10.22409/tn.3i3.p6122. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/6122>. Acesso em: 14 ago. 2025.

CHOMA, Jeferson Luiz. **Os saberes do camponês da floresta: modo de vida, conflitos e etnoconhecimento seringueiro na RESEX Chico Mendes (AC)**. 2018. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018. doi:10.11606/D.8.2019.tde-16042019-140522. Acesso em: 20 jun. 2025.

CIAVATTA, M. O ensino integrado, a politécnica e a educação omnilateral. Por que

lutamos? **Trabalho & Educação**, Belo Horizonte, v. 23, n. 1, p. 187–205, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/trabedu/article/view/9303>. Acesso em: 21 mai. 2025.

CONDE, F. M. Instituto federal de educação, ciência e tecnologia de Rondônia: o processo de constituição. In. OLIVEIRA, R. T. C.; CONDE, E. I. L. M.; CONDE F. M. (Orgs). **Seminários Regionais da ANPAE N° 03** Campo Grande/MS: Universidade Católica Dom Bosco. ISSN 2595-5705, 2018.

CRUZ, Teresa Almeida. O processo de formação das comunidades quilombolas do Vale do Guaporé. In: **Anais do XXVII Simpósio Nacional de História da ANPUH**, 2013. Disponível em: https://snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1363526533_ARQUIVO_COMUNIDADESQUILOMBOLAS1.pdf. Acesso em: 21 de Jun. 2025.

DE OLIVEIRA, IVANILDO; PIFFER, CARLA; SCHMITT SIQUEIRA GARCIA, Denise. A Transnacionalidade do Rio Madeira. **Revista Jurídica da Amazônia**, Porto Velho, Brasil, v. 1, n. 1, p. 135–157, 2024. DOI: [10.63043/rja.v1i1.63](https://doi.org/10.63043/rja.v1i1.63). Disponível em: <https://revista.mpro.mp.br/amazonia/article/view/63>. Acesso em: 25 ago. 2025.

DIAS, Alder de Sousa; ABREU, Waldir Ferreira de. **Contribuições da pós-graduação brasileira em educação às pedagogias decoloniais**. Revista Teias, Rio de Janeiro, v. 23, n. 71, p. 396–413, 2022. DOI: [10.12957/teias.2022.69360](https://doi.org/10.12957/teias.2022.69360). Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistateias/article/view/69360>. Acesso em: 13 ago. 2025.

DUSSEL, Enrique. **Ética da libertação na idade da globalização e da exclusão**. Petrópolis: Vozes, 2000.

FANON, Frantz. **Os condenados da terra**. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2022.

FAPESP – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo. **A Amazônia na rota das especiarias**. Revista Pesquisa FAPESP, São Paulo, ed. 308, abr. 2021. Disponível em: <https://revistapesquisa.fapesp.br/a-amazonia-na-rota-das-especiarias/>. Acesso em: 03 ago. 2025.

FELZKE, L. F.; PAULA, J. M. (Org.); HELBEL, D. F. (Org.); MACIEL, G. S. A. (Org.). **História e espaço da região central de Rondônia**. 01. ed. Porto Velho: Temática, 2021. 177p.

FERDINAND, Malcom. **Uma ecologia decolonial: pensar a partir do mundo caribenho**. São Paulo: Ubu, 2022.

FERREIRA, A. C. Colonialismo, capitalismo e segmentaridade: nacionalismo e internacionalismo na teoria e política anticolonial e pós-colonial. **Revista Sociedade e Estado**. Vol. 29 N.1, 2014.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e Trabalho**: bases para debater a Educação Profissional Emancipadora. Perspectiva, Florianópolis, v. 19, n. 1, p. 71–87, jan./jun. 2001. Disponível em: https://www.feis.unesp.br/.../04_frigotto.pdf. Acesso em: 14 ago. 2025.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. **Ensino médio integrado**: concepção e contradições. São Paulo: Autores Associados, 2005.

FRIGOTTO, G. A educação profissional e tecnológica no Brasil: A batalha entre o capital e o trabalho na história das políticas públicas. **Revista Brasileira de Educação**, 11(32), 85-103, 2006. <https://doi.org/10.1590/S1413-24782006000100006>

FRIGOTTO, Gaudêncio. **A relação da educação profissional e tecnológica com a universalização da educação básica**. Educação & Sociedade, Campinas, v. 28, n. 100 (Especial), p. 1129–1152, out. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/ghLJpSTXFjJW7nWBSnDKhMb/>. Acesso em: 9 ago. 2025.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e a crise do capitalismo real**. 6. ed. São Paulo: Cortez; Autores Associados, 2010. 240 p. ISBN 978-8524916168.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação Profissional, Trabalho e Transformação Social**. São Paulo: Cortez, 2011.

G1 – RONDÔNIA. **Vila de Teotônio em Porto Velho**: fotos e vídeos. G1, Rondônia, 8 maio 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/ro/rondonia/noticia/2023/05/08/vila-de-teotonio-em-porto-velho-fotos-e-videos.ghtml>. Acesso em: 23 ago. 2025.

GOMES, Suzantônia A. Z. et al. **Território e políticas públicas**: um percurso de Educação Permanente. Interações (Campo Grande), São Paulo, v. 28, n. 2, p. 1-20, jul./set. 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/inter/a/TTzwV8kXhSmTJj7XxRB5mHj/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 4 ago. 2025.

GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA. Município de Urupá herdou nome de rio e de um povo indígena extinto no início do século 20. Portal do Governo de Rondônia, 20 abr. 2021. Disponível em: <https://rondonia.ro.gov.br/municipio-de-urupa-herdou-nome-de-rio-e-de-um-povo-indigena-extinto-no-inicio-do-seculo-20/>. Acesso em: 01 ago. 2025.

GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA – SETUR. Cachoeira 02 de Novembro – Machadinho do Oeste. Rondônia Tem Turismo – Secretaria de Estado do Turismo, [s.l.], [s.d.]. Disponível em: <https://rondoniatemturismo.ro.gov.br/AtrativoTuristico/Detailar/1240>. Acesso em: 15 ago. 2025.

HENRIQUES, I. C. **Colonialismo e história**. Centro de estudos sobre a África, Ásia e América Latina, 2015.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Cidades. Disponível em: ><https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados>< . Acesso em: 21 mai. 2025.

IFRO. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia. **Plano de desenvolvimento institucional do IFRO**. Disponível em: <https://portal.ifro.edu.br/pdi-2023-2027>. Acesso em: 25 mai. 2025.

KRENAK, A. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

KUENZER, Acácia Zeneida. A reforma do ensino técnico no Brasil e suas consequências. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 20, p. 365–383, jul. 1998. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/ensaio/v06n20/v06n20a03.pdf>. Acesso em: 14 ago. 2025.

LUGONES, María. **Colonialidade e gênero**. Tabula Rasa, n. 9, p. 73-102, jul./dez. 2008. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=39600906>. Acesso em: 9 ago. 2025.

LAMOSA, Rodrigo de Azevedo Cruz. **Educação e agronegócio: a nova ofensiva do capital nas escolas públicas**. Curitiba: Appris, 2016.

MACHADO, Lucília Regina de Souza. A Politecnia Nos Debates Pedagógicos Soviéticos das Décadas de 20 e 30. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, [S. l.], v. 1, n. 18, p. e9575, 2020. DOI: 10.15628/rbept.2020.9575. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/9575>. Acesso em: 14 ago. 2025.

MACURAP, A. (Org.); MACURAP, A. (Org.); JABOTI, A. (Org.); JABOTI, A. (Org.); CANOE, F. (Org.); MACURAP, M. (Org.); GOMIDE, M. L. C. (Org.). **Nosso território, nossa terra indígena. T.i. Rio Branco e T.I. rio Guaporé**. 1. ed. Juiz de Fora: Agência 909, 2018. v. 100. 40p .

MALDONADO-TORRES, N. Sobre la colonialidad del ser: contribuciones al desarrollo de un concepto. In: CASTRO-GÓMEZ, S. & GROSGOQUEL, R. **El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global**, Bogotá. Siglo del Hombre Editores; Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos, Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar. 2007

MANACORDA, M. A. **Marx e a pedagogia moderna**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1990.

MIGNOLO, W. **Desobediência epistêmica: retórica de la modernidad, lógica de la colonialidad y gramática de la descolonialidad**. Ediciones del signo, Argentina, 2010.

MIGNOLO, Walter. **Desobediência epistêmica**: a opção descolonial e o significado de identidade em política. Cadernos de Letras da UFF, Niterói, n. 39, p. 287–324, 2010. Disponível em: https://professor.ufop.br/sites/default/files/tatiana/files/desobediencia_epistemica_mignolo.pdf : 23 de Maio de 2025.

MIGNOLO, Walter D. **The darker side of western modernity**: global futures, decolonial options. Durham: Duke University Press, 2011.

MIGNOLO, W. D. Colonialidade: o lado obscuro da modernidade. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 19, n. 45, p. 18-48, jan./abr. 2017.

MOIZÉS, Brenna da Conceição; MITIDIERO JUNIOR, Marco Antonio. Território e política no Brasil: expansão capitalista e mercantilização da natureza no Brasil do século XXI. Revista Campo-Território, Uberlândia, v. 15, n. 39 Dez., p. 371–390, 2020. DOI: 10.14393/RCT153920. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/60867>. Acesso em: 20 jun. 2025.

MOREIRA, Ruy. **A formação espacial brasileira**: contribuição crítica aos fundamentos espaciais da geografia do Brasil. Rio de Janeiro: Contexto, 2020.

MOURA, Dante Henrique. **Educação Profissional e Tecnológica no Brasil**: desafios e perspectivas. Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica, v. 1, n. 1, p. 7-22, 2008.

MOURA, Dante Henrique. **Trabalho e formação docente na educação profissional** [recurso eletrônico]. Curitiba: Instituto Federal do Paraná, 2014. (Coleção formação pedagógica; v. 3).

MOURA, D. H. Educação Básica e Profissional no PNE (2014-2024): Avanços e contradições. **Retratos da Escola**, [S. l.], v. 8, n. 15, p. 353–368, 2015. DOI: 10.22420/rde.v8i15.446. Disponível em: <https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/446>. Acesso em: 14 ago. 2025.

NAVARRO, Eduardo de Almeida. **Dicionário de tupi antigo**: a língua indígena clássica do Brasil. 2. ed. São Paulo: Global, 2013.

NEVES, Josélia Gomes. **Cultura escrita em contextos indígenas**. 2009. 369 f. Tese (Doutorado em Educação Escolar) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista (UNESP), Campus de Araraquara, 2009. Disponível em: <http://acervodigital.unesp.br/handle/11449/101579>. Acesso em: 15 Jun. 2025.

NEVES, Eduardo Góes; WATLING, Jennifer; ALMEIDA, Fernando Ozorio de. A arqueologia do alto Madeira no contexto arqueológico da Amazônia. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, v. 15, n. 2, p. e20190081, 2020.

NEVES, P. C. dos S.; PINTO, L. R. **O início da abertura de cursos técnicos**

integrados: Um guia orientador. Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Paraná, 2019. Disponível em: <http://educapes.capes.gov.br/handle/capes/553965> Acesso em: 25 mai. 2025.

OGLE, Donna. **K-W-L: A Teaching Model That Develops Active Reading of Expository Text.** *The Reading Teacher*, 39(6), 564–570, 1986.

PACHECO, Eliezer Moreira. **Os Institutos Federais: uma revolução na educação profissional e tecnológica.** Natal: IFRN, 2010.

PAULA, J. M. de. **A galera do ensino médio faz pesquisa sim: a iniciação científica no ensino médio profissionalizante.** 1 ed. Porto Velho: Temática, 120p, 2020.

PORTAL RUL – A MELHOR INFORMAÇÃO. Beira Rio Cultural é oficialmente entregue à população de Ji-Paraná. RUL – A melhor informação, [s.l.], 07 fev. 2020. Disponível em: <https://rul.com.br/noticias-detelhes.php?cod=18821>. Acesso em: 01 ago. 2025.

PORTAL RUL – A MELHOR INFORMAÇÃO. Grade de proteção instalada no Beira Rio em Ji-Paraná. RUL – A melhor informação, Ji-Paraná, 2025. Disponível em: <https://rul.com.br/noticias/geral/grade-de-proteo-instalada-no-beira-rio-em-ji-paran/20989>. Acesso em: 01 ago. 2025.

PORTAL RUL – A MELHOR INFORMAÇÃO. Beira Rio Cultural em Ji-Paraná nos anos 90. RUL – A melhor informação, [s.l.], 2025. Disponível em: <https://rul.com.br/noticias-detelhes.php?cod=19328>. Acesso em: 01 ago. 2025.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **A globalização da natureza e a natureza da globalização.** 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

QUIJANO, Aníbal. Coloniality and power, eurocentrism and Latin America. **Nepantla: Views from South**, v. 1, n. 3, p. 533–580, 2000.

QUIJANO, A. Colonialidad del poder y clasificación social. **Journal of world-systems research**, v. 11, n. 2, 2000, p. 342-386.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, E. (Org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais – Perspectivas latino-americanas.** Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 117-142.

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina.** Buenos Aires: CLACSO, 2005. Disponível em: <https://biblioteca-repositorio.clacso.edu.ar/handle/CLACSO/1022>. Acesso em: 09 Maio de 2025.

RAMOS, Marise Nogueira. Educação profissional e tecnológica no Brasil: uma trajetória histórica com base na legislação educacional. In: FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. N. (Org.). **Ensino médio integrado: concepções e contradições.** São Paulo: Autores Associados, 2008. p. 51-86.

RAMOS, Marise Nogueira. Reforma da educação profissional: contradições na disputa por hegemonia no regime de acumulação flexível. **Trabalho, Educação e Saúde**, São Paulo, v. 5, n. 3, p. 545–558, nov. 2007/fev. 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tes/a/wHKGs8ZFRthbvfZdzgmFCmG/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 ago. 2025.

SANTOS, Antônio Bispo dos. **A terra dá, a terra quer**. São Paulo: Ubu Editora, 2023.

SANTOS, Boaventura de Souza. **A crítica da razão indolente**: contra o desperdício da experiência. São Paulo: Cortez, 2000.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A crítica da razão indolente**: contra o desperdício da experiência. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2002, p. 197-224

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A gramática do tempo**: para uma nova cultura política. São Paulo: Cortez, 2006.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. in: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENEZES, Maria Paula (org.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010. p. 31-83.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. 1. ed. São Paulo: Hucitec, 1993.

SANTOS, Milton. **O retorno do território**. São Paulo: Hucitec, 1994.

SANTOS, Milton S.; **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. 6 ed. Rio de Janeiro: Record, 236p, 2001.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço**: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SANTOS, V. M.; **Notas desobedientes**: decolonialidade e a contribuição para a crítica feminista à ciência. Universidade Federal de Pernambuco, Recife/PE, Brasil, 2018.

SAVIANI, Dermeval. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. In: SAVIANI, Dermeval. **Educação**: do senso comum à consciência filosófica. São Paulo: Autores Associados, 2007.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia**. Edição comemorativa. Campinas: Autores Associados, 2008.

SILVA, Edineide; AMARAL, Diego. **Metodologias ativas no ensino de Geografia**: a aplicação do KWHL em escolas da Amazônia Legal. *Revista Geosaberes*, 2020.

SILVA, R. G. da C., & CONCEIÇÃO, F. S. da. Agronegócio e campesinato na amazônia brasileira: transformações geográficas em duas regiões nos estados de Rondônia e Pará. **Geographia**, 2018. 19(41), 67-85. Disponível em:

<https://doi.org/10.22409/GEOgraphia2017.v19i41.a13819> Acesso em: 25 mai. 2025.

THÉRY, Hervé. Rondônia: imagens da antropização do território 1984-2020.

Confins: Revista Franco-Brasileira de Geografia, São Paulo, n. 55, 2022.

Disponível em: <https://journals.openedition.org/confins/45540>. DOI:

10.4000/confins.45540. Acesso em: 15 ago. 2025.

TONIAL, Felipe Augusto Leques; MAHEIRIE, Kátia; GARCIA JR, Carlos Alberto Severo. A resistência à colonialidade: definições e fronteiras. **Rev. Psicol.** UNESP, Assis, v. 16, n. 1, p. 18-26, jun. 2017. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-9044201700010002&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 29 jun. 2025.

WALSH, Catherine. Interculturalidad y colonialidad del poder. Un pensamiento y posicionamiento “otro” desde la diferencia colonial. In: CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GROSGUÉL, Ramón (orgs.). **El giro decolonial**: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global. Bogotá: Siglo del Hombre Editores; Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos; Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar, 2007. Disponível em:

<http://observatorioedhemfoc.hospedagemdesites.ws/observatorio/wp-content/uploads/2020/09/El-giro-decolonial-1.pdf>. Acesso em: 11 ago. 2025.

WALSH, Catherine. **Interculturalidade, Estado, Sociedade**: Lutas (de)coloniais de nossa época. São Paulo: Pólen, 2009.

WALSH, Catherine. Interculturalidade e decolonialidade do poder: um pensamento e posicionamento “otro” a partir da diferença colonial. **Revista Eletrônica da Faculdade de Direito de Pelotas**, Pelotas, v. 5, n. 1, 2019. DOI:

10.15210/rfdp.v5i1.15002. Disponível em:

<https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/revistadireito/article/view/15002>. Acesso em: 11 ago. 2025.

ANEXO A – PARECER DE APROVAÇÃO DA PESQUISA JUNTO AO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA (CEP)

INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA DE RONDÔNIA -
IFRO



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: A GEOGRAFIA DA AMAZÔNIA RONDONIENSE EM UMA PERSPECTIVA DECOLONIAL NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA (EPT).

Pesquisador: LUCIANO FERREIRA DE FRANÇA

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 81573024.7.0000.5653

Instituição Proponente: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA DE

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 7.182.265

Apresentação do Projeto:

Trata-se de um protocolo de segunda versão do Programa de Mestrado em Rede Nacional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT). O estudo consiste em investigar os impactos do ensino de Geografia da Amazônia Rondoniense em uma perspectiva decolonial para estudantes da Educação Profissional e Tecnológica (EPT). O estudo propõe analisar como essa abordagem pode contribuir para desconstruir narrativas hegemônicas e valorizar epistemologias plurais, promovendo a omnilateralidade dos sujeitos. A pesquisa será realizada com cerca de 20 estudantes do segundo ano do curso técnico em Informática integrado ao ensino médio no IFRO, campus Ji-Paraná. O método a ser utilizado, é baseado em pesquisa qualitativa com abordagem de estudo de caso. A coleta de dados será realizada por meio de entrevistas semi-estruturadas, aplicação da ferramenta KWHL, observação participante e análise documental. A partir dos dados poderão empregar a abordagem decolonial análise com enfoque nas vozes e experiências dos sujeitos marginalizados.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário

Propor a articulação de ensino de Geografia da Amazônia Rondoniense em uma perspectiva

Endereço: Sala do Comitê de Ética em Pesquisa - Andar Térreo - Reitoria Censipam
Bairro: Aeroporto **CEP:** 76.803-260
UF: RO **Município:** PORTO VELHO
Telefone: (69)2182-9611 **Fax:** (69)99337-0033 **E-mail:** cepi@ifro.edu.br

INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA DE RONDÔNIA -
IFRO



Continuação do Parecer: 7.182.265

decolonial na EPT para estudantes dos segundos anos do ensino médio técnico em Informática no IFRO campus Ji-Paraná/RO.

Objetivo Secundário:

- Identificar o que os estudantes conhecem acerca do tema da Geografia da Amazônia rondoniense a partir das vozes subalternizadas.
- Compreender os interesses dos estudantes em relação à Geografia da Amazônia rondoniense.
- Proporcionar a discussão de temáticas em Geografia da Amazônia rondoniense, a partir do ponto de vista dos sujeitos invisibilizados pela literatura oficial.
- Criar plataforma digital com material audiovisual sobre Geografia da Amazônia rondoniense em uma perspectiva decolonial.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos: "Na abordagem decolonial alguns riscos serão considerados, tais como, os sujeitos poderão apresentar em certa medida, resistências na desconstrução dos padrões e narrativas dominantes da história que foram internalizadas ao longo de sua vida. A pesquisa qualitativa decolonial poderá envolver a discussão de temas e problemáticas sensíveis relacionados à colonização, marginalização dos sujeitos, opressão e desigualdade. É possível que ocorra algum desconforto emocional e provocando conflitos de ideias entre os participantes, especialmente se houver visões e experiências diferentes a partir da realidade dos sujeitos. Nesse contexto, é importante considerar estratégias de cuidado emocional para lidar com eventuais desconfortos e conflitos de ideias entre os participantes, procurando criar um ambiente de diálogo respeitoso e acolhedor".

"A quebra de sigilo é um risco inerente à pesquisa, para mitigar esses riscos, serão implementados protocolos de segurança de dados, assegurando que apenas os pesquisadores envolvidos tenham acesso às informações de formulários e demais dados gerados na pesquisa. Tais medidas visam preservar a confiança entre o pesquisador e os participantes, garantindo um ambiente seguro para a geração de dados e incentivando a contribuição contínua dos

Endereço: Sala do Comitê de Ética em Pesquisa - Andar Térreo - Reitoria Censipam
Bairro: Aeroporto **CEP:** 76.803-260
UF: RO **Município:** PORTO VELHO
Telefone: (69)2182-9611 **Fax:** (69)99337-0033 **E-mail:** cepi@ifro.edu.br

INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA DE RONDÔNIA -
IFRO



Continuação do Parecer: 7.182.265

sujeitos para a pesquisa".

"O quadro a seguir apresenta os principais riscos potenciais e medidas mitigadoras que serão adotadas para minimizá-los.

Riscos Potenciais: Desconforto ou embaraço ao enfrentar questionamentos delicados ou sensíveis.

Medidas mitigatórias: - Possibilidade de optar por não responder perguntas que sejam consideradas sensíveis ou que provoquem desconforto; - Possibilidade de deixar de participar da pesquisa a qualquer momento.

Riscos Potenciais: Discriminação e estigmatização a partir do conteúdo revelado. Medidas mitigatórias: - Não compartilhamento das informações com terceiros;

- Apresentação das informações de modo agregado, preservando-se a identidade dos respondentes.

Riscos Potenciais: Risco de ter seus dados confidenciais acessados e utilizados de forma prejudicial

Medidas mitigatórias: - Garantia de sigilo e anonimato das fontes; - Não compartilhamento das informações com terceiros; - Apresentação das informações de modo agregado, preservando-se a identidade dos respondentes; - Armazenamento das informações em HD externo, de acesso exclusivo pelo pesquisador, o qual será mantido em local seguro e protegido; - Destruição dos arquivos após cinco anos de finalização da pesquisa.

Benefícios da pesquisa

"Abordar a geografia da Amazônia, especialmente de Rondônia a partir de uma cosmovisão decolonial permitirá aos estudantes analisarem criticamente a história e as formas de dominação impostas até mesmo nas raízes do conhecimento científico. Isso poderá gerar consciência ampla sobre os mecanismos de marginalização de povos da Amazônia ao longo do processo de exploração. O empoderamento e engajamento dos estudantes também serão beneficiados, através da participação ativa na pesquisa. Os sujeitos terão a oportunidade de compartilhar, expressar e engajar-se em reflexões e troca de experiências. Assim, outro importante benefício é a valorização da diversidade, identidade e inclusão de

Endereço: Sala do Comitê de Ética em Pesquisa - Andar Térreo - Reitoria Censipam
Bairro: Aeroporto **CEP:** 76.803-260
UF: RO **Município:** PORTO VELHO
Telefone: (69)2182-9611 **Fax:** (69)99337-0033 **E-mail:** cepi@ifro.edu.br

Página 03 de 09

Continuação do Parecer: 7.182.265

temas sociais que a decolonialidade destaca a partir da visão subalterna. Com isso, almeja-se o respeito mútuo, permitindo a valorização das diferentes formas de conhecimentos".

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Através da análise dos documentos constantes neste protocolo foram realizadas as seguintes considerações:

1. OBJETIVOS: São claros e exequíveis.

2. RISCOS E BENEFÍCIOS: Os benefícios superam os riscos.

3. ABORDAGEM AOS PARTICIPANTES: Não foram incluídas informações sobre a forma de abordagem dos participantes da pesquisa. Conforme o artigo 6º da Resolução CNS nº510/2016 "o pesquisador deverá buscar o momento, condição e local mais adequado para que os esclarecimentos sobre a pesquisa sejam efetuados, considerando, para isso, as peculiaridades do convidado a participar da pesquisa, a quem será garantido o direito de recusa". Caso pretenda realizar as intervenções juntos aos participantes da pesquisa de maneira remota, deverá observar as orientações do ofício circular nº 2/2021/CONEP/SECNS/MS. PENDÊNCIA ATENDIDA

4. PARTICIPANTES: Como será a reunião com os alunos (informação que somente consta na carta de anuência institucional) ? O pesquisador não aponta como será a conciliação das aulas dos discentes e com a participação dos projetos, é necessário mesclares esse ponto. Além do contato por e-mail aos professores, com será a participação desse grupo?

4. PROCESSO DE OBTENÇÃO E REGISTRO DE CONSENTIMENTO: Não foram incluídas informações de como será realizado o processo de obtenção e registro de consentimento/assentimento (quando for o caso) dos participantes da pesquisa. Será necessário detalhar esta etapa que deverá ser descrita com base no estabelecido no Capítulo III (Seções I e II) da Resolução CNS nº 510/2016.

5. COLETA ARMAZENAMENTO E DESCARTE DE DADOS: Com bases nos documentos anexados, o pesquisador não faz menção de como serão armazenados dados obtidos a partir das rodas de conversas e por quanto tempo serão armazenados. Além disso faltou apontar como ocorrerá o

Endereço: Sala do Comitê de Ética em Pesquisa - Andar Térreo - Reitoria Censipam
Bairro: Aeroporto **CEP:** 76.803-260
UF: RO **Município:** PORTO VELHO
Telefone: (69)2182-9611 **Fax:** (69)99337-0033 **E-mail:** cepi@ifro.edu.br

INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA DE RONDÔNIA -
IFRO



Continuação do Parecer: 7.182.265

descarte do material armazenados e sob custódia do pesquisador.

6. CRITÉRIO DE INCLUSÃO/EXCLUSÃO:

Fatores de inclusão: Estudantes do segundo ano do ensino médio no curso técnico em informática das turmas A e B.

Fatores de Exclusão: Estudantes dos demais cursos técnicos integrados ao ensino médio do IFRO, campus Ji-Paraná, estudantes não matriculados no curso técnico em informática, estudantes dos 1º e 3º anos de informática.

Os fatores de exclusão estarão determinados a partir do curso e etapa, estudantes dos cursos técnico de Informática e Química e também os estudantes dos primeiros e segundos anos do curso técnico em floresta do IFRO campus de Ji-Paraná, não participarão da pesquisa. No caso dos docentes, a pesquisa não será realizada com professores de outras áreas do conhecimento e/ou que não atuem na etapa determinada no estudo do curso técnico em informática do IFRO, campus Ji-Paraná/RO.

Terá professores participantes ? em todos os documentos apresentados e anexados na plataforma, somente nesse item temos a menção dos professores na participação da pesquisa. O deve descrever a participação dos professores no projeto.

7. CRONOGRAMA: O item foi elaborado, porém necessidade de ajustes. Necessidade incluir como será a abordagem/assinatura do termo dos participantes e responsáveis, e a devolutiva dos resultados aos participantes. Além de que o projeto se encontra com as datas desatualizadas

O(a) pesquisador(a) deverá incluir todas as etapas que envolvem a participação dos seres humanos ? abordagem dos participantes/ obtenção e registro de consentimento / entrevistas semiestruturadas? além da etapa de apresentação de resultados aos participantes da pesquisa. Cada uma dessas etapas deverá ter período de execução definido claramente tanto no projeto completo quanto nas "Informações Básicas dos Projeto" preenchidas na Plataforma Brasil. Os cronogramas do projeto completo e das "Informações básicas do projeto deverão conter as mesmas atividades. As datas de realização das etapas deverão ser programadas levando-se

Endereço: Sala do Comitê de Ética em Pesquisa - Andar Térreo - Reitoria Censipam
Bairro: Aeroporto **CEP:** 76.803-260
UF: RO **Município:** PORTO VELHO
Telefone: (69)2182-9611 **Fax:** (69)99337-0033 **E-mail:** cspi@ifro.edu.br

INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA DE RONDÔNIA -
IFRO



Continuação do Parecer: 7.182.265

em consideração o tempo mínimo necessário para aprovação do protocolo junto ao CEP. Cabe reforçar que é compromisso do pesquisador aguardar a emissão de parecer favorável do CEP para iniciar a realização da pesquisa.

Há necessidade de incluir declaração/documento em que o pesquisador afirme que ainda não iniciou a pesquisa, já que as intervenções com os participantes eram previstas para 01/07/2024. PENDÊNCIA ATENDIDA

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

O(s) termos de apresentação obrigatória a seguir não foi/foram anexado(s) e/ou necessitam de ajustes/correções conforme detalhamento abaixo:

1. FOLHA DE ROSTO: Documento corretamente preenchido, assinado e anexado.
2. TERMO DE ACEITE DE ORIENTAÇÃO: Documento não anexado. Somente consta no projeto.
3. DECLARAÇÃO DE COMPROMISSO DO PESQUISADOR RESPONSÁVEL: Documento não anexado. Somente consta no projeto completo, mas sem assinatura e data (local inapropriado). O que inviabiliza análise do item. PENDÊNCIA ATENDIDA.
4. MEMBROS DA EQUIPE: A orientadora consta com membro da equipe. Se houve outros participantes na equipe, é necessário a inclusão na plataforma.
5. CARTA DE ANUÊNCIA INSTITUCIONAL Documento não anexado. Somente consta no projeto completo, mas sem assinatura e data (local inapropriado). O que inviabiliza análise do item. PENDÊNCIA ATENDIDA.
6. TCLE: O termo foi redigido e anexados de acordo com a Resolução CNS n°510/2016. Porém o estudo visa alunos menores de idade, o que não necessita do TCLE para o estudo e sim o TALE. Caso o documento seja o TCLE dos responsáveis, a pesquisa precisa explicitar no documento,

Endereço: Sala do Comitê de Ética em Pesquisa - Andar Térreo - Reitoria Censipam
Bairro: Aeroporto **CEP:** 76.803-260
UF: RO **Município:** PORTO VELHO
Telefone: (69)2182-9611 **Fax:** (69)99337-0033 **E-mail:** cepi@ifro.edu.br

INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA DE RONDÔNIA -
IFRO



Continuação do Parecer: 7.182.265

inclusive na escrita. o TCLE, será para o professores participantes? PENDÊNCIA ATENDIDA.

7. TALE: O termo foi redigido e anexados de acordo com a Resolução CNS n°510/2016. Facultando ao participante a gravação de imagem, voz e opiniões.

8. N Amostral: A amostra de sujeitos da pesquisa será de 20 estudantes do segundo ano do curso técnico de informática do IFRO campus Ji-Paraná/RO que desejarem participar da atividade em contraturno escolar. PENDÊNCIA ATENDIDA.

Recomendações:

não se aplica

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Não havendo mais pendências, o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP)-IFRO, de acordo com as atribuições definidas na Resolução CNS no 466 de 2012 e na Norma Operacional no 001 de 2013 do Conselho Nacional de Saúde, manifesta-se pela APROVAÇÃO do protocolo de pesquisa proposto.

De acordo com o item X.1.3.b, da Resolução CNS n. 466/12, a pesquisadora deverá apresentar relatórios semestrais - a contar da data de aprovação do protocolo. Eventuais emendas (modificações) ao protocolo deverão ser apresentadas de forma clara e sucinta sendo necessário destacá-las no decorrer do texto (item 2.2.H.1, da Norma Operacional CNS no 001 de 2013).

Reforçamos que qualquer alteração, ainda que mínima, no protocolo aprovado deverá ser submetida à análise desse CEP por meio de emenda. Somente após aprovação do CEP as alterações poderão ser colocadas em prática.

Considerações Finais a critério do CEP:

Todos os projetos submetidos ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) do IFRO são avaliados com base nas Resoluções CNS n°466/2012 e/ou Resolução CNS n° 510/2016, demais resoluções

Endereço: Sala do Comitê de Ética em Pesquisa - Andar Térreo - Reitoria Censipam
Bairro: Aeroporto **CEP:** 76.803-260
UF: RO **Município:** PORTO VELHO
Telefone: (09)2182-9611 **Fax:** (69)99337-0033 **E-mail:** cepi@ifro.edu.br

**INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA DE RONDÔNIA -
IFRO**



Continuação do Parecer: 7.182.265

pertinentes e nas Normas Operacionais emanadas da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP). O(a) pesquisador(a) deverá encaminhar ao CEP-IFRO relatório final na ocasião de conclusão da pesquisa. Reforçamos que qualquer alteração, ainda que mínima, no protocolo aprovado deverá ser submetida à análise desse CEP. Somente após aprovação do CEP as alterações poderão ser colocadas em prática.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2357328.pdf	25/09/2024 15:08:33		Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJETO_DE_PESQUISA_NV.pdf	25/09/2024 15:08:12	LUCIANO FERREIRA DE FRANÇA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TALE_Termo_de_Assentimento_Aluno2vers_nv.pdf	25/09/2024 15:00:27	LUCIANO FERREIRA DE FRANÇA	Aceito
Outros	CARTA_RESPOSTA_nv.pdf	25/09/2024 14:58:54	LUCIANO FERREIRA DE FRANÇA	Aceito
Outros	Carta_de_Anuencia_Institucional_nv.pdf	25/09/2024 14:47:32	LUCIANO FERREIRA DE FRANÇA	Aceito
Declaração de Pesquisadores	TERMO_DE_RESPONSABILIDADE_E_COMPROMISSO_assinado.pdf	25/09/2024 14:35:40	LUCIANO FERREIRA DE FRANÇA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_Responsavel_pelo_Aluno2vers_nv.pdf	25/09/2024 14:25:15	LUCIANO FERREIRA DE FRANÇA	Aceito
Outros	Carta_anuencia_orientacao_assinado_nv.pdf	25/09/2024 14:21:51	LUCIANO FERREIRA DE FRANÇA	Aceito
Folha de Rosto	folhadrosto.pdf	26/06/2024 09:54:32	LUCIANO FERREIRA DE FRANÇA	Aceito

Endereço: Sala do Comitê de Ética em Pesquisa - Andar Térreo - Reitoria Censipam
Bairro: Aeroporto **CEP:** 76.803-260
UF: RO **Município:** PORTO VELHO
Telefone: (69)2182-9611 **Fax:** (69)99337-0033 **E-mail:** cep@ifro.edu.br

INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA DE RONDÔNIA -
IFRO



Continuação do Parecer: 7.182.265

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

PORTO VELHO, 24 de Outubro de 2024

Assinado por:
Daniely Batista Alves Martines
(Coordenador(a))

Endereço: Sala do Comitê de Ética em Pesquisa - Andar Térreo - Reitoria Censipam
Bairro: Aeroporto **CEP:** 76.803-260
UF: RO **Município:** PORTO VELHO
Telefone: (69)2182-9611 **Fax:** (69)99337-0033 **E-mail:** cep@ifro.edu.br